MESTRADO EM HISTÓRIA - UFBa
ESTRADA DE SÃO LÁZARO, 197
FEDERAÇÃO - C. P. 40210
SALVADOR - BAHIA - BRASIL

AMARGO AÇÚCAR

Aspectos da história do trabalho e do capital no Recôncavo açucareiro da Bahia (1945-1964)

AUTOR: JOACI DE SOUSA CUNHA

MESTRADO EM HISTÓRIA
ICH - UFBa
BIBLIOTECA
Nº do TOMBO 9906

SALVADOR—BA 1995

AMARGO AÇÚCAR

Aspectos da história do trabalho e do capital no Recôncavo açucareiro da Bahia (1945-1964)

AUTOR: JOACI DE SOUSA CUNHA

Dissertação apresentada a Coordenação do Mestrado de História da Universidade Federal da Bahia, com a orientação do Prof. Jorge Nóvoa

SALVADOR-BA 1995

SUMARIO

Pag.

INTRODUÇÃO 08

PARTE I
FOGO QUASE MORTO: O MUNDO DO CAPITAL

CAPÍTULO 1 – A FORMAÇÃO DO CAPITAL NO RECÔNCAVO 21

1.1 Trajetória econômica e classe dominante baianas 21

1.2 *Santo Amaro nação da cana* 28

1.3 Origem e estruturação do capital açucareiro 31

1.4 A Casa S. A. Magalhães e o monopólio do açúcar 44

CAPÍTULO 2 – O PROCESSO DA ECONOMIA AÇUCAREIRA BAIANA

2.1 Indústria X campo: o entrave agrícola 56

2.2 Consumo crescente, produção insuficiente 58

2.3 Descompasso técnico entre o campo e a indústria 61

2.4 Um suicídio anunciado: a administração agrícola 63

2.5 Fogo quase morto: fecham-se as usinas 75

PARTE II: A POLÍTICA E O MUNDO DO TRABALHO

CAPÍTULO 3 – O AMBIENTE POLÍTICO-IDEOLÓGICO NO MEIO SINDICAL E OS TRABALHADORES BAIANOS (1945-47) 83

3.1 Política sindical: *partido da classe operária* contra as greves 88

3.2 O PCB e a conjuntura política no Estado 92

3.3 O movimento sindical baiano 95

1.3.1 II e III Congressos sindicais baianos 97

3.4 O comunismo recôncavo: a atuação do PCB em Santo Amaro 104

3.4.1. O programa mínimo para Santo Amaro 108

3.5 O movimento sindical no Recôncavo canavieiro 116

3.6 Trabalhistas e comunistas 120

3.7 Intervenção no sindicato operário do açúcar 124

CAPÍTULO 4 – O INTERVALO RADICAL: GREVES E MOVIMENTOS (1948 - 1953-4) 130

4.1 A conjuntura anterior ao Intervalo Radical 130

4.2 O PCB volta-se para a classe 136

4.3 As comissões de empresas 140

4.4 O movimento grevista nacional 144

4.5 Intervalo Radical no campo 148

4.6 SUAS: o sindicato paralelo do Recôncavo 152

4.7 As greves do Intervalo Radical no Recôncavo 156

4.7.1 Usina São Carlos 156

4.7.2 Usina Capanema 172

4.7.3 O movimento reivindicativo se amplia 174

4.7.4 Reivindicações simultâneas 180

4.7.5 Greves nas usinas São Bento e São Carlos 183

4.8 O PCB avalia as lutas no Recôncavo 186

4.9 Intervalo Radical: eclipse do populismo 187

CAPÍTULO 5 - CONGRESSOS E CONVENÇÕES (1948 - 1954)

5.1 O IV Congresso Sindical dos Trabs. Baianos 198

5.2 A Convenção municipal de Santo Amaro 200

5.3 1950: O I Congresso dos Trabs. do Açúcar 205

5.4 Manifesto de Agosto adaptado ao Recôncavo 217

5.4.1 A reação empresarial 218

5.5 A crise do sindicalismo paralelo no Recôncavo 226

CAPÍTULO 6 - FIM DO INTERVALO RADICAL E RETORNO AO PACTO POPULISTA (1954 - 1964) 234

6.1 Retomada da estrutura sindical: o caso do S.T.I.A 238

6.2 O Sind. dos Trabs. na Lavoura Canavieira 241

6.2.1. Greves pela aplicação do sal. mínimo 245

6.3 Representação de classe tipo Sindicato-Estado 250

6.4 Outros aspectos do sindicalismo populista no Recôncavo 259

CONCLUSÃO 273

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 277

ABREVIATURAS UTILIZADAS

AGT Associaçìo Geral dos Trabalhadores

CC Comitê Central

CR Comitê Regional

CTB Confederaçìo Geral dos Trabalhadores do Brasil

IAA Instituto do AAçúcar e do Álcool

IC Internacional Comunista

LIR Lavoura & Indústrias Reunidas

MUT Movimennto Unificador dos Trabalhadores

PCB Partido Comunista do Brasil

PTB Partido Trabalhista Brasileiro

PTN Partido Trabalhista Nacional

SUAS Sociedade Uniìo dos Artífeces Santamarenses

S.A. Sociedade Anônima

S.T.I.A Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar

INTRODUÇÃO

Esta dissertação está dividida em duas partes. Na primeira - *fogo quase morto: o mundo do capital* - são discutidos o surgimento e a estruturação do capital no Recôncavo açucareiro. Na segunda - a *política e o mundo do trabalho* - o foco da análise recai sobre a trajetória do segmento da classe trabalhadora vinculada a esse setor da economia baiana. Nessa abordagem, privilegiam-se as lutas, organizações e, especialmente, as mediações políticas vindas do universo nacional, com destaque para o movimento comunista. O universo temporal pesquisado abrange de 1945 à 1964 (1).

A princípio, destaca-se o *fogo quase morto* das usinas baianas. Isto é, o processo de estagnação e crise crônicas vivido pela indústria açucareira, após a transformação dos engenhos artesanais de açúcar em usinas, ou seja, em unidades de transformação industrial tipicamente capitalistas. As usinas, todavia, não se desenvolveram no sentido de consolidar a agroindústria como atividade próspera. Ao contrário, toda trajetória registrada no século XX foi marcada por uma crise estrutural, que ao final implicou a falência da maior parte das empresas e no quase desaparecimento desse ramo de produção, outrora tão ligado à opulência das classes dominantes locais.

Cana doce Santo Amaro,
um gosto muito raro
trago em mim, por ti,
meu trabalho é te traduzir ...

(Caetano Veloso)

Adeus usina véia
eu não volto mais em tu
criei ferruge nos dente
e teia de aranha no cú.

(cortador de cana anônimo)
obs. encontrada num alojamento de usina em Santo Amaro; escrita na parede a carvão.

Os usineiros não se davam conta que, numa sociedade cada vez mais integrada ao universo e as regras capitalistas, a racionalidade técnica e administrativa passava a ter um papel preponderante no desenvolvimento econômico. O que observaremos durante o longo ciclo de crise do setor é que essa mentalidade não mudará, mesmo quando a produção e distribuição do açúcar estavam controladas pelo capital comercial-bancário de Salvador. A razão para essa postura pode ser encontrada na relação privilegiada que o setor mantinha com o Estado, sempre disposto a abrir os cofres públicos para socorrê-lo.

A análise do mundo dos trabalhadores é o objeto da parte dois. Iniciar o resgate da formação dos trabalhadores do açúcar enquanto segmento da classe trabalhadora baiana, atentando para as relações de representação política e social por eles desenvolvidas, é a meta, o objetivo geral de nosso trabalho.

Para tanto, diversos objetivos específicos se colocam como pré-requisitos necessários. Nessa lógica, nos interessa: analisar os fatos fundamentais das principais conjunturas do período referido; discutir a atuação de comunistas e trabalhistas no Recôncavo, em especial do PCB, e suas orientações teórica e político-sindical, como mediação essencial no processo de formação política dos trabalhadores; observar os mecanismos da dominação política

Discutir as características dessa trajetória é o objetivo principal da primeira parte deste trabalho. Para tanto, traçamos um panorama da situação sócio-econômica da Bahia na primeira metade deste século. Em seguida, priorizamos o resgate dos elementos centrais do processo de formação e decadência do capital açucareiro.

O Recôncavo baiano, especialmente os atuais municípios de Santo Amaro, Amélia Rodrigues, Terra Nova, São Sebastião do Passé, São Francisco do Conde e Cachoeira, é o limite geográfico dessa investigação.

Algumas hipóteses em relação ao capital açucareiro são discutidas. Fundamentamos a idéia de que a formação e o desenvolvimento das usinas se deram na ausência de uma articulação orgânica entre o setor agrícola e o industrial. Enquanto este, desde sua implantação, caminhava para uma modernização capitalista, o setor rural permaneceria alheio às técnicas gerenciais e agronômicas disponíveis e necessárias ao acompanhamento do processo capitalista de produção da agroindústria; continuaria voltado para sua tradição latifundiária escravagista.

Assim, as nascentes usinas, enquanto unidades empresariais, integravam um corpo que começou a andar com uma perna industrial relativamente moderna (mesmo que atrasada em relação aos setores de vanguarda do mercado

mundial) e outra perna agrícola, claramente não sintonizada com o processo de fabricação industrial do açúcar.

De modo geral, esse corpo cambaleou durante décadas; sua cabeça, no que tange especialmente à administração rural, carecia de um mínimo de racionalidade. Assim, vagou a esmo até os anos sessenta.

A hipótese central da primeira parte, por conseguinte, consiste em atribuir aos fatores tecnológico e administrativo relacionados à produção agrícola, a razão fundamental da crise crônica que ao final levou o setor à bancarrota. Dessa forma nos colocamos em oposição à tendência de atribuir a decadência das usinas no Recôncavo às características do clima (chuvas irregulares) e do solo (os problemas do massapé).

O Recôncavo sintetizava em condições particulares as diversas determinações produzidas na esfera nacional, onde a mentalidade relativa a produção agrícola girava em torno da idéia, nascida no ambiente colonial, que atribuía ao controle da terra e da força de trabalho, a garantia de perpetuação do poder econômico e político. Essa mentalidade, reproduzida pelos usineiros baianos, avançaria pelo século XX, fazendo jus a sua natureza de processo de longa duração.

exercida pelas classes dominantes e pelo Estado; as linhas gerais da atuação do movimento operário-sindical na Bahia; as condições de vida e trabalho e, fundamentalmente, as formas de organização, movimento grevista e experiências reivindicativas dos trabalhadores da agroindústria açucareira.

A história das classes trabalhadoras não deve ser escrita fora do contexto político, econômico, social e cultural da sociedade em que se desenrola. Ou seja, a história da classe operária deve ser tratada a partir do desenvolvimento da luta de classes sob todos os aspectos, evitando, como alerta Hobsbawn (1987), tomar a história da vanguarda militante e suas searas político-ideológicas como sendo toda a história da classe.

Assim, tanto a base voltada para os problemas da sobrevivência diária, quanto os grupos militante (inseridos numa dada sociedade dotadas de classes, religião, Estado, e inúmeras organizações que se relacionam continuamente) merecem a atenção do historiador, que deve levar em conta os vários condicionamentos da realidade.

Neste trabalho, na medida em que as fontes permitiram, procuramos circunstanciar as condições de existência do conjunto dos trabalhadores. Contudo, devemos ressaltar que, devido a inexistência na Bahia de uma bibliografia relativa

ao tema, priorizamos como eixo central de nossa discussão a dimensão política da história operária.

Como conseqüência, enfocamos mais as ações desencadeadas pelo setor organizado dos trabalhadores, do que pelo setor politicamente não organizado, que sem dúvida era a maioria dos canavieiros. Desse modo, não foi possível discutir o universo simbólico-cultural, inclusive os aspectos religiosos da vida cotidiana dos trabalhadores do açúcar.

A hipótese que subjaz toda segunda parte da dissertação relaciona o desenvolvimento do movimento operário no Recôncavo à crise da lavoura canavieira e à tática política sindical do Partido Comunista do Brasil, PCB. Este partido, através de duas orientações diametralmente opostas, porém aplicadas em momentos muito próximos, estabeleceria a dinâmica da organização e do processo de lutas dos trabalhadores do Recôncavo no universo temporal em questão. Suas políticas e a decadência da tradicional economia açucareira baiana foram os principais condicionamentos do movimento operário e sindical no Recôncavo.

A primeira, e mais duradoura orientação política do PCB, de *"ordem e tranqüilidade"* (1945-47), retornaria em bases renovadas com o *"nacional-populismo"* (1954-64), após o suicídio de Vargas. A segunda, de conotação

insurrecional, mas, marcada essencialmente pela organização operária nas empresas que, segundo Prestes, seria *"o principal terreno de lutas"*, objeto da maior atenção *"e do máximo de nossas forças"* (2). Tal orientação foi inaugurada pelo Manifesto de Janeiro de 1948, e deu início a um intervalo que se estenderá até 1952 ou, sob alguns aspectos, até 1954.

No Recôncavo, em geral, os períodos de ascenso do movimento organizativo, grevista ou reivindicativo coincidirão com os momentos em que os militantes comunistas estavam aplicando uma política de organização de comissões de empresas, nas usinas e fazendas. Essa política de organização, por certo, foi a marca do interregno de 1948 - 1954.

Inversamente, os períodos de descenso aconteceriam nos momentos em que os comunistas deram menos ênfase a esse trabalho de base. Por sua vez, essa negligência foi uma característica central das fases em que o PCB se empenhou na colaboração com as classes dominantes, seja sob a forma *"da ordem e tranqüilidade"*, seja sob a forma política do nacional-populismo. Uma exceção à regra não poderia ser localizada na greve dos 15 dias, em 1946, uma vez que tal movimento foi dirigido pelos trabalhistas, principalmente.

Procuramos enfatizar a natureza específica do período que se estende de 1948 à 1954, em relação ao movimento e organização operárias. A nosso ver, a conceituação desse lapso de tempo, precisamente de 1948 a 1953, como Intervalo Radical se justifica por várias razões.

A primeira é a clara inflexão política que essa conjuntura significa para o período populista. Ruptura que não se restringe ao governo repressivo de Dutra, mas que alcançará também o governo de Getúlio. Segundo, após a Revolução de 30 e até 1964, esse será o único momento em que as classes trabalhadoras brasileiras esboçarão um sopro de independência política, mesmo que seguindo os ventos condicionantes da conjuntura opressiva interna e da Guerra Fria no cenário externo.

Sob o aspecto das lutas e organização dos trabalhadores, esse Intervalo é singular. Nele, pela primeira vez, após as greves gerais de 1917-1919, será retomada a experiência das comissões de fábrica e dos comitês de greve, estabelecendo um tipo de movimento classista onde a representação dos trabalhadores se dava, prioritariamente, no sentido Comissão de Empresa - Patrão, favorecendo o acirramento da contradição entre o capital e o trabalho. Assim, a maior parte das greves do período seria organizada por grupos de operários de base, numa preparação

que, necessariamente, se daria de forma clandestina e, geralmente, por fora dos sindicatos (3).

No período de 1948 à 1954, das 43 greves inventariadas por Weffort (1972, p. A-12 / A21), e, em cujas fontes constavam o tipo de organização, 72% foram dirigidas por comissões de empresa, que somente em dois casos contaram com o apoio dos sindicatos (4). O número de grevistas em 1947 foi, aproximadamente, 150 mil. Subiu, entre 1948 - 1950, para algo em torno de 250 mil. Nessa conjuntura, os trabalhadores grevistas aumentariam ano a ano, alcançando a cifra de 800 mil, em 1953, e mais de um milhão em 1954 (5).

Também os assalariados agrícolas e colonos contribuiriam para dotar essa conjuntura de uma natureza específica. Entre 1949 e 1954, irromperam no cenário como protagonistas de 55 movimentos grevistas registrados, algo absolutamente inédito na História do campo brasileiro. Essa performance, em número de greves, não seria superada nem mesmo pela conjuntura de 1961-64 (6).

Ainda os camponeses marcariam esse período. É o momento dos primeiros congressos e organizações estaduais dos trabalhadores rurais. Também nele, as Ligas Camponesas começaram a surgir. No campo, influenciado pelos comunistas, tem início o processo de luta armada pela terra,

com as experiências de Porecatú no Paraná e Trombas-Formoso em Góias (GUIMARÃES, 1988).

Enfim, por diversos aspectos, não é possivel situar e classificar historicamente o período 1948 - 1954 como parte integrante do chamado pacto populista ou república liberal. A nosso ver, esse período, no que se refere ao processo politico, sindical e organizativo-grevista das classes trabalhadoras, possui caracteristicas e natureza radicalmente distintas daquele conceituado comumente como sindicalismo populista. Por essas razões, no curso deste trabalho, esse período será designado por Intervalo Radical.

A utilização dessa nova noção decorre da inadequação dos conceitos *"pacto populista"* e *"república liberal"*, comummente usados para designar o período entre 1945 - 1964. A realidade apresentada pela pesquisa, entre 1948 e 1951 ou entre 1948 e 1954, não se enquadrava nesses conceitos.

Por isso, não podíamos estar fechados às possibilidades criadoras de novas noções ou categorias. Tal postura significaria abrir mão da abstração como instrumento do pensamento. Ao contrário, no curso da análise das evidências empíricas, procuramos unir o teórico ao concreto num movimento de ordenação orgânica da análise histórica. Ademais, para o avanço do processo de conhecimento, é

indispensável o questionamento a conceitos já existentes, procurando confirmar, reformar ou negá-los.

No Recôncavo, as linhas gerais do que afirmamos para o Intervalo Radical a nível nacional, foram observadas de forma a confirmar a existência de características e natureza realmente particulares no processo político, sindical e organizativo-grevista dos trabalhadores da indústria do açúcar. Assim, as conclusões desta pesquisa indicam para a necessidade de aprofundamento dos estudos históricos sobre a classe trabalhadora nesse período.

A bibliografia nacional ainda não dedicou a atenção que o Intervalo Radical requer. Ao contrário, esse é justamente o período mais negligenciado por quem estudou as conjunturas entre 1945 e 1964. O interesse normalmente recai sobre a orientação que prevaleceria no movimento sindical após 1954, ou seja, sobre a política de colaboração com a burguesia nacional, de convivência e dinamização da estrutura sindical corporativista, e de representação dos trabalhadores no sentido Sindicato - Estado, em oposição a representação de tipo Comissões de Empresa - Patrões.

É de conhecimento geral a inexistência na Bahia de arquivos sobre o movimento operário e a debilidade da bibliografia sobre a história econômica e social do Estado no século XX, especialmente a partir de 1947.

Apesar disso, foi possível utilizar um relativamente amplo material jornalístico e bibliográfico. Trabalhamos, ainda, com dados estatísticos, orais e fontes manuscritas do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar. Não foi possível, contudo, consultar a documentação interna às usinas, bem como o arquivo do DOPS baiano, até o momento inacessíveis aos pesquisadores. O arquivo da LIR, se existente, não foi encontrado pelo autor, apesar de exaustivas buscas.

Os trabalhadores do Recôncavo baiano, em condições históricas e culturais particulares, produziram uma História singular cujo registro urgia ser iniciado. Esperamos ter dado um primeiro passo nessa direção.

505
100
216
70
80
466

NOTAS

(1) A definição dos marcos temporais deste trabalho se justifica por serem, 1945 e 1964, dois claros momentos de ruptura institucional com conseqüências políticas fundamentais para a História política brasileira e, em especial, para a organização e lutas operárias e sindicais, inclusive dos trabalhadores baianos.

(2) Prestes, Luís Carlos. Como enfrentar os problemas da revolução agrária e antiimperialista. Rev. Problemas, nº 8, p. 18-42, abr. 1948, apud Carone. 1982, p. 72-89.

(3) Especialmente até 1952, quando os comunistas voltaram a participar dos sindicatos oficiais, e estes, em grande parte, continuavam sob a intervenção do Ministério do Trabalho. Apesar da exigência do atestado de ideologia ter sido suspensa em maio do ano anterior, o retorno dos comunistas à estrutura sindical oficial só teria início julho de 1952.

(4) Weffort, para todo período pesquisado (1945-64), a exceção de 1946, inventariou apenas as greves publicadas na Folha de São Paulo. O cálculo percentual foi feito por mim a partir das informações constantes no anexo da tese deste pesquisador paulista.

(5) Ante a inexistência de dados estatísticos oficiais sobre números de greves e grevistas no período, decidimos por usar, apesar das prováveis imprecisões, os dados fornecidos por Jover Teles (1981) e pela imprensa operária da época.

(6) Para o movimento grevista entre os assalariados agrícolas no período estudado, temos um inventário bem mais completo que o realizado por Weffort para os trabalhadores urbanos. Trata-se da pesquisa de Medeiros (1989).

PARTE I

FOGO QUASE MORTO: O MUNDO DO CAPITAL

CAPÍTULO 1 - A FORMAÇÃO DO CAPITAL NO RECÔNCAVO.

1.1 TRAJETÓRIA ECONÔMICA E CLASSE DOMINANTE BAIANAS

Em meados do século XIX a Bahia era pioneira no processo de industrialização do país. Os ramos têxtil e açucareiro lideravam a produção manufatureira, embora esse último já apresentasse grandes dificuldades, em razão da concorrência externa e diversos fatores endógenos. Mesmo com o início da implantação dos engenhos centrais, movidos a vapor, a produção açucareira não conseguia avançar. A partir do fim século XIX e início do século XX, a indústria baiana entra em decadência num movimento que já foi chamado de o *"enigma baiano"*.

Os censos industriais de 1920 e 1940 demonstram bem o distanciamento da Bahia do processo de industrialização. Esses censos desenham a realidade da distribuição nacional do trabalho que caracterizará a primeira metade do século XX. Em 1920, 29,1% dos operários industriais estavam concentrados em São Paulo; 20 anos depois esse índice subia para 34,9%. Em termos de produção industrial, o estado de São Paulo em 1948 respondia por 39,6% do total nacional, enquanto que os estados do Nordeste, juntos, respondiam por apenas 16,3%. No que diz respeito aos operários na indústria, todos os estados do Nordeste empregavam, em 1920,

27% da soma nacional, caindo para apenas 17,7% em 1940 (FURTADO, 1986, p. 238) (1).

Evidentemente, o processo de concentração industrial do Sudeste obedece a uma série de leis econômicas gerais ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, que na formação social brasileira se manifesta por um conjunto de características econômicas e históricas específicas, relacionadas com a monocultura voltada para a exportação.

A acumulação de capitais, proporcionada pela produção e comercialização do café e a constituição de um amplo mercado interno à base de intensa imigração, favoreceu a industrialização no Sudeste. No mesmo sentido, o poder político das classes que dirigiam esse processo servirá de reforço à nova distribuição nacional do trabalho, que conferirá ao Nordeste um papel de subordinação econômica e política no cenário nacional. Isso será feito, inclusive, através da política econômca oficial que passa a girar em torno da taxa de câmbio com o objetivo de favorecer a acumulação do capital cafeeiro (FURTADO, 1986).

Quando emerge a industrialização no Brasil, a Bahia não contava com um fator econômico que possibilitasse o desenvolvimento da sua manufatura. Tal fator, pela nossa tradição econômica, tenderia a ser um produto agrícola, com larga aceitação no mercado internacional, que proporcionasse

divisas através da exportação e, com isso, financiasse a industrialização interna. Foi o que aconteceu no Sudeste com o café.

Enquanto tínhamos na Bahia a produção açucareira em franco declínio, em São Paulo o café avançava para o Oeste em busca de mais terras. Esse movimento foi acompanhado de pela construção de ferrovias ligando o centro em industrialização aos novos mercados e ampliando a oferta de empregos. Conseqüência: a procura por mercadorias era cada vez maior, estimulando ainda mais a produção industrial.

Na Bahia, a produção agrícola, seja de algodão, cacau ou fumo, nunca alcançou o vulto necessário de uma acumulação originária pujante capaz de financiar a industrialização do estado.

Por outro lado, o transporte ferroviário, em 1919, se limitava a uma estrada de penetração para São Francisco, outra para o Sudoeste e outra que tentava a região central do Estado, todas partindo do Recôncavo e Salvador, não ultrapassando 1.720 Km ao todo. No mesmo período, somente Minas Gerais possuía 6.613 Km de trilhos (LINS, 1966, p. 228-9).

Acontecia, assim, que distanciávamos do nosso interior, assistido comercialmente cada vez mais pelos Estados

1900

vizinhos. Restringiam-se, portanto, as possibilidades de ampliação do mercado interno, e, conseqüentemente, o desenvolvimento industrial seria prejudicado. Desta forma, Salvador ia se reduzindo à condição de metrópole do Recôncavo.

Para Oliveira (1987, p. 29-30), o processo de *"abortamento"* da industrialização baiana possibilitou a consolidação da hegemonia do capital bancário, influente no Estado desde o século XIX, mas que não possuia vinculação orgânica com a indústria, nem investiu produtivamente no açúcar. O capital comercial procurou atuar na circulação do excedente proveniente da agricultura, projetando-se

> *... já no fim do século XIX e princípios deste século para o Sul do Brasil, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, passando a desempenhar um papel meramente circulatório, aplicando-se em funções não produtivas, em direção ao controle e propriedade do solo urbano em Salvador, e em financiamento imobiliário no Rio de Janeiro e São Paulo. Até bem avançada a década de 50 deste século, a Companhia de Seguros Aliança da Bahia é a proprietária de praticamente metade do solo urbano de Salvador. Controla ainda o que sobra da indústria do açúcar, da indústria têxtil e está no centro desta contradição, que é uma economia que produz um excedente e não o reinveste produtivamente.*

A trajetória econômica da classe dominante baiana, também foi marcada pelo processo de ruptura institucional de 1930. Com a chamada *"Revolução de 30"* foram rompidas as barreiras regionais e o Estado, resultante desse processo

político, ressurge como expressão de um novo compromisso entre as classes e frações de classe (2), com reflexos importantes sobre o processo econômico.

Com a vitória da Aliança Liberal, as elites baianas foram desapiadas do poder central. Segundo relatório do Banco da Bahia, a *"Revolução de 30"* criou uma *"situação de terra dominada"* para o Estado; teve conseqüências políticas e econômicas desastrosas, ainda mais porque sendo todos os *"partidos políticos dissolvidos, ficou (o Estado) sem representante que lhe defendesse os interesses"*, sobretudo no que diz respeito à *"política de importação e exportação"* (LINS, 1966, p. 231).

A elite baiana, na primeira metade deste século, permaneceu priorizando o capital bancário e, através dele, controlando a circulação do excedente do cacau, açúcar, fumo, e do algodão, como já assinalamos. Os investimentos nos setores industriais, inclusive o têxtil e açucareiro, cada vez mais defasados tecnologicamente, nunca foram priorizados.

Nessa estrutura produtiva vivia a classe dominante local, composta de banqueiros, comerciantes e burocratas das altas esferas dos poderes públicos, que, para Oliveira (p. 32-33) constituía uma fortíssima

... oligarquia, letrada, cosmopolita, filhos estudando na Europa, dilapidadora e ... investidora no Centro-Sul, Rio e São Paulo, principalmente. (...) Sob a imponência e a ostentação dos Catarinos, Sás, Calmons, Calmons de Sá, Marianis, Bitencourts, Simões, Correias da Silva, Magalhães, (...) vegeta uma população de não reconhecidos. Sobretudo domésticas, para fazer os quitutes das madames e messieurs, negras de fortes seios par amas-de-leite dos filhinhos de papai que depois vão para a Europa e voltam senhores...

Os reflexos das condicionantes do processo de industrialização do país, durante a primeira metade deste século, centrado e dirigido pelas classes dominantes do Sudeste, bem como a natureza especulativa das transações econômicas das elites locais, se fizeram sentir em todo processo de desenvolvimento baiano, que seria marcado, nesse período, pelo marasmo e estagnação.

O ritmo desse processo só seria quebrado com a descoberta e início, nos anos 50, da exploração do petróleo no Recôncavo. E, em seguida, pela implantação do Centro Industrial de Aratu e do Polo Petroquímico de Camaçari, num movimento de descentralização geográfica do capital do Sudeste para outras regiões.

Antes disso, as elites baianas nunca desenvolveram qualquer esforço significativo no sentido da modernização da indústria local. Mesmo depois que voltaram a ocupar lugar de destaque no governo Dutra, quando Clemente Mariani Bitencourt (vinculado ao setor financeiro e comercial -

Banco da Bahia e à Casa Magalhães) dirigiu o Ministério da Saúde e Educação, não verificaremos nenhum movimento significativo de capital nesta perspectiva, mesmo que fosse para modernizar as tradicionais indústrias de açúcar, de fumo e têxtil.

Optaram, ao que parece, por priorizar a implantação de uma infra-estrutura adequada para a futura instalação de segmentos modernos da indústria. Nesse período, observamos a conclusão da rodovia e da ferrovia que ligariam Salvador ao Rio; o início da construção de uma nova estrada "*Bahia-Feira*"; a ampliação do aeroporto de Salvador; investimentos na área de educação, inclusive superior; a construção da hidroelétrica de Paulo Afonso (LINS, 1966, p.) e o início da exploração do petróleo no Recôncavo.

Naturalmente, todos esses investimentos seriam custeados pelo dinheiro público. Era o Estado criando as condições para a descentralização geográfica do capital, que, oriundo do Sudeste, se preparava para aportar na Bahia, terra em que começava a jorrar o "*ouro negro*".

Nos segmentos tradicionais da economia baiana nas décadas de 40 e 50, permanecerá em marcha a decadência econômica. A industrialização, quando surge nos anos 50, 60 e 70, será baseada nos segmentos petrolífero, metalúrgico e petroquímico. Virá sob a forma tripartite, ou seja,

associando os capitais estrangeiro, público nacional e privado nacional. Desta feita, as elites baianas não ficariam de fora, nem assumiriam uma postura absenteísta. Ao contrário, buscarão os investimentos nesses setores industriais, assegurando sua reprodução como classe dominante no Estado, através de sua articulação com os capitais referidos.

1.2 *SANTO AMARO HAÇÃO DA CANA* (3)

O cultivo da cana-de-açúcar em escala comercial teve início no Brasil, precisamente no Recôncavo baiano, ainda no século XVI. A cana se estabeleceu inicialmente nas bordas da Baía de Todos os Santos e às margens dos rios navegáveis que nela deságuam. Por intermédio destes irá alcançar as manchas de solo do tipo massapê, tido como um dos mais férteis do mundo.

Na Bahia a cana para a produção de açúcar se concentrou principalmente nos municípios de Santo Amaro, Cachoeira, São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé. No período colonial, assim como no imperial, as terras de engenho alcançavam diversas outras cidades, vilas, freguesias da Região. Contudo, as cidades citadas constituem o chamado

Recôncavo açucareiro que tanto marcou a história e cultura baianas (MATOSO, 1991).

Além da cana-de-açúcar, as lavouras do fumo no vale do Rio Paraguaçu, o artesanato de barro, a pesca, o dendê, a mandioca e o cultivo de subsistência em geral constituiram, ao lado das agroindústrias do açúcar e do tabaco, as principais atividades econômicas desta vasta região, que acompanha a faixa litorânea de Mata de São João até as proximidades de Valença, mais precisamente até os municípios de Jaguaripe e Nazaré. Pelo continente, o Recôncavo segue por Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus, Pojuca até as imediações de Alagoinhas (SANTOS, 1959).

Santo Amaro, que nos anos 40 englobava os atuais municípios de Terra Nova, Amélia Rodrigues e Teodoro Sampaio, era o maior centro urbano da região açucareira e onde ficavam as principais manchas do solo massapê e, portanto, as principais plantações de cana, além das mais importantes usinas.

Em 1940 a população do município chegava a ultrapassar os cem mil habitantes (6), em sua maioria vivendo direta ou indiretamente da atividade açucareira, tendo o contigente populacional mais que triplicado em relação a 1904, quando abrigava em torno de 30 mil pessoas.

A economia santamarense, em 1946, se destacava no cenário baiano. Em 23 povoados, 10 arraiais, vivia uma

população de 106.303 pessoas. A força de trabalho do município girava em torno principalmente das 10 usinas de açúcar, 20 destilarias de aguardente (*"a mais afamada do país"*), uma destilaria de álcool, 5 torrefações de café, uma usina de dendê, 3 fundições, uma fábrica de charutos, 12 padarias, 4 salinas. Existiam 5 sindicatos operários. A área de saúde contava com dois hospitais, uma maternidade, dois postos de higiene e dois postos médicos. Eram 17 cemitérios, o único número expressivo, além do de escolas, 90 (4).

Santo Amaro, na primeira metade deste século, ocupava, pois, a função de *"capital"* do Recôncavo açucareiro. Concentrava os serviços hospitalares, educacionais, administrativos, de segurança, judiciais, etc. Em seguida, contudo, isto se modificará com o processo paulatino de municipalização dos distritos de Terra Nova, Teodoro Sampaio e Amélia Rodrigues. Papel análogo a Santo Amaro, ocupava Cachoeira em relação à região fumageira, e Nazaré como cidade sede do Recôncavo Sul.

Embora Santo Amaro fosse o entreposto fundamental do açúcar e a residência de comerciantes, fazendeiros e senhores de engenho, os grandes negócios se faziam em Salvador. Nesta, viviam os barões do açúcar (5); aí localizam-se as grandes casas exportadoras, que até o terceiro quartel do século passado comercializavam o, então, principal produto da economia baiana. Também no século XX, quando o capital bancário em associação com as casas de

comércio passam, diretamente, a dirigir a produção açucareira, os lucros continuariam concentrados em Salvador.

É nesse ambiente sócio-espacial que se estrutura o capital açucareiro, elemento motor da ascensão e decadência econômica do Recôncavo baiano.

1.3 A ORIGEM E ESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL AÇUCAREIRO

A atividade manufatureira com a cana-de-açúcar no Brasil, como dissemos, remonta ao século XVI. Contudo, é somente no século XIX que aqui começa a *"Revolução Industrial"* do açúcar.

A transformação tecnológica e industrial na Europa do século XVIII possibilitou a introdução da máquina a vapor nos engenhos baianos no início do século seguinte. O Cel. Pedro Antonio Cardoso, através do seu cunhado Felisberto Caldeira Brant Pontes, em 1815, importou para seus engenhos, Boa Vista (em Itaparica) e Pimentel (em São Sebastião do Passé), as primeiras máquinas movidas a vapor do Brasil, antes mesmo que a indústria têxtil o fizesse. Em 1834, dezenove anos depois, 46 engenhos do Recôncavo já utilizavam esta fonte de energia. Outros 62 funcionavam suas moendas

com força hidráulica e 495 com tração animal. Ao todo eram 603 engenhos em produção.

Em meados da década de 50 o vapor já alimentava 144 engenhos num universo de 2.048 existentes na Bahia (AZEVEDO, 1984. p. ~~)~~) enquanto no ano de 1854, em Pernambuco, apenas 5 utilizavam a energia a vapor (PERRUCI, 1978, p. 117)

A introdução da máquina a vapor foi um momento de alteração qualitativa das forças produtivas na fabricação do açúcar, embora não tenha se verificado alteração similar na produção da matéria-prima. Em 1879 começavam a ser implantados os engenhos centrais na Bahia, movidos a vapor e com tecnologia mais avançada, mais próximo da fábrica moderna que dos antigos bangüês (7).

Os engenhos centrais, porém, distinguiam-se juridicamente das usinas por serem construídos através de inversões privadas, mas com capital remunerado pelo Estado com juros fixados em lei (8). Este modo de financiamento oficial, formalmente, tinha como contrapartida a submissão do funcionamento desses engenhos a determinadas regras estabelecidas pelo Decreto-legislativo número 2.687 de 06.11.1875.

Essa norma imperial estabelecia uma série de incentivos a quem se dispusesse aplicar seu capital na construção de Engenhos Centrais. Dentre esses, remuneração anual com 7% de

juros sobre o capital empregado, durante vinte anos; assegurava, também, a isenção de impostos na importação de máquinas. Previa, ainda, que o fornecimento da cana seria exclusivamente contratado com os proprietários de engenho, não sendo permitido o cultivo pelos engenhos centrais. Acreditava-se que a dedicação exclusiva ao cultivo da cana-de-açúcar, por parte dos engenhos, beneficiaria essa lavoura, propiciando a melhoria da qualidade da cana produzida. Essa lei impunha, também, aos engenhos centrais a proibição da utilização do trabalho escravo (PERRUCI, 1978, p. 120).

Entretanto, os proprietários dos engenhos centrais, que também possuíam grandes plantações, controlaram essas unidades industriais de forma a atender seus interesses econômicos em prejuízo dos engenhos fornecedores da matéria-prima. Priorizaram a moagem de suas próprias canas.

Nesta perspectiva, os engenhos centrais passariam a centralizar a fabricação do açúcar, concentrando todo o processo de industrialização. Aos antigos engenhos restaria a função de meros fornecedores de matéria-prima.

Para os donos de engenhos tradicionais, essa alteração, teria como principal conseqüência a separação definitiva entre agricultura (o cultivo) e indústria (o processamento da cana).

O final do século XIX, também será marcado pela aplicação de novos recursos tecnológicos. A ampliação do uso da energia a vapor, a construção de ferrovias e a introdução de elementos químicos no processo de purificação do açúcar, facilitadas por uma conjuntura propícia à importação de maquinaria e incentivos oficiais, seriam os responsáveis por esse incremento técnico. Tudo isso, também, contribuiria para inviabilizar os antigos bangüês, que não tendo acesso a tais inovações, permaneceriam produzindo açúcar bruto. Os que não se associaram para a fundação de usinas, logo seriam comprados por estas (ARAUJO, 1983).

Os engenhos centrais foram, portanto, a forma de materialização desses avanços das forças produtivas e ao mesmo tempo a última etapa da evolução industrial que criou a moderna fábrica de açúcar: a usina, tributária das condições históricas assinaladas.

Naturalmente, esse processo teve grande repercussão no mundo do trabalho. A energia a vapor revolucionou os engenhos. Introduziria alterações importantíssimas nas relações de produção. O vapor permitiu mecanizar o transporte dentro da fábrica e unificar numa caldeira central toda energia necessária a acionar as várias etapas do processo de fabricação do açúcar. É evidente que meios de produção mais complexos, utilizando vácuo e centrífugas, requerem trabalhadores tecnicamente melhor qualificados. O

manuseio e conservação desses novos equipamentos implicou na ampliação do trabalho qualificado na região.

A conjuntura mundial, no momento de implantação dos engenhos centrais e das usinas no Brasil, entretanto, apresentava outros centros produzindo em bases tecnológicas mais modernas, tributários dos avanços técnicos e dos investimentos feitos pelos países industrializados europeus.

A produção de açúcar de beterraba na Europa aumentava, crescentemente, respaldada na evolução técnica que não parava de avançar. Em 1888, a França possuía 364 fábricas de açúcar de beterraba, já utilizando a técnica da difusão. Na Bahia, essa tecnologia só chegaria no século XX. Em 1903, somente os estados de Pernambuco e Rio de Janeiro começavam a adquirir esses equipamentos. Na Alemanha *"funcionavam mais de 400 usinas, produzindo 9 milhões de toneladas"*, bastando 900 quilos de beterraba para produzir 100 quilos de açúcar (CERQUEIRA, 1950, p. 316-317).

Além da produção européia, o mercado internacional contava com o açúcar produzido em Cuba e Havai, que nesse momento ocupavam a posição de vanguarda do setor, além de Java e diversos outros centros produtores. Na ilha de Cuba, em 1888, a Usina Chaparra, com suas centenas de trilhos, suas moendas que podiam *"suportar trezentas a quinhentas toneladas de pressão hidráulica sobre os rolos"*, eletricidade e equipamentos de última geração em quantidade,

produzia, sozinha, acima de 400 mil sacos de açúcar, mais que todo estado da Bahia (CERQUEIRA, 1950, p. 317).

Pelo que se observa, portanto, a implantação do parque industrial açucareiro no Recôncavo ocorre já com uma defasagem tecnológica em relação ao padrão internacional. Foram nessas circunstâncias que as firmas inglesas, exportadoras de maquinaria, venderam e implantaram equipamentos para usinas *"modernas"* na Bahia e no Brasil, como se observa nesse período.

A instalação de usinas de forma subsidiada pelo Estado, também atendia aos desejos do imperialismo inglês. Esta política, por certo, correspondia aos interesses das companhias inglesas exportadoras do maquinário, que ainda o instalava na usina deixando-a em condição de moer a cana e fabricar o açúcar. Naturalmente com a realização de enormes lucros.

No primeiro quartel deste século, observou Novis, ocorreu a fixação de técnicos estrangeiros (ingleses, belgas e holandeses) nas usinas com o objetivo de montarem os mecanismos importados, *"muitos deles aqui se radicando"*. Tais técnicos contribuiram para a formação da força de trabalho local (NOVIS, 1968, p. 8).

Um ano após a *"Conferência Assucareira"* da Bahia de 1902 (com a participação dos representantes de Campos, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte,

além dos baianos) já existiam 21 fábricas de açúcar no Recôncavo, usinas e engenhos centrais. A saber: Bom Jardim, Itapetingui, Dom João, Terra Nova, Aliança, São Bento, São Carlos, Passagem, Malembar, Carapiá, Rio Fundo, Capimirim, Maracangalha, Colônia, Iguape, Acutinga, Aratu, São João, São Miguel, Pitanga e Pojuca. Entre os proprietários se encontravam as firmas: Cia. Usinas & Terras, Sá Ribeiro & Cia., Cardoso & Cia., Bahia Central Sugar Factories & Cia (uma cia. inglesa), Manoel Francisco Gonçalves & Cia e a Fabrica Central de Pojuca.

A capacidade de moagem das quatro maiores usinas girava em torno de 400 ton de cana por dia; eram elas: Terra Nova, Aliança, Rio Fundo e Iguape, localizadas, todas, no município de Santo Amaro da Purificação, onde se encontravam outras cinco dessas usinas. Em São Francisco do Conde funcionavam cinco; em cachoeira duas; na capital três; uma em Mata de São João e outra em Pojuca.

A estrutura das empresas e do seu capital pode ser visualizada através do exemplo da modificação no comando acionário da Usina São Bento:

> *Data de 1908 a constituição da sociedade em Comandita que substituiu a sociedade civil Rocha Lima & filho, chefiada por Francisco e Pedro Alexandrino Rocha Lima. Os bens avaliados em 965 contos, consistiram na usina São Bento, oficinas, máquinas, estradas de ferro, material rodante, engenho de São Bento (foreiro ao mosteiro de São Bento) e São Pedro, com suas benfeitorias, plantações de cana, casas e residência de*

> *operários, as fazendas Bolandeira e Surucucu, plantações de cana no engenho Carapiá, e ações da Cooperativa Alcoólica da Bahia. O capital de 1 mil contos 601 contos e 500 mil réis, sendo , 100 contos de capital solidário, e 1 mil contos, 511 contos e 500 mil réis formados pelos bens da antiga sociedade Rocha Lima & Filhos (TAVARES, 1966, p. 23).*

As dificuldades do processo de ampliação da capacidade instalada das usinas, e da modernização tecnológica no período podem ser sentidas pelos problemas enfrentados pela usina São Bento, quando ampliou sua capacidade de moagem para 400 toneladas/dia. Um relatório de 1910 narra que três jogos de moendas do tipo Carliss, importadas da Inglaterra, gastou de Salvador à usina, no município de Santo Amaro, *"o duplo do tempo necessário para vir da Europa, dispensando quantia equivalente nos fretes"* (TAVARES, 1966, p. 24).

A cana esmagada por esta usina em 1908 provinha de engenhos vizinhos (6,7 mil ton.), de lavradores nas terras da usina (3,7 mil ton.), e de plantações próprias (5,5 mil ton). Portanto, mais de 60% da cana processada já era cultivada nas terras da empresa, o que confirma o processo de centralização da produção agrícola e da concentração da terra pelas usinas já nesse período. Nessa safra foram produzidas 1,14 mil toneladas de açúcar, proporcionando 70 contos, 202 mil e 508 réis de lucro líquido (TAVARES, 1966, p. 24).

A usina Aliança foi construída em 1892. Na virada do século já era uma das quatro maiores fábricas de açúcar do Recôncavo e nessa condição permanecerá (9). Foi criada por iniciativa dos coproprietários dos engenhos da Mata e Cazumba (Jaime Vilas Boas e Emídio Augusto de Sá Ribeiro). A origem da cana esmagada não difere daquela indicada para a usina São Bento, confirmando o processo de concentração da terra indicado acima.

Grosso modo, o transporte ferroviário foi outro elemento fundamental na formação do capital açucareiro. As principais usinas investiam na construção de ramais ferroviários e na aquisição de locomotivas e vagões, interligando suas fazendas à fábrica, criando assim possibilidade de mecanização parcial do transporte, além de maior facilidade no escoamento da produção do açúcar. Foi o caso, por exemplo, da usina Aliança, que em 1908 construiu 7 km de trilhos cortando os engenhos Jacuípe, Brito, Barra e Nazaré (SANTOS, 1959, p. 19).

Na área da cana, as ferrovias tinham como função, quase que exclusiva, o transporte dessa mercadoria, ao contrário das demais estradas de ferro do Recôncavo (Cachoeira e Nazaré), que serviam zonas de variada atividade econômica. No auge da capacidade do transporte na zona da cana, as usinas contavam com um triângulo em trilhos interligando Salvador e Alagoinhas à Santo Amaro, sendo que

somente a linha Santo Amaro a Bom Jardim (atualmente Theodoro Sampaio) media 99 km (SANTOS, 1959, p. 27).

As Conferências Açucareiras realizadas em 1905 e 1911, num momento de estruturação das usinas, em nada contribuiram para dotar o setor de um programa de modernização. Se limitaram, a primeira, a criar sindicatos, sendo que o da Bahia foi o primeiro a estabelecer uma tabela de preços para a cana; a segunda, a concluir que a solução para o setor estava em vender o produto *"em condições favoráveis"* o que lhes abriria *"as portas do crédito e abundantes recursos, levando-os a fundirem seus atuais atrasados estabelecimentos em grandes e modernas usinas"*. Para os conferencistas, *"o problema comercial"* só seria *"resolvido pelo excesso da nossa produção e normalização dos mercados internos dentro da lei da oferta e da procura"* (CERQUEIRA, 1950, p. 320-321).

Os efeitos práticos da ausência de um projeto de ampliação e modernização do setor e desse tipo de análise econômica, poderiam ser sentidos já em 1920. A Bahia, que dezessete anos antes possuía 21 usinas, neste ano contava com uma a menos. Pernambuco, no mesmo período, saltou de 42 para 74 unidades fabris.

Em termos de produção, a Bahia nesse intervalo não conseguia ultrapassar a marca dos 400, no máximo 600 mil

sacos (de 60kg) por ano, o que já ocorria desde o século XIX. Enquanto isso, Pernambuco progredia rapidamente para na safra de 1929/30 produzir 4.603.127 de sacos. Também, neste momento, desponta São Paulo, que em 1903 possuía somente 9 usina, e na safra de 1929/30 apresenta uma produção superior ao dobro da baiana (CERQUEIRA, 1925, p. 318-322).

A intervenção oficial no açúcar, como se sabe, nunca deixou de ser feita para beneficiar, antes, senhores de engenho, depois, usineiros, especialmente através de empréstimos, subsídios ou tarifas alfandegárias privilegiados. O Estado, após 1930, porém, trará as representações dos usineiros, de todos as regiões produtoras, para o seu próprio interior.

As resoluções de dois congressos usineiros realizados na década de 20 (Campos, RJ, em 1921 e Recife em 1928), indicavam o interesse do setor na intervenção estatal. O IAA surgirá para atender esse clamor.

A crise de 1929/30 havia criado uma situação em que sobravam mercadorias, inclusive açúcar, e faltava consumidor. A anarquia da produção criara uma conjuntura propícia à intervenção estatal. Os usineiros, alarmados, apelaram ao novo governo. Em 1931 é criada a Comissão de Defesa da Produção do Açúcar, que intervirá definindo parâmetros para o funcionamento do setor. Em 1933 esta

Comissão será transformada no Instituto do Açúcar e do Álcool, órgão que controlará, sob o comando dos próprios usineiros, a política de preços, créditos e tudo mais relacionado ao produto (CERQUEIRA, 1950, p. 328). O Estado seria, então, o regulador da anarquia capitalista na produção.

De fato, intervirá de forma a dirigir o setor, estabelecendo, dentre outras coisas, os preços da cana, açúcar e álcool, as cotas de produção das unidades federativas e de cada usina, além de controlar a comercialização. Procurava-se evitar que *"as variações dos preços do açúcar no mercado externo e os elevados custos de produção de açúcar e do álcool"* continuassem causando a instabilidade da taxa de lucro (CERQUEIRA, 1950, p.).

A intervenção estatal na Bahia, contudo, não contribuiu para salvar a agroindústria açucareira da estagnação e da decadência. é o que observamos, adiante, pela análise dos dados de produção, consumo e estimativa de consumo.

Por outro lado, a formação do capital açucareiro ocorre justamente no momento que o açúcar perde a liderança no ranking das exportações baianas, o que se verifica ainda no império. Em 1863 ocupava o primeiro lugar na pauta de exportação, seguido do fumo, café, diamante, algodão e cacau. Entretanto, já nos primeiros seis anos da era

republicana (1889-96), será o café o principal produto das exportações do estado (JANCSO, s/d., p. 337).

Durante a República Velha, em verdade, o açúcar pouco contava como atividade de exportação. Em 1897 não passava de 01% do total de exportações do estado, atingindo no período anterior a primeira guerra mundial, uma participação máxima de 6% no total das exportações (anos de 1905, 1907, 1909). No intervalo da guerra, todavia, observamos um crescimento da produção açucareira. Em 1918 o valor das exportações mais que quintuplicou se comparado com 1914, chegando a representar 16% do valor total (JANCSO, s/d., p. 337-340).

A atividade perdia o mercado externo e o espaço que sempre ocupara na pauta de exportação do Estado. Continuaria, até 1930, figurando como item secundário (sem peso econômico) nas exportações para, a partir dai, praticamente desaparecer do comércio exterior baiano (JANCSO, s/d. p. 341). Adiante veremos como nem mesmo o consumo interno, a partir de 1942, seria atendido pela produção local.

Assim, a instalação do parque industrial do açúcar se dará, sobretudo, pela intervenção estatal através de créditos e favorecimentos diversos (ARAUJO, 1983) e não pela pujança de capitais anteriormente acumulados e reinvestidos

no setor. Esses dados apontam para a inexistência de uma acumulação significativa de capitais pela indústria açucareira, justamente no momento de sua formação. Mediatizadas por essa realidade estrutural, a industrialização não se processaria em escala significativa. Por conseguinte, não guardaria correspondência com o vulto que o açúcar teve nos séculos anteriores.

1.4 A CASA S.A. MAGALHÃES E O MONOPÓLIO DO AÇÚCAR

A conjuntura econômica e financeira baiana após a I Guerra Mundial marcou o processo de formação do capital açucareiro. Observamos que ao revigoramento dos anos da Guerra, seguiu-se um período de crise, onde o mercado monetário tornou-se desfavorável com o aumento dos juros em até 18%, implicando em prejuízos para os produtores.

No decorrer dos anos 20, outros fatores intensificaram a crise. A lavoura canavieira enfrentaria, ainda, doenças e pragas determinando a eliminação das chamadas *"canas nobres"*. Quanto ao aspecto gerencial das usinas, também nesse período, surgiria uma tendência para administrações indiretas, exercidas por não proprietários (ANDRADE, 1969, p. 27).

Na mesma época as Casas Financeiras e Comerciais da Capital, nas transações com o interior, adotaram um regime de cobrança rigorosa e vendas a vista ou a prazos breves. As usinas ficaram *"terrivelmente endividadas perante o grande comércio de modo que foram dissolvidas sociedades como Rocha Lima & Filhos, e Sá Barreto & Cia"* (LINS, 1966, p. 199).

Em lugar dessas sociedades surgiu uma subsidiária da S.A. Magalhães Comércio e Indústria Ltda, (controladora de boa parte da vida comercial e financeira do estado), a LIR - Lavoura & Industrias Reunidas (TAVARES, 1966, p. 25), que viria a organizar um monopólio no setor açucareiro baiano nas décadas seguintes.

A Casa Magalhães, logo adotaria o mecanismo da consignação, pelo qual toda produção das usinas, dela dependente financeiramente, era entregue à sua subsidiária. Em poucos anos seria proprietária das quatro maiores usinas do Recôncavo: Aliança, São Carlos, São Bento e Terra Nova, bem como grande quantidade de terras através da compra de engenhos em decadência, alguns deles por ela antes arrendados; são exemplos os engenhos Jucá, Santo André, Murury, Ingahy, Retiro (GOES CALMON, 1925, p. 337). Outros relatos confirmam ter sido a *"compra forçada"* de engenhos, o método mais utilizado no Recôncavo pela S.A Magalhães para construir seu império agrário (10).

A estratégia da Casa S.A. Magalhães para montar o controle sob o setor açucareiro combinaria concentração agrária, através da compra dos engenhos arruinados, com concentração da produção industrial em grandes unidades fabris. Assim, em 1924, a LIR orientava sua administração no sentido de ampliar a capacidade das usinas Aliança e Terra Nova visando concentrar nelas o grosso da produção.

Desta forma, temos nos anos 20, o início da montagem de um grupo que iria dominar a produção açucareira no estado, manifestando suas primeiras conseqüências, quais sejam, a centralização e concentração do capital através de fusões e redução do número de unidades produtivas. Em 1930 apenas 16 das 21 usinas existentes em 1902 continuavam funcionando, apresentando também modificações na estrutura patrimonial de cada uma delas. Observava-se, principalmente, o afastamento total ou parcial dos primitivos fundadores.

Com a LIR, consolida-se, enfim, a cristalização do controle comercial/bancário sobre a produção agroindustrial do Recôncavo. Sob o aspecto institucional, a importância política do açúcar na Bahia, a partir da década de 20 deste século, não se justificava mais por sua relevância econômica, mas sim, fundamentalmente, pela sua articulação orgânica com o capital comercial e bancário representado pela Casa Magalhães. A tradicional ligação entre o setor

açucareiro e o poder político encontrará, então, uma nova síntese.

A S.A. Magalhães, maior empresa do Norte-Nordeste, detinha o monopólio da distribuição (comércio atacadista) do açúcar em Salvador (11). As usinas menores, temendo o poderio desta firma, destinavam seu produto apenas para o interior. O abastecimento dos armazéns da Capital era feito semanalmente, de forma insuficiente, por uma cota de cinco sacos deste produto.

Corria 1946, ano para o qual o Instituto do Açúcar e do Álcool fixou, de acordo com a capacidade das 18 empresas em atividade, a cota de produção de 800 mil sacos (12), proibindo a compra do produto em outros estados (que só seria liberada no ano seguinte) (13). Entretanto, a Bahia tinha uma expectativa de consumo de 900 mil. O preço tabelado era Cr$ 120,00 o saco para o varejista e Cr$ 2,20 o quilo para o consumidor final. A falta do produto possibilitava o surgimento do mercado paralelo ou *"câmbio negro"*, onde o preço do saco de 60 kg alcançava Cr$ 175,00 (14).

A falta do açúcar era uma constante na cidade. Todos os anos, em determinado período, esse produto desaparecia. Momentos depois, ressurgia com novo preço. Em setembro de 1948, subia de Cr$ 2,20 para Cr$ 3,00 o quilo, enquanto a

saca passa a custar Cr$ 148,00 subindo Cr$ 8,00. A luta contra a carestia que se desenvolveu em todo o país nesse período, na Bahia adotou o preço do açúcar como um dos seus principais alvos (15).

A Comissão Especial de Preços - CEP, foi responsável pela tabelamento do preço do açúcar até abril de 1950. Em seguida, essa função passou às mãos do IAA, órgão controlado pelos próprios usineiros. Na Bahia, em maio de 1950, o preço desse gênero subiria para Cr$ 4,00 o quilo, e vendido por Magalhães a Cr$ 210,00 o saco. Preços já fixados pelo IAA (16).

A qualidade do açúcar baiano, pelas denúncias encontradas, era sofrível. Apesar do preço em constante elevação, esse produto chegava ao consumidor *"misturado com pedras, pedacinhos de cavaco, "balas"*. Além disso, era *"escuro"*. A sujeira era atribuída ao primitivo processo de ensacamento adotado pelas usinas. Para O Momento (23 maio 1950, p. 1):

> *... depois de cristalizado, o açúcar é lançado ao chão de uma sala, onde há pontas de cigarros, poeira, teia de aranha, onde se pisa e cospe. Depois de ensacado, fica exposto a goteiras, umidade, etc. de modo que formam as chamadas "balas", que encontramos quando vamos tomar café.*

A insuficiência do açúcar para o abastecimento do mercado baiano, associado ao monopólio da distribuição, levava a Casa Magalhães ser acusada de praticar várias arbitrariedades no comércio desse produto. As mais comuns era a imposição da venda *"casada"* com outras mercadorias, como fósforos, azeitonas, manteiga, vinho, cimento, ou mesmo açúcar refinado, mais caro que o comum. Também os pequenos comerciantes denunciavam essa firma de vender os sacos do açúcar abaixo do peso, e de não admitir que os mesmos fossem pesados no ato da compra (17).

Apesar da produção insuficiente para o consumo doméstico e, especialmente, dos problemas de defasagem tecnológica relacionados principalmente com as questões agrícolas, até 1950 a LIR apresentava lucros significativos. Neste ano, quando foi publicado o balanço relativo a moagem 1949-50, o lucro líquido apurado, nessa empresa controladora das usinas de S.A Magalhães, foi de Cr$ 7.840.178,30, correspondente a 31,3% do capital investido na empresa (18).

Mais significativos foram os lucros da S.A. Magalhães Comércio e Indústria Ltda nesse mesmo ano, Cr$ 45.249.152,50, ou 44,3% sobre o capital da empresa, que era de Cr$ 102.135.335.40, considerado como o capital legalmente registrado mais as reservas. Os salários, incluindo-se os pagos aos diretores, somaram Cr$ 5.552.978,90, equivalentes

a 8% sobre o lucro bruto da Sociedade ou nove vezes menos o lucro líquido (19).

A Casa Magalhães, além do açúcar estendia suas atividades pelos mais importantes setores do comércio, alimentos, indústria, imóveis, finanças, agro-pecuária, etc. Possuia uma atuação diversificada a ponto de alcançar da produção de energia elétrica, a S.A Luz e Força de Ilhéus aos transportes de pequena cabotagem da navegação costeira (20).

Através da LIR, a Casa Magalhães também viria adquirir o controle da usina Santa Elisa, em São Francisco do Conde. Este grupo, sozinho, produzia aproximadamente 50% de todo açúcar baiano. Na safra de 1948-49, por exemplo, coube a ele a cota de 576.262 sacos, representando 49,14% do total. Se considerármos que a Usina 5 Rios, em Maracangalha, pertencente a Clemente Mariani, um dos acionistas e porta voz desse grupo, possa ser incluido nesse mesmo bloco, teremos um percentual ainda maior da produção controlado por um mesmo conglomerado econômico.

Além de maior grupo econômico baiano, a Casa Magalhães foi um centro fundamental de articulação política no Estado. Um dos principais políticos baianos do período 1945-64, Clemente Mariani, projetou-se no cenário local a partir de suas relações com essa Casa. Seria por muito tempo,

primeiro como advogado, depois como deputado, ministro por mais de uma vez, presidente do Banco do Brasil, o articulador e representante no campo institucional, do poderio econômico da S.A. Magalhães (21). Com o processo de decadência desta, ele próprio passaria a encarnar, também o poder material da burguesia baiana, acumulando já no início dos anos 50 o controle acionário do Banco da Bahia e da Cia. Usina 5 Rios S. A. e duas grandes fazendas agro-pecuárias (22).

A forte influência que, de um modo geral, a Casa Magalhães exercia no aparelho de Estado reforçava a posição econômica que ocupava no mercado baiano, assim como assegurava o domínio completo sobre o setor açucareiro. Nas esferas federal e estadual, nos âmbitos legislativo e executivo era perceptível a influência e os pedidos do grupo baiano. Aproveitando a passagem de Mariani pelo Ministério da Educação e Saúde, a Casa Magalhães não vacilou em pedir o concurso do dinheiro público para

> *... realizar o levantamento aerofotogramétrico de uma área de cerca de 21.000 hectares para racionalizar os seus processos de trabalho agrícola, melhorar o traçado de vias de comunicação e planificar o desenvolvimento de suas atividades (23).*

Justificava seu pedido com base na afirmação de que mapas precisos sobre os cursos dágua na região seriam importantes ao combate da malária desenvolvido por esse

Ministério. Esta solicitação, noutro sentido, também era de interesse do Ministro, que além de acionista desta empresa era proprietário de uma usina no Recôncavo.

Sua influência no Governo baiano, assim como o peso dos usineiros na política dos Estados produtores, pode ser observada pelo Memorial enviado ao Governo Federal, assinado por 8 governadores, pedindo o aumento do preço do açúcar (24).

O governador baiano, Régis Pacheco, foi um dos signatários do documento, que afirma ser o preço tabelado do açúcar inferior aos custos de produção em 1951. Este Memorial, entretanto, foi apresentado meses depois da Casa Magalhães ter divulgado o balanço da LIR apontando um lucro líquido superior a Cr$ 7,8 milhões em suas usinas (ver p. 49-50).

No município de Santo Amaro, onde toda economia local girava em torno do trabalho em suas fazendas e usinas, o poder da Casa Magalhães era quase absoluto. Prevalecia o tradicional domínio político, tão conhecido em nosso interior, sobressaindo-se principalmente a utilização do poder policial na repressão ao movimento operário.

Não seria exagero considerar a existência de um monopólio no setor açucareiro baiano, entendendo como tal o

controle de um único grupo econômico sobre a maior parte da produção do Estado, associado a um domínio exclusivo na distribuição do açúcar em Salvador, principal centro consumidor.

NOTAS

(1) Esses dados demonstram o deslocamento evidente do eixo industrializante do país para São Paulo, para a região sudeste.

(2) O Estado, também, passará investir na criação de uma nova divisão social do trabalho, pela qual o Sudeste se consolida como Região industrial, ao passo que a modernização do Norte-Nordeste ficará subordinada ao movimento de acumulação capitalista nos Estados do Sul.

(3) 'Santo Amaro nação da cana' é o título de um dos trabalhos de Xavier Marques, um dos raros literatos do Recôncavo a se dedicar ao universo cultural da civilização do açúcar. A cana, se comparada ao cacau, praticamente, não inspirou obras literárias.

(4) Cf. O Momento, 21 set. 1946, p. 2 e 6. (A população de Santo Amaro, segundo o Departamento Estadual de Estatística, era, em 1940, 106 mil e estimava-se para 1946, 118 mil habitantes; apud VASQUES, 1986. p. 159, nota 124. Para 1904, Thales de Azevedo indica uma população de 30 mil; 1969, p. 189).

(5) A presença dos senhores de engenho e dos barões do açúcar em Salvador está marcada *"nos casarões do século XVIII e XIX do centro velho da cidade alta; e, nas mansões do fim do século passado e início deste, no Corredor da Vitória"* (OLIVEIRA, 1987).

(6) A nível acadêmico, Araujo (1983) foi quem primeiro estudou "Os engenhos centrais e a produção açucareira no Recôncavo baiano, 1875-1909" (Tese de Mestrado em Ciências Sociais).

(7) Distintas dos engenhos centrais, as usinas não estavam submetidas as restrições do Decreto-legislativo 2.687 de 1875. Combinava livremente grandes plantações e fábricas modernas. Foram criadas basicamente pelo capital privado nacional, estimulados por financiamentos públicos, quando não as expensas destes. Os engenhos centrais, diferentemente, foram construídos, principalmente, pelo capital inglês (PERRUCI, 1978, p. 123).

(8) Não só até o período estudado nesta pesquisa, mas até os dias atuais. Em 1985 foi adquirida pelo Grupo Econômico.

(9) O Momento, 22 set. 1946, p. 2.

(10) Segundo Jarbas Araújo Lima, proprietário de usinas no Recôncavo, a Casa Magalhães possuia empresas em São Paulo e Rio de Janeiro, controladoras de 50% da comercialização do açúcar nestes Estados. Segundo sua avaliação, guardadas as devidas proporções, pode se traçar um paralelo entre o poderio detido pela Casa Magalhães entre os anos 30 a 50 e o poder econômico e politico que possui, hoje, o Grupo Odbrecht (entrevista ao autor, Salvador, 01.12.1995).

(11) Com uma produção diária estimada em 3.180 sacos, conforme a Tabela, as 8 principais usinas do Estado, produzindo 6 meses por ano, alcançaria um total de 678.400 (3.180 x 30 x 6). As dez menores tinham uma produção insignificante para atender o restante da demanda da capital e de todo o interior.

Produção diária de açúcar das usinas de Stº Amaro

- Aliança	.....	800 sacos
- Terra Nova	.....	700 sacos
- S. Carlos	.....	600 sacos
- S. Bento	.....	600 sacos
- Itapetinguí	.....	150 sacos
- Santa Elisa	.....	150 sacos
- Passagem	.....	100 sacos
- Paranaguá	.....	80 sacos
total	.....	3.180 sacos

fonte: O Momento, 27 set. 1951

(12) O Momento, 25 maio 1946, p. 1.

(13) O Momento, 26 set. 1947, p. 2.

(14) O Momento, 18 set. 1948, p. 1.

(15) O Momento, 05 maio 1950, p. 1.

(16) O Momento, edições 03,11 e 18 ago. 1950; 07 nov. 1950.

(17) O Momento, 01 ago. 1951.

(18) Estado da Bahia, 27 dez. 1950.

(19) Balanço publicado no D.O.E de 18 fev. 1951 e comentado em o Momento de 21 set. 1951, p. 1-4.

(20) O Momento, edições de 29 set. 1951, p. 2, e 06 jun. 1947. A S.A. Magalhães de tantos negócios, também esteve envolvida com denúncias de sonegação fiscal.

(21) Mariani foi eleito Deputado Federal em 1945, Ministro da Educação e Saúde do Governo Dutra, Presidente do Banco do Brasil no 2º governo Vargas e Ministro da Fazenda no Governo Jânio Quadros (CPDOC/FGV-RJ; ref CMa/Mariani).

(22) CPDOC/FGV-RJ; CMa/Mariani, C; pi 52.09.07 e pi 51.02.15. Mais tarde Mariani viria a investir em empresas petroquímicas no Polo de Camaçari (CPDOC/FGV-RJ; CMa/Mariani, C; pi (77/81).00,00), sendo, hoje, um importante grupo econômico neste setor.

(23) Correspondência da LIR ao Ministro da Saúde, datada de 17 jun. 1947 (CPDOC/FGV-RJ; ref CMa/Mariani, 46.12.18). Juraci Magalhães, outro importante liderança política também figurava como aliado político da S.A Magalhães; a Presidência da Assembléia Legislativa estadual em 1951 era ocupada por outro aliado, o Dep. Lima Teixeira (O Momento, 29 set. 1951, p. 2).

(24) O Momento, 11 set. 1951, p. 1-4.

CAPÍTULO 2 - O PROCESSO DA ECONOMIA AÇUCAREIRA BAIANA

2.1 INDÚSTRIA X CAMPO: O ENTRAVE AGRÍCOLA

Devemos atentar para o fato de que a estruturação do parque industrial do açúcar ocorreu num cenário de intensas transformações na sociedade, marcado pelo processo inicial da industrialização brasileira, pela ebulição política causada com o fim jurídico do trabalho escravo, e o surgimento da República.

No Recôncavo, a industrialização do açúcar caracterizou-se como um movimento capitalista com vários elementos típicos, mas, que não escaparia da herança de nossa formação econômica e social, marcada pela adoção do trabalho escravo em larga escala.

A nosso ver, é possível localizar no tipo de formação capitalista que tivemos (em meio a uma sociedade marcadamente escravista), a razão da trajetória cambaleante do setor canavieiro do Recôncavo, durante a primeira metade do século XX.

É por demais sabido que residia na aristocracia agrária, com destaque para os senhores de engenho, a maior resistência à abolição do trabalho escravo no Brasil. Não por acaso. Afinal, a escravidão foi implantada para

solucionar o problema da falta de braços para a exploração da colônia, especialmente da lavoura canavieira.

Gostaríamos de ressaltar alguns aspectos político-culturais que tiveram fundamental importância na evolução da atividade canavieira no Recôncavo. Durante avançado período deste século, a mesma postura refratária desse setor ante a abolição, encontraremos, em relação às inovações técnicas na produção agrícola, bem como em relação aos métodos administrativos e gerenciais da força de trabalho.

Cerqueira (1950) observa que, após a implantação da moderna fábrica de açúcar, o cultivo da cana permanecerá sendo feito pelos mesmos métodos dos séculos anteriores. Enquanto a usina solicitava uma ampliação quantitativa e qualitativa da matéria-prima, a racionalidade administrativa dos "*novos*" usineiros e produtores permaneceria cuidando da lavoura como se fazia 200 anos antes. No início do século XX raros eram os arados modernos em atividade no Recôncavo.

Para esse comportamento cultural, a nosso ver, contribuía uma importante determinância histórico-estrutural, o sistema latifundiário. A abundância de terras, potencialmente, possibilitava o aumento da quantidade de cana produzida, mediante o simples ampliação da área plantada. A verdade, entretanto, é que apesar da disponibilidade de terras, o plantio também não teve

crescimento significativo conforme Tabela 01 (p. 60), assim como a quantidade de canas esmagadas.

Por esse caminho, o período de estruturação da produção industrial do açúcar no Recôncavo não presenciaria um movimento na produção agrícola que tivesse equivalência técnica ao verificado no setor fabril com os equipamentos importados. Ao contrário, manteve-se a maior parte das características da cultura no período de uso do trabalho escravo.

Desta forma, as usinas se implantaram com um desequilíbrio estrutural entre o campo tecnologicamente vivendo no século XVIII e a fábrica capitalista relativamente moderna. Isso, ao lado de uma mentalidade agrícola-administrativa de corte colonial, resultou numa série de conseqüências danosas ao desenvolvimento e modernização da agroindústria açucareira do Recôncavo, como adiante demonstraremos.

2.2 CONSUMO CRESCENTE, PRODUÇÃO INSUFICIENTE

A crise de 1929/30 se caracterizou pela superprodução e falta de consumidor, também no mercado nacional do açúcar. A anarquia da produção propiciará a intervenção estatal. Após

essa crise, o Instituto do Açúcar e do Álcool comandará a política de preços, créditos, etc. Como já assinalamos, a intervenção estatal na Bahia não salvaria o setor açucareiro. é o que observaremos (a partir da década de 40) pela análise dos dados de produção, consumo e estimativa de consumo.

Desde 1942 que a produção local não é suficiente para atender a demanda. Neste ano, as 19 usinas em funcionamento só produziram 661.457 sacos. A FGV estimava a capacidade de consumo em 1.284.419 de sacos, enquanto o consumo do estado acabou ficando 795.899 sacos de 60Kg. Nos anos 50 a produção mantém um certo equilíbrio com o açúcar consumido, contudo a estimativa de consumo estava bem mais elevada que a produção, o que nos leva a supor que tal equilíbrio se deveu a existência de uma demanda reprimida, e não a uma satisfação do mercado interno.

A falta de açúcar no mercado baiano nos anos 40 e 50 será a causa de repetidas denúncias de cobrança de ágio, feita pelas usinas na venda do produto. O problema só seria amenizado pela permissão do IAA para a importação do excedente de outros estados.

Essa tendência evolui e, em 1972, configura um quadro, onde *"para um mercado consumidor de 5.000.000 de sacos a produção atingiu apenas 940.000 sacos"* (SILVA, 1973, p. 26).

O desequilíbrio na relação consumo/produto disponível, expressa com clareza o insucesso desta indústria na Bahia.

Verificaremos, entretanto, o aumento da área plantada com cana-de-açúcar até 1964. Neste ano, contava o Recôncavo com 25.481 hectares de canas cultivados; em 1960, eram 18.946 hectares.

ÁREA CULTIVADA DE CANA E Nº DE USINAS, 1960-1988

(Tabela 01)

Recôncavo baiano		
ano	área plantada/ha	usinas func.
1960	18.946	10
1962	22.770	09
1963	-	09
1964	25.481	08
1965	24.899	07
1967	17.440	07
1969	13.054	-
1970	13.039	-
1974	18.211	-
1976	16.418	-
1978	24.239	04
1988	-	03

fontes: SEPLANTEC; IBGE

Finalmente, na década de 60, especialmente a partir da safra 1964/65, acontecerá a crise fatal da economia açucareira na região, com o recuo da produção de açúcar, a redução da área destinada à cana e o fechamento de várias usinas. A partir de então, outras culturas como o dendê, o

cacau e, especialmente, a pecuária passarão a ganhar o espaço antes ocupado pela cana.

2.3 O DESCOMPASSO TÉCNICO ENTRE O CAMPO E A INDÚSTRIA

É certo que a estagnação e a decadência da agroindústria, como um todo, já se observavam desde os primeiros anos do século. O tímido aumento da produção do açúcar verificado até 1964 (mesmo que com avanços e recuos) foi obtido graças a ampliação da área plantada e ao aumento da produtividade industrial, mesmo que não tão grande (Tabela 02). (A produtividade industrial é dada pela relação entre o número de quilos de açúcar produzidos por cada tonelada de cana processada pela indústria).

Para Novis (1968, p. 9), 30% do peso de um saco de açúcar produzido em 1968 decorria da *"elevação do rendimento industrial, alcançadas nos últimos vinte anos"*. Também para ele, aí não residia o problema essencial da indústria açucareira baiana.

Apesar dessas melhoras na produtividade industrial, deve-se observar, como fez Almeida (1965), que o setor não acompanhou o desenvolvimento técnico, também no que se refere ao aproveitamento dos subprodutos e resíduos da cana,

utilizáveis em outras atividades lucrativas. Indústrias de *"celulose, detergente sintético, plásticos, produtos químicos, papel, adubo, ração para gado etc."* poderiam se desenvolver em simbiose com a produção açucareira (1).

O problema central, todavia, se concentrava na ausência de melhoramentos na lavoura. A cada nova safra era necessário uma quantidade maior de área plantada para se colher uma mesma tonelagem. Naturalmente esse processo aumentava o custo com terrenos, tempo de trabalho, aquisição de equipamentos, desgaste destes, etc. Ainda, consumia os ganhos de produtividade do setor industrial.

PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA E INDUSTRIAL DAS USINAS, 1945-70

(Tabela 02)

Recôncavo baiano		
ano	produtividade	
agríc. ton/ha		indust. em kg/ton
1945/6	-	68,94
1950/1	47,33	81,83
1954/5	47,00 (Braga)(2)	83,60
1955/6	39,44	82,99
1960/1	42,13	90,22
1965/6	44,90	91,72
1968/9	-	113,29
1969/70	47,02	86,66

fontes: SEPLANTEC; IBGE

A nossa hipótese explicativa para a causa da crise estrutural do setor está relacionada a estagnação dos níveis da produtividade agrícola da lavoura canavieira (ou seja, a

relação entre o número de toneladas de cana produzidas por cada hectare plantado).

A ausência de uma técnica agrícola associada a uma administração rural de tipo colonial, seriam fatais à agroindústria. é o que veremos a seguir.

2.4 UM SUICÍDIO ANUNCIADO: A ADMINISTRAÇÃO AGRÍCOLA

A nosso ver, o setor fracassou por ter ignorado a tecnologia agrícola e administrativa disponível e em uso no país. Corrobora com esta tese o fato de que havia terras sendo plantadas em escala crescente (Tabela 01), mercado consumidor em ampliação pelo crescimento demográfico e da renda, mão de obra abundante e, apesar da rebeldia, barata; além de melhoras no rendimento da produtividade industrial.

Assim sendo, as causas da crise fatal do setor devem ser localizadas em dois fatores articulados e que parece terem sido decisivos: a inexistência de administração racional e a ineficiência técnica da lavoura, que juntos inibiam qualquer projeto de avanço na modernização. Interessante observar que estes fatores, diretamente relacionados às forças produtivas, possuem uma dimensão cultural da maior importância. Qual seja, a origem

tradição colonial escravista, onde prevalecia a noção de que o poder se concentrava sobre o controle da terra e da força de trabalho humana.

Esse fracasso ocorria, apesar da constante ajuda estatal para o setor, sempre contemplado em decorrência de suas influências políticas, e da melhoria nos índices de produtividade industrial (conforme Tabela 02). A constância do apoio estatal, contraditoriamente, pode ter contribuido para reforçar o processo de crise na medida que assegurava a manutenção de recursos públicos desobrigando os usineiros de buscarem alternativas próprias, através da reestruturação técnica e gerencial de suas empresas.

No Recôncavo, em geral, não sobreviveu a figura típica do usineiro, administrador direto e soberano de sua propriedade. As usinas foram constituídas pela fusão do capital de vários proprietários o que descaracterizava o poder absoluto e direto tradicionalmente encontrado noutras regiões. Este elemento também dificultava a transição hereditária desse tipo de poder. A Usina Itapetingui é, talvez, a exceção mais evidente a esta regra permanecendo sob o controle direto de uma família, a Falcão.

Enfim, a administração direta, pelo indivíduo que encarnava o poder econômico e político, típico do senhor de engenho dos séculos passados, foi paulatinamente substituída

pela administração indireta, bem exemplificada pelos diretores da Lavoura & Indústrias Reunidas.

A usina é composta por uma unidade industrial, dividida em três setores (transporte, fabricação e manutenção) e várias fazendas, responsáveis pelo fornecimento de cana à indústria. Pela análise dos dados apresentados é possível, agora, perceber que o problema fundamental das empresas não estava na produtividade industrial ou na área disponível à lavoura. Isso reforça a nossa hipótese, ou seja os problemas do setor estão relacionados, fundamentalmente, às questões técnico-agrícola e administrativa das fazendas.

Com efeito, no comando das unidades agrícolas, as empresas mantiveram as tradicionais figuras dos *"administradores"* e *"feitores"*, acumulando as funções de técnicos da produção e administradores da força de trabalho.

Esses administradores, homens rudes e de pouca leitura, detinham um poder inadmissível num sistema de exploração racional. Sensíveis às mudanças que pudessem ameaçar seu poder, ao que parece, sabotaram as poucas iniciativas de modernização da produção agrícola tentadas pelas usinas. As inovações técnicas, em geral, eram vistas como um perigo às suas posições.

Relacionavam-se com os trabalhadores como senhores incontestes dentro das fazendas; afinal, tinham acesso

direto e eram acreditados pelos patrões. Possuíam animais e boa montaria. Seus desmandos, especialmente contra os empregados, não eram punidos (SILVA, 1973, p. 6).

É claro que a influência dessas pessoas não se manifestava igualmente em todas as empresas. De qualquer modo, ela foi uma constante no setor canavieiro do Recôncavo.

É nesse quadro que os administradores buscaram dificultar a adoção de novas variedades de cana e até mesmo a utilização de adubos, que sempre vinham acompanhados por técnicos, vistos por eles como possíveis substitutos. Um deles chegou a confessar ter deixado apodrecer toneladas de defensivos agrícolas sem aplicá-los ao solo. Costumava-se ouvir expressões como: *"cana de livro não dá"; "a terra é muito boa não precisa de adubos"; "experiência feita por agrônomo não funciona"* (SILVA, 1973, p. 7-10).

Confirma a não utilização de defensivos agrícolas os dados do IAA citados por Almeida (1965). *"Dos 13.894 hectares plantados em 1961, apenas 163 ha. foram adubados pelos nossos usineiros"*. Em plena década de 60, o plantio era feito sem observar a variedade a ser plantada, *"nem efetuado o devido tratamento do rebole"*, o que aumentaria a capacidade germinativa da semente *"em 40% no período seco"*. Mesmo o uso de *"fungicidas, inseticidas,*

herbicidas, enleiramento das palhas, adubação verde, etc" são desprezados pela maioria dos agricultores (3).

Vários foram os administradores que, ao deixarem seus empregos, já estavam na condição de fazendeiros e as empresas onde trabalhavam se encontravam em situação falimentar. São comuns as denúncias de fraudes de toda espécie praticadas por eles contra as usinas. A mais comum consiste em apontar, para o escritório da empresa, um número de tabuleiros de cana cortada, por determinado empreiteiro, maior que o real. O valor relativo aos tabuleiros acrescentados fraudulentamente era dividido na proporção de dois para um, favoravelmente ao administrador. O que, as vezes, gerava protestos do seu cúmplice, o empreiteiro (SILVA, 1973).

Assim, os núcleos dirigentes das usinas não se pautavam por métodos racionais da moderna empresa, já em larga utilização. Ao contrário, preservava um sistema de gerenciamento agrícola mais próximo da propriedade colonial. Desta forma, os prejuízos causados pelos administradores agrícolas, antes de serem causas da decadência, são conseqüências do atraso técnico-administrativo das usinas, culturalmente presas a valores da sociedade dos séculos passados.

A tese da centralidade dos fatores administrativo e tecnológico agrícolas, como os elementos fundamentais à

decadência da agroindústria açucareira no Recôncavo, se robustece quando observamos a apatia do setor em relação às iniciativas estatais no sentido de colocar à sua disposição conhecimentos científicos na área agronômica. Três iniciativas oficiais na área de pesquisa foram praticamente ignoradas pelos usineiros. Vejamos.

A primeira delas ocorreu, ainda, no século XIX com a criação do *"Imperial Instituto Bahiano de Agricultura"*, que se dedicou à pesquisa de melhores sementes e divulgação de conhecimentos técnicos sobre a lavoura. Tratava-se de uma iniciativa programada pelos setores mais lúcidos da elite visando difundir o uso de tecnologia mais avançada e a mudança da mentalidade retrógrada da maioria dos produtores de açúcar. Esse objetivo, entretanto, como é evidente, nem de longe, chegou a ser alcançado (TOURINHO, 1982).

Em 1949, em Jacuípe, atualmente um distrito de S. Sebastião do Passé, uma Estação Experimental foi construída com a finalidade estatutária expressa de experimentação e produção voltada para o setor canavieiro. Os empresários, contudo, não souberam aproveitar as possibilidades de introduzirem mudanças na cultura, argumentando a carência de recursos financeiros, além da insuficiência de recursos oficiais para custear tais mudanças. Mais uma vez preferiram os ensinamentos dos seus feitores e administradores.

Em 1969, o então Secretário de Agricultura fecha a Estação e vende parte dos instrumentos, sem que nenhum usineiro levantasse a voz em protesto (SILVA, 1973, p. 12).

Por fim, completando o tripé científico que poucas regiões brasileiras possuíram, temos, no Recôncavo, a Escola de Agronomia, também criada nos anos 40.

Esses recursos, entretanto, apesar da disponibilidade, muito pouco foram utilizados para pesquisas voltadas à produção açucareira, não vindo a se integrar no setor pela própria apatia deste.

O crescimento da produtividade industrial, ainda que modesto, nesse quadro de irracionalidade administrativa, se apresenta como uma variável cuja explicação passa pela relativa facilidade de renovação do maquinário que se observava nas primeiras décadas do século. Até então, o Governo Federal subsidiava (ARAUJO, 1983), e as firmas responsáveis pela venda dos equipamentos entregavam-os montados, correntes e moentes, como se dizia.

A precariedade da administração pode ser mais uma vez observada pela ausência de qualquer iniciativa no sentido de formar a mão-de-obra para operar os novos equipamentos das usinas. Conforme Silva (1973, p. 13):

> *... durante o processo de montagem e primeiros períodos de funcionamento, os trabalhadores locais aprendem olhando e quando a máquina apresenta*

qualquer problema utiliza-se o telefone para São Paulo ou Rio de Janeiro.

A falta de visão administrativa dos usineiros baianos, se não dispensava as inovações na área industrial, onde as facilidades eram maiores, as renegava completamente na área agrícola. É incrível, mas em 1969, quando se completava a decadência do setor, só havia um engenheiro agrônomo em atividade no Recôncavo açucareiro (SILVA, 1973, p.13).

Os trabalhadores, de um modo geral, só passaram a conviver com técnicos e engenheiros agrônomos nas áreas das usinas a partir de meados dos anos 70. É o que relata, por exemplo, Cesário Barbosa, operário há 23 anos na Usina Paranaguá. *"Eu só passei a conhecer agrônomo trabalhando aqui por volta de 1975, 1976"* (4).

Para Braga (1959), apesar do ótimo rendimento obtido na safra de 1953-54, *"curvas de nível, boa adubação em época oportuna e bem dosada, cultivos de variedades selecionadas de boa produção e resistência, não encontra padrão em nossa cultura"* no Recôncavo (5).

Podemos, por conseguinte, concluir que havia uma íntima interdependência entre a baixa produtividade agrícola e o modelo administrativo da agroindústria canavieira. Um nutria o outro. Inverter a curva da produtividade agrícola necessariamente implicava em subverter o sistema administrativo, o que não ocorreu.

Em síntese, permanecia o descompasso estrutural inerente a uma indústria capitalista convivendo com um sistema agrícola atrasado e desestruturador. Isto caracterizou a agroindústria açucareira do Recôncavo durante mais de dois terços do século XX.

Também no Estado da Guanabara o descaso das usinas pelo setor agrícola foi observado por Pinto (s/d), apresentando algumas semelhanças com o processo baiano:

> *A preocupação dominante era apurar o rendimento industrial... Os recursos administrativos, de mão-de-obra especializada e os financeiros passaram a ser priorizados, passaram a ser concentrados nas fábricas de extração do açúcar em detrimento do campo onde se plantavam... O que se verificou foi um considerável decréscimo da produção da cultura canavieira, aceita como fato natural pela compensação que lhe dava mediante a melhoria da lucratividade industrial* (6).

Assim como na Guanabara, no Recôncavo os baixos índices de produtividade agrícola decorrentes da inexistência de tratos culturais e orientação técnico-científica, além do paradigma arcaico de gerenciamento agrícola, reduziam os benefícios do aperfeiçoamento técnico na área industrial.

Disso tudo resultava a incapacidade das empresas em elevar a taxa de lucro através do aumento da mais-valia relativa ou ganhos de produtividade. As conseqüências disso para o mundo do trabalho foram terríveis, como discutiremos

na Parte II, uma vez que a solução para essa elevação seria a extração cada vez maior de mais-valia absoluta.

A nosso ver, não é correto atribuir aos fatores climáticos ou de solo as causas essenciais da bancarrota na agroindústria do Recôncavo, como fizeram Renato Novis (1968) e João Saturnino Silva (1973). Este último desenvolveu a justificativa dos fatores edafo-climáticos (clima e solo) para explicar a bancarrota da indústria açucareira no Recôncavo. Esta hipótese, entretanto, foi formulada por Renato Novis, um dos principais dirigentes usineiros do Estado.

É sabido que a cana-de-açúcar necessita de 1.400 a 1.800 milímetros de precipitação anual, distribuídos em épocas convenientes. Novis pesquisou os índices de precipitação entre 1954 a 1968 na Usina 5 Rios, constatando que nos últimos 15 anos, em nove ocorreram chuvas além do ideal para um solo de massapê, que seria em torno de 1.500 milímetros. Segundo seus dados, *"nos 9 anos iniciais da pesquisa, apenas um apresentou precipitação superior a 2.000 milímetros, enquanto que nos últimos seis anos, em 4 deles"* o ocorreu o mesmo.

Novis observou, ainda, que a precipitação exagerada entre 1963-68 deu a crise da lavoura, em 1968, uma *"feição de agravamento circunstancial"*. Citando dados de sua

pesquisa, afirma que nos últimos *"12 anos, os 6 primeiros ofereceram uma média de 1.530 de precipitação pluviométrica e os derradeiros uma média de 2.021 milímetros"*.

O excesso de chuvas, assim só seria sentido a partir da safra de 1963-64. Portanto, quando o processo de crise já estava em fase terminal.

Antes, o índice pluviométrico da região mantinha uma certa regularidade, com chuvas esperadas para certas épocas do ano. Naturalmente, em se tratando de atividade agrícola, não se deve esperar uma regularidade absoluta no humor da natureza. Muita chuva ou sol numa estação desfavorável à lavoura, é a rotina de qualquer setor agrícola em qualquer região.

O massapê, predominante no Recôncavo, por ser um solo que absorve ou perde água com muita facilidade, passando com facilidade de um estado bom à escorregadio ou lamacento, foi responsabilizado como um dos principais culpados pelas crises do setor. Novis e Silva atribuíram à combinação dos fatores climáticos da região com as características físicas do massapê, a causa fundamental da decadência econômica da agroindústria. Chegaram a concluir que a completa mecanização da lavoura seria impossível no Recôncavo.

Todavia, esse argumento acabou por ser desmontado pelo processo de reestruturação tecnológica vivido pela agroindústria nos últimos vinte anos. Hoje temos, na principal mancha de massapê do Recôncavo, os tratos culturais e o transporte agrícola completamente mecanizados. A exceção fica por conta do corte da cana, embora existam condições técnicas e máquinas para tanto. O baixo custo da força de trabalho na região acaba por não incentivar essa substituição.

Mesmo nos solos acidentados, a atividade pôde sobreviver. No início dos anos setenta, 35% dos canaviais da região estavam situados em terrenos enladeirados, sendo que em Pernambuco esse percentual era de 75% (7). A Usina Itapetingui, uma das três ainda em atividade no Recôncavo, possui uma quantidade considerável de plantações em terrenos declivosos.

Assim sendo, não nos parece plausível atribuir a fatores de solo e clima parte significativa da responsabilidade pelo fracasso deste setor, que foi incapaz de responder às solicitações crescentes do mercado interno. A natureza, portanto, não deve ser debitada mais do que os danos previsíveis causados pela instabilidade do seu humor. Além do que, uma alteração mais brusca no índice de precipitação pluviométrica na Região só seria observada na década de sessenta.

2.5 FOGO QUASE MORTO: FECHAM-SE AS USINAS

O número de usinas em funcionamento vinha decrescendo desde a safra de 1945-46, quando se fechou uma das dezenove unidades que processaram cana-de-açúcar na safra anterior. Em 1947 duas outras usinas seriam desativadas. Na safra de 1949/50, mais duas. Igual número não funcionará na colheita de 1951/52. Dois anos após, quando a cana voltou a pedir corte, as moendas de outra usina não mais esmagavam. Em 1956/57 mais uma seguiria o mesmo destino, totalizando nove empresas fechadas desde 1945. Assim, até a safra de 1960/61, somente dez unidades fabris continuariam produzindo açúcar (Tabela 01).

A análise da área cultivada (Tabela 01) apresenta uma tendência de crescimento até 1964, quando atinge 25.481 hectares. Nos quatro anos seguintes, entretanto, passa-se a observar uma redução pela metade do território ocupado pela cana-de-açúcar no Recôncavo, para somente a partir dos anos 70, constatar a retomada do aumento da área plantada.

A cana-de-açúcar só voltaria a ocupar a mesma área que dispunha em 1964, oito anos depois, em 1978. Desde então, e especialmente no decorrer da década de 80, a tendência de ampliação volta a predominar, marcando um novo ciclo de expansão da cultura, apesar do reduzido número de empresas.

Constatamos, que a produção de açúcar aumentaria dos 557.852 sacos (60kg cada) de 1930/31 para 857.164 de 1943/44, atingindo em 1953/54, 1.203.229. Desde então oscilará, até 1963/64, em torno de aproximadamente um milhão de sacos. Por sua vez, a quantidade de cana esmagada pelas usinas de 1936/37 até 1966/67, sempre oscilou entre o mínimo de 417 e o máximo de 851 milhões de quilos.

QUANTIDADE DE AÇÚCAR PRODUZIDO ENTRE 1930-1970

(Tabela 03)

Recôncavo baiano

safra	sacos de 60kg
1930/31	557.852
1943/44	857.164
1953/54	1.203.229
1956/57	1.059.422
1959/60	1.223.014
1962/63	959.673
1963/64	1.001.046
1964/65	560.106
1965/66	719.383
1966/67	1.030.123
1967/68	865.694
1968/69	489.870
1969/70	607.805

fonte: SEPLANTEC

A partir de 1964/65, contudo, a produção ficará estagnada no patamar médio em torno de 600 mil sacos por safra. Assim, durante o decênio fatal, quando grande parte das usinas deixou de moer, observaremos, também, uma redução na quantidade do açúcar fabricado. Isso demonstra a

incapacidade das empresas sobreviventes de absorverem a cana deixada "órfã" pelas usinas de fogo morto (inativas).

Esses dados desenham o final previsível de um processo, cujas linhas centrais, desde o início, estavam esboçadas.

O colapso final do sistema agroindustrial do açúcar, concluiria o ciclo de estruturação e decadência vivido, singularmente, pela economia canavieira do Recôncavo. A lavoura, a partir de então, prosseguirá, mas com um reduzido número de empresas, que para sobreviver darão início a uma reformulação nas suas estruturas produtivas, procurando romper com alguns elementos técnicos que caracterizaram o ciclo precedente, mas mantendo a dependência dos subsídios e isenções oficiais.

Por esse caminho, encerra-se um longo ciclo de decadência da agroindústria que se completará em 1973/74, com o fechamento de mais quatro usinas. As remanescentes, mais uma vez embaladas por subsídios estatais, passariam por um processo de redefinição tecnológica, buscando deixar a situação de fogo quase morto.

O exame do processo de constituição e desenvolvimento do parque industrial açucareiro no Recôncavo baiano nos permite tirar algumas conclusões, mesmo que parciais e

provisórias, como é próprio do conhecimento nas ciências sociais.

As usinas nasceram em meio a um processo de concentração de capital. Contudo, isso se processou num período de crise da lavoura; o açúcar baiano perdia sua fatia do mercado internacional, superado em termos de qualidade e quantidade pelos competidores. Internamente, vivia uma crise que se refletia, também, na pauta de exportações, onde era superado por produtos agrícolas, como o café, o algodão, cacau e o fumo.

Por seu turno, inteligentemente, a classe dominante baiana não optou por reinvestir na indústria açucareira, bem como nos demais setores tradicionais da economia (já visivelmente decadentes), os lucros obtidos pela comercialização da produção agrícola. Priorizaria os investimentos especulativos. O redirecionamento dos investimentos para o setor produtivo só será feito, quando, a partir dos anos 50, começa um novo ciclo industrializante no estado.

Assim, é possível afirmar que a industrialização do açúcar se deu sem o aporte de capital e projeto necessários à viabilização de um desenvolvimento estruturado em bases tecnológicas e gerenciais adequadas. Na ausência destas, coube aos subsídios estatais garantir o

funcionamento do setor, mantendo uma relação paternalista que eternizaria a dependência desde para com o Estado.

Esses elementos, sem dúvida, apontam para alguns dos sérios problemas enfrentados. Entretanto, a base principal sobre a qual repousavam as principais causas da crise crônica da agroindústria deve ser buscada nos aspectos técnicos produtivos e administrativos agrícolas, cuja solução não urgia ser buscada em função do relacionamento paternalista e privilegiado com os cofres públicos (8).

A economia açucareira do Recôncavo atravessou todo século XX cuidando da lavoura como se fazia em séculos anteriores. Administrava suas fazendas por intermédio de feitores, sem o menor preparo para o cultivo racional. A conjugação de uma administração de tipo colonial com a inexistência de técnicas agrícolas adequadas, num mercado capitalista, teve o efeito desestruturador suficiente para minar quaisquer tendências que se apresentassem favoráveis ao desenvolvimento da produção.

Logo o ramo açucareiro começaria a se tornar dependente do capital comercial-bancário. Empréstimos a juros elevados e comercialização monopolizada por uma única *"Casa"*, foram os ingredientes básicos que fizeram o setor cair sob o controle completo do capital comercial. Desta

forma teríamos empresas descapitalizadas, sempre vulneráveis financeiramente, que iam sendo fechadas a cada ano.

Por esse caminho, ainda nos anos 20, as principais usinas já pertenciam à empresa que controlava a distribuição do produto, a Casa Magalhães. A partir de então, é formado um monopólio que dirigirá desde a produção até a comercialização do açúcar, com prejuízos para o consumidor final, bem como para as empresas menores e, por fim, para a própria Casa monopolista, que acabaria sendo vítima do seu próprio veneno.

NOTAS

(1) Texto do engenheiro agrônomo Sérgio Nobre de Almeida (O panorama canavieiro da Bahia), publicado em A Tarde, 03 jul. 1965, p. 12.

(2) BRAGA, M. Cana de açúcar, 1959; CPDOC/FGV-RJ, ref.: arq. pessoal de Juracy Magalhães, pi 59.01.10).

(3) Esse relato de Almeida é o documento mais significativo que temos sobre a apatia tecnológica da lavoura canavieira no Recôncavo na década de 60.

(4) Depoimento, ao autor, de Cesário Barbosa, operário há 23 anos na Usina Paranaguá, 02.02.1994.

(5) CPDOC/FGV-RJ, ref.: arq. pessoal de Juracy Magalhães, pi 59.01.10). BRAGA, M; Cana de açúcar, 1959.

(6) PINTO, E.; artigo apresentado ao Conselho Nacional de Economia, RJ, 1964; CPDOC/FGV-RJ, ref. arq. pessoal de Juracy Magalhães, pi 64.04.30.

(7) Bahia, Gov. do Estado. Estudos Básicos. Tomo III, p. 44.

(8) O relacionamento privilegiado entre usineiros e os vários governos republicanos é amplamente conhecido e analisado pela bibliografia existente. Ver especialmente Szmrecsányi (1979).

PARTE II

A POLÍTICA E O MUNDO DO TRABALHO

partido estava infiltrado por agentes da polícia naquela região (FALCÃO, 1988, p. 109).

Desta forma o CR da Bahia era o único órgão reconhecido pela IC. Isso se deveu basicamente ao trabalho de João Falcão, à época, o principal articulador do CR. Durante o primeiro semestre de 1942, Falcão tinha estado exilado na Argentina, onde estabeleceu contato com outros dirigentes brasileiros e com Rodolfo Gioldi, representante da Internacional Comunista na América do Sul (i).

O PCB ressurge da conferência da Mantiqueira, em 1943, como um partido de pequena influência na classe trabalhadora contando com menos de 3 mil militantes. Em fins de 1945 já possuía 50 mil filiados (BASBAUM, 1981, p. 161). Em grande medida, esse crescimento pode ser tributado à vitória militar soviética, no plano externo, e à aliança dos comunistas com Vargas, no plano interno. Esta aliança possibilitou, ainda, o ingresso dos pecebistas na estrutura sindical corporativista do Estado Novo, tornando-a uma importante alavanca para seu crescimento.

Nessa Conferência, o PCB consolidou a política de *"União Nacional em Torno do Governo"*. Essa posição, por sua vez, refletia a orientação política que Stálin, a partir dos interesses do Estado Soviético, imprimia aos PCs de diversos países, no sentido da *"União dos Povos"* contra a

ameaça do nazi-fascismo e que irá se adequar com perfeição às tendências conciliatórias do PCB.

Aliás, a aliança com Vargas em torno do combate ao fascismo já *"tinha sido admitida por Prestes desde 1938, na discreta polêmica epistolar que manteve com um preso político integralista, o Ten. Severo Fournier"* (KONDER, 1980, p. 51). Na prisão, em março de 1944, Prestes escreve:

> *Lutar pelas liberdades populares não significa, neste momento, fazer o combate do Estado Novo e à Constituição vigente, nem muito menos fazer os insultos generalizados aos homens do governo, que enfrentam na prática problemas concretos e de terrível complexidade e cada vez mais difíceis (...) Não sejamos sectários, não tenhamos vergonha nem medo de apoiar o governo, de estender a mão aos integralistas e pró-fascistas equivocados de ontem; ... e lutemos mais do que nunca, como verdadeiros nacional-libertadores, pela mais sólida e ampla unidade nacional* (MORAIS E VIANA, p. 96).

A linha política de União Nacional tinha como análise teórica da realidade brasileira, em linhas gerais, a seguinte formulação, dogmaticamente decalcada da reflexão de Lênin sobre a realidade russa do início do século:

O que convém agora à classe operária é a liquidação dos restos feudais, de maneira que se torne possível o desenvolvimento do país. Na situação atual do Brasil, podemos afirmar, como Lênin, que nada pode haver de mais

reacionário do que pretender a salvação da classe operária em qualquer coisa que não seja o desenvolvimento ulterior do capitalismo (MORAIS E VIANA, p. 96-97).

Como se percebe, a política do PCB se dirigia, no plano estratégico, para por fim *"aos restos feudais"* para tornar possível o *"desenvolvimento capitalista"* do país e tornar uma realidade econômica o mercado interno.

No plano tático, a política do PCB será orientada no sentido de tornar os comunistas *"o esteio máximo da lei e da ordem"*, requisito necessário para realizar dois objetivos para eles essenciais:

I- compatibilizar sua atuação com a política de *"união nacional"* preconizada pela União Soviética (união dos povos contra o nazi-fascismo);

II- adquirir a mínima confiabilidade do sistema político vigente, que possibilitasse sua inserção neste, pela via da estrutura sindical preexistente.

O PCB orientaria sua militância para o campo institucional. Seu ingresso na estrutura sindical fascista do Estado Novo, constituído sob o túmulo da organização independente e combativa de outrora, visava não a preparação de trabalhadores para resistir à crescente espoliação capitalista, mas para consolidar posições no seio do aparelho sindical, que assegurassem sua sobrevivência como

partido político legal. O desdobramento dos fatos que marcaram a conjuntura após a queda de Vargas demonstrará muito bem isso.

A ofensiva comunista no campo sindical, toma a forma do Movimento Unificador dos Trabalhadores - MUT, que é fundado em abril de 1945. O programa sindical do MUT restringia sua intenção reformadora, apenas, a quatro pontos do modelo sindical estadonovista, não fazendo qualquer referência ao imposto sindical, pedra de toque da estrutura vigente. São eles:

1- Soberania das assembléias (retirar o representante do Ministério do Trabalho-MT das reuniões sindicais;
2- Eleição e posse dos dirigentes sem prévia autorização do MT;
3- Autonomia administrativa, isto é, fim do controle do Estado sobre as aplicações dos fundos do Sindicato;
4- Eliminação da obrigatoriedade do estatuto padrão (2).

O manifesto de fundação do MUT não deixa dúvidas quanto as suas pretensões conciliatórias. Usando um referencial teórico mais próximo do corporativismo, que do marxismo, apresenta, sem meias palavras, sua disposição para a *"cooperação"* com os pelegos *"a burguesia industrial, comercial, financeira e agrária"*. Neste Manifesto, de abril

de 1945, fica claramente delineada a política que será seguida até 1947 (3).

Para a vida da classe trabalhadora, as consequências de tal orientação seriam sentidas através da implantação da política de *"apertar os cintos"*. Para Weffort (1972, p. II.40), até a queda do Ditador, *"os comunistas insistiam que os operários deviam apertar o cinto em nome da constituinte"*. Insistiram depois que o fizesse *"em nome das eleições"*. Realizada as eleições, os cintos deveriam ser apertados em nome da criação de uma central sindical. Depois de fundada a Central Geral dos Trabalhadores Brasileiros - CGTB, ainda o deveriam fazer pela abolição da Constituição de 1937. *"Se os operários foram chamados a apertarem o cinto para que viesse a democracia, deveriam apertá-lo ainda mais para consolidá-la"*, conclui.

3.1 POLÍTICA SINDICAL: *PARTIDO DA CLASSE OPERÁRIA* CONTRA AS GREVES

A tática político-sindical, às vésperas do enorme surto grevista que irrompe entre o final de dezembro de 1945 e março de 1946, estava voltada para a organização de uma nova Central Sindical. Entretanto, com a derrubada de Vargas (29.10.1945), o partido tinha perdido a condição de

intermediador entre as massas trabalhadoras e o governo, visto que os presidentes que substituíram o Ditador não dispensavam a mesma atenção aos interlocutores operários. Da política comunista para os operários, só restava os cintos arrochados.

Afinal, para quem sofria com o processo inflacionário acelerado e os salários congelados, as bandeiras pelas quais os comunistas pediam sacrifícios não pareciam nada alentadoras. É o que indica a Proclamação de vários sindicatos operários:

> *... recente estatística, bem conhecida por todos nós, demonstra que o custo-de-vida aumentou, de 1939 a 1943, de 120% ao passo que os salários e ordenados sofreram uma majoração de apenas 10%* (4).

Weffort (1972), em análise instigante, demonstrou a ação dos comunistas contra as greves entre abril e dezembro de 1945. A militância do PCB teria frustrado uma primeira tentativa de greve dos eletricitários do Rio de Janeiro no final de outubro. Novamente em novembro, quando esta categoria ensaiava nova tentativa grevista, o MUT do Distrito Federal manifestaria sua posição, em geral, contrária as greves.

Para o MUT, esses movimentos seriam estimulados por pessoas ligadas às *"forças reacionárias e ao capital*

estrangeiro colonizador" que pretenderiam estabelecer *"um ambiente de confusão propício à desordem, com o intuito, agora, de prejudicar a realização de eleições pacíficas, livres e honestas no próximo dia 2 de dezembro"*. Em momento eleitoral, *"a desordem, as greves, e as perturbações só favorecem aos fascistas"*. Afirmava, ainda:

> *Por isso o MUT metropolitano repete sua palavra de ordem aos trabalhadores: (...) comparecer ao trabalho mesmo que agentes provocadores tentem afastá-los de suas atividades; apertar mais o cinto e esperar mais um pouco, até que, consolidada a vitória da democracia e dentro de seus órgãos próprios, seus anseios e reivindicações sejam normalmente alcançados* (5).

Todavia, e apesar de sua *"vanguarda"*, no final de dezembro de 1945, os trabalhadores passariam à ação. Foram 81 greves nos dois primeiros meses de 1946, contra apenas doze em todo ano de 1945 até o dia 27 de dezembro; desta data, início do surto grevista, até o último dia do ano, nove greves seriam deflagradas (6). A princípio, os comunistas continuariam trabalhando contra esses movimentos, a exemplo da paralisação dos funcionários municipais de Campinas de 16.12.45, que recebeu da imprensa partidária comunista o comentário: *"espetáculo deprimente e constrangedor o dos operários que são obrigados a entrar em greve"* (SPINDEL, 1980, p. 76).

Em seguida, com a greve dos trabalhadores em energia elétrica da Light & Power, de São Paulo (dez. 1945), os

comunistas assumem uma postura de dubiedade em relação ao movimento. Por um lado, reconhecem a justiça da reivindicação (cumprimento do decreto que estabelecia o pagamento do abono de natal). Por outro, se esforçam em alertar os trabalhadores contra as provocações dos inimigos interessados em dificultar a redemocratização do país (Spindel, 1980, p. 76).

Mas, sobretudo, sobressai do discurso comunista a disposição de colaborar com o governo para encerrar o movimento. Prestes chega a afirmar, sobre o episódio da prisão de alguns militantes durante essa greve, que os mesmos *"foram presos justamente quando se preparavam para mediar o conflito e colaborar para o retorno à ordem pública"* (7).

Assim, sem uma política coerente de organização e ação para o proletariado, quando este despertara para formas de luta mais avançadas, o PCB revelaria toda a contradição de sua política com os interesses da classe, assumindo uma face claramente reacionária. Trabalhando contra as greves, abriria espaço para o crescimento dos trabalhistas no meio operário.

Essa postura perduraria até as vésperas da greve nacional dos bancários (24.01.1946), quando as pressões das bases e o avanço dos trabalhistas forçaram os comunistas a

fazer alterações em sua política de colaboração, passando a incorporar o movimento grevista que lhe fugia ao controle. A partir de então, as greves, no discurso comunista, seriam movimentos de *"ordem e tranqüilidade"*.

3.2 O PCB E A CONJUNTURA POLÍTICA NO ESTADO

Deve se observar que durante o Estado Novo a polícia conseguiu desarticular as principais instâncias do PCB, a nível nacional, e nos principais estados da federação. Porém, na Bahia isso não aconteceu. O comitê regional permaneceu funcionando durante todo o período da ditadura. Manteve células organizadas principalmente no movimento estudantil. Nas faculdades de direito, medicina, engenharia e no ginásio da Bahia militavam os estudantes comunistas nos últimos anos da década de 30 e nos anos 40.

Após a queda do Comitê Central, no Rio de Janeiro, em 1940, o CR da Bahia enviou dois dirigentes para São Paulo com o objetivo de rearticular o partido na capital paulista (FALCÃO, 1988, p. 78-79). Foram eles Diógenes de Arruda Câmara e Armênio Guedes. O primeiro continuou a exercer papel importante na direção do partido nas décadas seguintes, tendo sido eleito deputado federal pelo Partido Social Progressista em 1947.

Em 1941, após a conferência do Nordeste, foi preso o secretário de organização do CR-Ba. Entretanto, isso não chegou a desarticular o Partido no Estado. Nos anos seguintes o PCB cresceria em influência e em número de militantes, atuando, principalmente, através do *"Movimento Patriótico e de Massa pela União Nacional e de apoio ao governo na luta contra o nazifascismo"* (FALCÃO, 1988, p. 191).

Em 1942 o CR conta com um novo dirigente: Giocondo Dias, que vinha organizado células entre os comerciários e militares. Surgem nesse período como militantes comunistas do movimento estudantil baiano figuras como Jacob Gorender, Mário Alves, Milton Tavares e outros.

A partir da legalização o partido ganhou grande impulso. Na Bahia a institucionalização do PCB foi saudada, na festa de inauguração da sede, na Ladeira de São Bento, por representantes dos Secretários de Estado, do Tribunal de Apelação, ex-deputados federais e estaduais, presidentes de sindicatos, etc.

Em 1945 começou a ser impresso *O Momento*, um jornal semanal, que no ano seguinte passou a ser diário. No final de 1945, o PCB na Bahia se colocava o objetivo de recrutar mais 10 mil novos militantes. A essa altura

ocupava papel de destaque no cenário baiano. Influenciava decididamente os movimentos sociais, especialmente no meio sindical e estudantil. Na imprensa, quase em todos os jornais, trabalhavam jornalistas comunistas.

No ano de 1946 foi indicado para interventor no Estado, o Deputado Constituinte pelo PSD Guilherme Carneiro da Rocha Marback, político liberal e contribuinte do *"Socorro Vermelho"* e que se relacionava bem com o PC. Exonerou-se em junho (FALCÃO, 1988, p. 314). No segundo semestre desenvolveu-se a campanha para Governadores e Deputados. Pelo PSD e UDN foi lançada a candidatura de Otávio Mangabeira e, pelo PTB, o ex-Presidente do Senado, Medeiros Neto, que fazia oposição ao governo Dutra.

A posição eleitoral do PCB na Bahia mostra a dubiedade política do partido: apoiou a coligação UDN/PSD de Mangabeira. Prestes chegou a realizar comício de apoio ao candidato, que preferiu não subir ao palanque com o *"Cavaleiro da Esperança"*.

A posição eleitoral do PCB, como se percebe, não se distinguia de sua linha sindical e do reformismo liberal que caracterizou sua atuação no período.

3.3 O MOVIMENTO SINDICAL BAIANO

O ano de 1945 marcou o sindicalismo baiano pela mobilização para a criação e estruturação do Movimento Unificador dos Trabalhadores, formado a partir de lideranças comunistas e trabalhadores *"independentes"*. Já nos referíamos ao programa sindical do MUT. Aqui, vale ressaltar a concepção de unidade operária dos comunistas, pedra de toque de seu discurso.

Tal concepção não significava a unificação das lutas econômicas de todas ou várias categorias com as bandeiras políticas de organização sindical e política autônomas, como seria de se esperar de um partido que reivindicava a condição de vanguarda da classe operária. Apesar de apenas 15 anos antes, as entidades proletárias terem conhecido a mais ampla liberdade de organização, não encontramos na volta dos comunistas à cena política, uma postura decidida de lutar pela autonomia e liberdades sindicais, pleiteando o fim da estrutura sindical criada pelo Estado Novo. Limitaram-se a reivindicar reformas.

Além do que, o modelo de unidade operária defendido nesse momento era uma simples derivação da política de *"união nacional"*. Assim, a unidade dos trabalhadores deveria, como objetivo central, criar as condições necessárias para que estes pudessem colaborar com as demais

classes, buscando *"promover o desenvolvimento econômico, político, social e cultural do país"*. Em seu Manifesto (cit. à p.), o MUT ainda argumentava que *"a pátria"* não havia desempenhado o *"papel histórico que lhe cabe em vista de não se haver concretizado uma união nacional mais ampla, que agora será alcançada pela pacificação da família brasileira"...*

O que se buscava era a unidade organizativa com todas as facções políticas existentes no seio da classe, com propósitos claramente colaboracionistas. Esse objetivo, por conseguinte, dispensava a luta pela construção de um modelo organizativo sindical alternativo. Defender-se-ia, apenas, algumas reformas no modelo existente (ver p.). Assim, os pecebistas passariam a reforçar ou a promover as campanhas de filiação em massa aos sindicatos, inicialmente promovidas por Vargas. Também defenderiam as *"direções sindicais unitárias"* e, da mesma matriz, nasceria a noção de *"unidade sindical"*, tão cara aos militantes do PCB. Tem origem daí, por conseguinte, as tradicionais alianças com os pelegos. Afinal, se o objetivo é unir toda a pátria, porque não se unir aos burocratas ministerialistas?

Por esse caminho, a ascensão e independência política de classe dos trabalhadores, em constante luta por melhores condições de vida e trabalho, sofreria uma profunda influência dessas concepções, que ficariam marcadas em sua história.

3.3.1 II e III CONGRESSOS SINDICAIS BAIANOS

Inspirado por essas concepções, seria realizado, a partir de 1º de maio de 1945, o II Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos. Neste, se discutiu os princípios e programas do MUT para a Bahia, com ênfase para as questões da unidade entre as correntes do movimento sindical, especialmente trabalhistas e comunistas.

Após o Congresso, noticiava-se a estruturação de vários núcleos do MUT que foi sendo feita nas oficinas, fábricas, imprensa, expandindo também para o interior, em cidades como Nazaré, Ubaitaba, Ilhéus, Uruçuca e Vitória da Conquista. Nesta última, em julho de 1945, o comício inaugural teria contado com a presença de 3 mil pessoas (8).

Entre as atividades do MUT na Bahia observa-se a campanha pela extensão dos Acordos Coletivos de Trabalho do comércio aos empregados das empresas não filiadas ao sindicato dos comerciantes (essa luta contou com a participação de diversos sindicatos e se desdobrou numa campanha de sindicalização em massa). Destacava-se, entre as ações do MUT, as denúncias contra as intervenções nos sindicatos feitas pelo Delegado Regional do Trabalho (Amilcar Cardoni) . Este era constantemente denunciado pela

imprensa comunista por manobras espúrias contra as lutas operárias.

O movimento sindical vivia sob constante interferência e controle da Delegacia do Trabalho. A DRT proibia assembléias, convocava policiais do DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) para dissolver reuniões, a exemplo da assembléia dos funcionários dos Carris Urbanos) e intervinha nas direções sindicais com frequência (9).

Entretanto, a luta por liberdade sindical não era frontalmente assumida, como mesmo Vasquez (1986, p. 93) reconhece: *"As questões de liberdade sindical não se explicitavam tão claramente nas posições do movimento operário da época"*. Esta autora, tentando sistematizar o que podia ser indicado na direção dessas questões, também nada encontra que já não tivesse sido apresentado pelos 4 pontos do programa sindical do MUT. Identificou apenas, a busca por liberdade para criar sindicatos, federações, etc. e poder filiá-los á organismos internacionais, além da luta por reuniões e eleições sem interferência do Ministério. As pretensões de autonomia, por sua vez, ficaram restritas ao âmbito de uma administração independente dos recursos.

O problema, em verdade, era que a discussão da estrutura sindical estava submetida ao esforço de *"União*

Nacional", da "Ordem e Tranqüilidade" e da política de *"apertar os cintos"*.

Realiza-se o III CONGRESSO SINDICAL BAIANO em 1946. Durante o primeiro semestre deste ano, não obstante o governo ter colocado o MUT na ilegalidade, cancelado na prática o direito de greve e intensificado o controle sobre o movimento sindical, os trabalhadores organizariam o III Congresso Sindical e adotariam um discurso mais agressivo em relação ao Ministério do Trabalho.

No período de preparação do III Congresso que vai de fevereiro a maio, numa conjuntura de intensa movimentação operária, a Comissão Organizadora acumulará, também, funções de apoio financeiro, jurídico e político às mobilizações de diversas categorias, que entraram em greve ou em campanhas salariais. São exemplos, os operários do açúcar, bancários e ferroviários de Ilhéus (10). Enfim, a Comissão Organizadora do Congresso chegava a executar funções específicas de uma central sindical, indicando sua representatividade política junto às organizações sindicais. Desta forma, os organizadores substituiriam o MUT, já posto na ilegalidade e submetido à perseguição policial (11).

Os pontos programáticos do Congresso se referiam a reivindicações econômicas e aspectos organizativos das categorias. Foram criadas comissões para discutir os seguintes temas: fortalecimento das organizações sindicais;

resolução dos problemas econômicos dos trabalhadores; problemas políticos dos trabalhadores; previdência e assistência social; participação dos trabalhadores na solução dos problemas econômicos da Bahia e do Brasil; sindicalização rural e legislação trabalhista e justiça do trabalho (12).

O Congresso foi marcado pela ausência de preocupações ideológicas. Por força da orientação política e da conjuntura não se discutiria temas que se contrapusessem a *"ordem e a tranqüilidade"*.

O III Congresso, na avaliação dos organizadores, teria representado 80 mil trabalhadores baianos, sendo que há *"20 dias da primeira sessão preparatória, 70 sindicatos haviam se credenciado para participar do evento, quarenta da capital e trinta do interior"* (13).

Nas resoluções, verifica-se a decisão de organizar a criação da Federação Sindical da Bahia, onde deveria *"participar todos os sindicatos e associações profissionais, que a ela quisessem aderir"*. Deliberou-se, também, pela eleição da direção provisória desta Federação, que deveria se engajar na articulação nacional para a criação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil. Esta decisão, entretanto, provocaria a ira da DRT, que juntamente com o DOPS - Delegacia de Proteção a Ordem

Política e Social, ainda no curso do Congresso, passariam a pressionar as lideranças a não instalarem a Federação.

No tocante à estrutura sindical, os congressistas baianos defenderiam uma maior independência junto ao Ministério do Trabalho. A pressão exercida pela polícia, que se infiltrou no Congresso, e pelo Ministério do Trabalho, já sob as diretrizes do Governo Dutra, levavam os comunistas a radicalizar o discurso contra o controle ministerial. Esboçava-se no Estado a defesa de uma política independente para o proletariado. O Momento passava a divulgar a noção de que os trabalhadores já teriam experiência e dinamismo suficientes para *"dispensar, por inteiro, as muletas, os paternais conselhos e tudo mais que visa"* colocá-los sob o comando de outras forças (14).

O avanço dos congressistas baianos em relação à estrutura sindical, nessa conjuntura específica, pode ser observado pela aprovação de outra tese. Referimo-nos a proposta do sindicalista comunista, Armando Pitanga, aprovada pelos Delegados, que previa encaminhar à Assembléia Constituinte ou à outros poderes competentes *"a eliminação de qualquer tributação direta sobre os salários"* e a *"supressão do imposto sindical"* (15).

Durante a fase de preparação e de realização do Congresso, a imprensa comunista, defendendo a liberdade sindical, lançaria ácidas críticas ao Ministério do Trabalho

e a CLT. Corriam os trabalhos constituinte e, ainda assim, DRT e DOPS se sentiam a vontade para intervir num Congresso operário, ditando o que se podia deliberar ou não, especialmente pressionavam os organizadores para que não efetivassem a fundação da Federação Sindical prevista para sessão de encerramento.

A imprensa comunista reagia caracterizando o Ministério do Trabalho como *"entidade anômala"*, que vinha sendo um *"instrumento a serviço dos patrões reacionários"*, imperialistas (id). Porém, ao final do congresso (27 de maio) a Federação não foi instalada. Decidiram pela transformação da Comissão Provisória de Organização do Congresso em Comissão Permanente para encaminhar as resoluções.

Quando a Comissão Permanente preparava-se para instalar a Federação, já no segundo semestre de 1946, a campanha anti-comunista era forte demais. Em agosto, por ter contribuido financeiramente com as atividades da Comissão Permanente, o Sindicato dos Marceneiros, sofreria intervenção do Ministério do Trabalho (17).

No país, o plano para colocar o PCB na ilegalidade começava a ser executado. A perseguição aos comunistas aumentava de acordo com os lances da Guerra Fria que se anunciava no mundo. Assim, teve vida efêmera a iniciativa

de criação da Federação dos Trabalhadores Baianos, da mesma forma que a Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros, a CTB, criada em setembro no Congresso da Unidade Sindical no Rio de Janeiro, e fechada em maio de 1947.

Nessa trajetória, o Movimento Sindical na Bahia viveu, por um lado, as contradições da linha sindical do PCB e, por outro, as perseguições e dificuldades impostas por um Estado de orientação marcadamente fascista.

Enquanto Vargas estava no Governo, era mantida a aliança com o Presidente e aceitava-se a estrutura sindical estadonovista reformando-a, mas, anuindo com sua essência corporativista. Mesmo quando é rompida a relação de simbiose com o Ditador, destituido do poder, os comunistas não se voltariam contra essa estrutura.

Dessa maneira, a tese aprovada no III Congresso Baiano, pelo fim do imposto sindical, seria retificada pela resolução adotada na executiva da CTB, hegemonizada pelos comunistas, após o congresso do Rio de Janeiro. Afirmava esta resolução que a Confederação dos Trabalhadores do Brasil servirá para acabar com os *"falsos líderes sindicais que só tem servido para desprestigiar o Ministério do Trabalho fazendo com que os trabalhadores não depositassem confiança nele"*. Dizia mais:

> *O CTB não é um órgão de combate ao Ministério do Trabalho, (e que) a aplicação do imposto sindical continuará a ser feita pelo Estado* (18).

Por essa trilha, e uma vez corrigidos os excessos de independência dos baianos, em seu III Congresso, os comunistas persistiriam na tentativa de reestabelecer um pacto de convivência com o governo, mesmo numa fase em que a natureza autoritária e reacionária da administração Dutra já havia se materializado em ações repressivas contra o movimento operário.

3.4 O COMUNISMO RECÔNCAVO: A ATUAÇÃO DO PCB EM SANTO AMARO

Desde o final do *"Estado Novo"* é possível observar indícios da atuação dos comunistas em Santo Amaro. Nosso interesse, contudo, está voltado àquela militância que direta ou indiretamente se articule com os trabalhadores do açúcar entre 1945 e 1964.

Em Santo Amaro, o PCB funcionava com várias células. As mais atuantes agiam na usina São Carlos, conhecida entre os militantes como *"a pequena Moscou"*, onde o partido tinha

atuação nos assalariados agrícolas, no setor administrativo e nos operários das oficinas. Nesta empresa atuavam Edmundo Ribeiro, Juvêncio Guedes, Sandoval Pereira de Oliveira, dentre outros (19).

Além dos trabalhadores das principais usinas, o PCB influenciava, ainda, os alfaiates, os camponeses de Lustosa (onde havia uma "célula comunista") (20), os sapateiros e barbeiros, onde se destacava a figura do barbeiro Marú (Maurino da Boa Morte Costa), principal organizador da Associação dos Barbeiros e Cabeleireiros de Santo Amaro, fundada em 1944 (21).

Dentre os quadros do PCB no Recôncavo, sobressaiam-se, especialmente, as figuras de Narciso Bispo de Araújo, mascate e principal articulador das lutas dos canavieiros no período que vai, pelo menos, de 1947 à 1956; Juvêncio Guedes, dentista, secretário político do Comitê local, funcionário e Delegado Sindical da Usina São Carlos até dezembro de 1946, quando foi despedido (22).

A juventude de Santo Amaro também foi objeto das preocupações comunistas. Em agosto de 1952, na sede da Sociedade Filarmônica Lira dos Artistas, se realizaria o Congresso de fundação da União da Juventude Santamarense.

Dentre as resoluções deste Congresso, encontram-se alguns temas conjunturais, como a luta pelo monopólio estatal do petróleo; outros, próprios dos estudantes, tipo a construção do Ginásio de Santo Amaro e de um campo de esportes, além de levantamento das condições de trabalho dos jovens do campo, o envio de mensagem ao Governo Federal defendendo salário fixo e curso noturno para os aprendizes. Além destes, uma moção de repúdio à União Nacional dos Estudantes pelo seu desligamento da União Internacional dos Estudantes. Esta moção referendava as posições dos comunistas em relação à UNE, e demonstrava a influência que exerciam nas definições do Congresso (23).

A *"Campanha Pró-Imprensa Popular"*, realizada nacionalmente pelo PCB, teve em Santo Amaro uma referência importante. Nesta cidade foi formada uma Comissão Municipal composta por militantes comunistas e personalidades locais defensoras da imprensa democrática, como José Moreira de Azevedo, Presidente; Zilda Pacheco, Secretária; José Carlos de Assunção, Tesoureiro; Olga Pinto Reis, José Vigas, Noêmia Portugal e Juvêncio Guedes. Neste município, também foram criadas comissões no interior, como na Usina São Carlos, formada por vários operários, dentre eles José Pinto dos Reis, Sandoval Pereira de Oliveira e Edmundo Ribeiro (24).

Caravanas de dirigentes estaduais foram à Santo Amaro para atividades da Campanha Pró-Imprensa Popular. A exemplo,

Giocondo Dias, membro do Comitê Central do partidão desde *"junho de 1946"* (FALCÃO, 1993, p. 137) que esteve em debates e atividades da Campanha nesta cidade e no Distrito de Terra Nova, onde fez palestra para operários do açúcar (25). Giocondo retornava à militância na Bahia, depois de escapar da cadeia por ter participado do *"Governo Popular Nacional Revolucionário de Natal, capital do Rio Grande do Norte"*, que durou apenas três dias em novembro de 1935.

Além dessas bases e meios de atuação, o PCB tinha outro instrumento que, sem dúvida, era o trunfo principal para sua intervenção, bem como para as mobilizações e denúncias tanto desta categoria como das demais. Trata-se de *O Momento*, um jornal diário que informava direto dos palcos de luta dos vários grupos de trabalhadores. Era o porta voz da militância comunista, uma importantíssima tribuna da luta política e ideológica. Confrontava, cotidianamente, na interpretação dos fatos, com os periódicos tradicionais ligados as facções econômicas e políticas dos grupos dominantes estaduais, como Diário de Notícias, A Tarde, Estado da Bahia, etc.

No Recôncavo açucareiro, *O Momento* era lido por operários e canavieiros em diversas fazendas onde chegava, através dos comunistas ou trabalhadores que possuíssem algum tipo de contato com estes. Sua abrangência, todavia, não

podia ser maior devido o alto índice de analfabetismo na Região.

3.4.1 O PROGRAMA MÍNIMO PARA SANTO AMARO

O enraizamento dos comunistas no Recôncavo possibilitava a elaboração de propostas locais para sua principal cidade. A partir das *resoluções do Pleno Ampliado do Comitê Estadual*, foi elaborado o *Programa Mínimo do partido para Santo Amaro*. Em julho de 1946 a reunião do *Pleno Ampliado do Comitê Municipal*, com a presença do dirigente estadual Egberto Leite, discutiu as maneiras de aplicar as resoluções estaduais às condições concretas do município. O Momento analisava as resoluções:

> *Foram estudadas as condições de vida dos milhares de operários da indústria canavieira, que vivem em um regime de exploração semi-feudal, ainda sujeitos ao regime do barracão e do vale. As resoluções traduzem, sobretudo, a necessidade urgente que tem o partido de voltar-se para essa grande massa de trabalhadores para organizá-la em seu sindicato, a fim de que possa lutar por suas reivindicações. Também no setor camponês foram adotadas resoluções importantes. Foi recomposta a direção do Comitê, cujo Secretário Político é Juvêncio Guedes, de Organização Eliezer Salles (Suplente do Comitê Estadual), e sindical o operário Semeão Almeida* (26).

Afinal o que propunha o PCB para os santamarenses? O programa mínimo continha 15 pontos sobre temas diversos:

1- Autonomia politica e administrativa do municipio, eleições diretas para Prefeito, Vereadores e Administradores Distritais, com redução das cotas cobradas pelo Estado à Prefeitura;

2- Divisão e entrega gratuita das terras abandonadas do municipio aos camponeses que se comprometessem a cultivá-las, a fim de aumentar a produção de alimentos, assegurando-lhes empréstimos a juros baixos, assistência técnica, maquinário agrícola, etc;

3- Extinção dos impostos cobrados pela Prefeitura sobre os pequenos agricultores e ocupação do solo nos mercados e feiras livres;

4- Criação de uma Escola Técnico Profissional, de Escolas Noturnas para ambos os sexos e Escolas Rurais noturnas nos Distritos. Aumentos de verbas da Prefeitura para custear alunos reconhecidamente pobres;

5- Criação de uma Cooperativa para a construção de Casas Proletárias, assegurando prestações módicas *"baseadas no preço do aluguel"*.

6- Lutar contra a carestia e o câmbio negro;

7- Garantia à pratica de qualquer culto religioso que não atentasse contra a moral e tranqüilidade públicas;

8- Ligação rodoviária entre Santo Amaro e Jacuípe, um populoso Distrito na área das usinas;

9- Melhoramento dos serviços de água e esgoto da cidade;

10- Melhoramento do Serviço Médico e criação de sub-postos nos Distritos; combate à verminose e extinção dos inúmeros focos de impaludismo (malária);

11- Jornada de trabalho de 8 horas para o campo. Assegurar aos meeiros o direito de venderem livremente sua produção, o pagamento ao dono da terra em dinheiro e não em trabalho, garantindo a permanência na terra;

12- Aumento de 50% sobre os salários dos servidores públicos;

13- Atender as necessidades imediatas dos Distritos;

14- Lutar contra o *"sistema semi-feudal"*, predominante nas usinas de açúcar, maior responsável pelo atraso do município; e, por fim, denunciar ao povo e as autoridades as manobras da firma S.A. Magalhães, que retinha o açúcar visando a elevação do preço e a remessa do produto para o sertão onde não havia tabelamento (27).

Desse programa de cunho liberal democrático, sem referências a propostas socializantes, o PCB tentaria aplicar de forma continuada, apenas, os aspectos relacionados às categorias específicas, mesmo porque os demais dependiam da ocupação de espaços executivos e legislativos, no Recôncavo, impermeáveis ao PCB.

No programa, algumas propostas chamam a atenção. Por exemplo, as prestações das casas proletárias baseadas nos

preços dos alugueres. Os operários santamarenses, certamente, não aprovaram esta proposta.

A razão dessa desaprovação podia ser lida na própria imprensa comunista, que neste mesmo ano, denunciava a falta de residências em Santo Amaro. *"As casas estão reduzidas a quase dois terços das que existiam há 15 anos atrás. Isto se explica pelo fato das construções nesta cidade custar quase tanto que na capital"*, onde as construções ainda são mais valorizadas. Essa situação fazia com que fosse grande o déficit habitacional em Santo Amaro e, por conseguinte, o aluguel não deveria ser barato. Tanto mais, porque a população continuava crescendo, *"apesar da mortalidade infantil elevada"* (28).

Desse modo, as *"residências proletárias"*, a seguir tais critérios, não trariam menores apuros financeiros aos seus beneficiários-inquilinos.

Ainda encontramos uma campanha contra a cobrança, pela Prefeitura, de impostos atrasados. A *"décima"* não era paga há anos, quando o Prefeito Osvaldo Dias resolveu ressuscitá-la, enviando cobranças judiciais, que acrescentava multa de 16% e custas de Cr$ 50,00 sobre o débito acumulado.

Os comunistas incentivaram os pequenos proprietários a não pagarem a dívida e a pressionarem os vereadores cobrando

a anistia dos débitos. O Jornal O Momento mais uma vez foi o instrumento da mobilização e da propaganda (29).

Do Programa Mínimo de 1946, somente os itens relativos aos trabalhadores do açúcar seriam executados ao longo dos anos seguintes, de uma forma permanente e sistemática.

O período de vida legal do PCB possibilitou a Santo Amaro ouvir, publicamente, pronunciamentos de líderes políticos tidos como subversivos até poucos meses antes. Mais ainda, de ver um santamarense candidato à deputado pela legenda comunista. O final de 1946 foi marcado pela campanha política para a eleição da Câmara Estadual. Por Santo Amaro, integrando a chamada *"chapa popular"*, Juvêncio Guedes defenderia o Programa Mínimo para o município, centrando sua campanha nos problemas enfrentados pela população local, como a falta de água, a exploração dos camponeses e dos trabalhadores das usinas.

Somente no mês de dezembro dois comícios foram realizados na cidade. No primeiro, discursaram oradores locais como Francisco Araújo Guimarães, *"pequeno comerciante"* e *"Secretário de Massas e Eleitoral do Comitê Municipal"*, Eliezer Sales, *"Secretário de Educação e Propaganda"*, além do candidato local. Também falou Walter da Silveira, intelectual e candidato pelo PCB. Ainda nesse mês, outro comício da chapa popular seria realizado em Santo

Amaro, desta vez, com a participação do Dirigente Estadual e também candidato, Juvenal Souto Júnior (30).

Com a candidatura de Juvêncio Guedes a deputado estadual no pleito de 19 de janeiro de 1947, os militantes comunistas encontraram uma forma de propagandear seu programa para Santo Amaro. Embora do ponto de vista eleitoral, esta candidatura não tivesse chances de vitória, contribuiria para acrescentar votos à legenda, que ao final elegeu dois candidatos: Giocondo Dias e Jaime Maciel.

A Chapa Popular contava ainda, dentre outros, com os nomes de Mário Alves, Almir Matos, João dos Passos, Vale Cabral e, três mulheres, Ana Montenegro, Maria Lopes de Melo e Carmosina Nogueira. A direção nacional enviou os Deputados Federais Jorge Amado e Carlos Marighela, ambos baianos, para reforçar a campanha, embora apenas o último tenha sido eleito por seu estado (FALCÃO, 1993, p. 142). Nesta eleição, os comunistas apoiaram, para Governador, Otávio Mangabeira da coligação UDN - PSD, representante das velhas oligarquias baianas, mas que consideravam como *"um respeitável político liberal"*. Para Falcão, Mangabeira *"identificava-se com os comunistas por ser um dos principais opositores de Getúlio Vargas e do Estado Novo"*.

Dois anos foram suficientes para os comunistas esquecerem que, enquanto pediam a Constituinte com Getúlio

em 1945, Mangabeira pedia a intervenção das forças armadas para defender a nação diante da crise que atravessava no final da Ditadura Vargas. Declarava o *"grande"* político baiano:

> *Penso que as forças armadas estão no dever de intervir na atual situação brasileira. A nação está não só ameaçada, mas gravemente ferida e sem defesa ... impõe-se que as únicas forças que tem força real para acudi-la não lhe faltem nesta hora* (31).

A eleição para Governador na capital, principal base de apoio dos comunistas, foi vencida por Medeiros Neto, candidato do PTB, apesar de ter sido derrotado no Estado. O PCB elegeu apenas dois deputados, já mencionados.

Estes Deputados compuseram a bancada comunista na Assembléia Legislativa estadual até a cassação de seus mandatos em janeiro de 1948. Nesta oportunidade, o Congresso Nacional aprovou Projeto de Lei tornando sem efeito a decisão popular que havia conferido aos comunistas 46 mandatos eletivos às Câmaras estaduais de 15 estados, dezenas de vereadores, inclusive a maior bancada da Câmara do Distrito Federal (dezoito).

Na Bahia, o Governo Mangabeira se encarregaria de reprimir violentamente as manifestações e comícios dos cassados. O próprio Giocondo, que havia negociado o apoio do PCB, com o *"respeitável político liberal"*, logo após a

cassação do seu mandato, num comício na Praça da Sé, em 28.02.1948, foi barbaramente espancado pela polícia liberal do Governo. Em meio a tiros e cassetetes, o bancário Luís Garcia foi morto, vários foram feridos a bala, outros tantos presos, dentre eles vários dirigentes do partido e o, então, jornalista de O Momento, Luís Henrique Dias Tavares (FALCÃO, 1993, p. 168-9).

Nas eleições para vereador de 21 de dezembro de 1947, os comunistas, concorrendo pela legenda do PTN - Partido Trabalhista Nacional, presidido na Bahia pelo Engenheiro Ormeu Castelo Branco, alcançariam 6.033 votos, aproximadamente 17% do total de eleitores da Capital. Conseguiram eleger Jaime Maciel, que na iminência de perder o mandato estadual se candidatou à Câmara Municipal, e Almir Matos, o mais votado da chapa popular com 1.267 votos (FALCÃO, 1993, p. 156).

Em Santo Amaro, Juvêncio Guedes também concorreria à Câmara de Vereadores pela legenda do PTN e não mais pelo PCB, cujo registro tinha sido cancelado pelo Tribunal Superior Eleitoral em maio de 1947, numa decisão em que os juízes se dividiram em três votos favoráveis e dois contra.

O partido, nessas eleições, não obteve êxito no Recôncavo e, no mês seguinte, Juvêncio e seus camaradas voltariam à militância clandestina (Falcão, 1992, p. 156).

Na clandestinidade, como assinalamos, definiu-se outra política e tática de ação: derrubar revolucionariamente o Governo Dutra e instaurar um Governo Democrático de Libertação Nacional. O período esquerdista do PCB e seus reflexos nas lutas operárias do Recôncavo veremos adiante.

3.5 O MOVIMENTO SINDICAL NO RECÔNCAVO CANAVIEIRO

Não é conhecido registro formal de movimento mutualista organizado em associações civis envolvendo trabalhadores do açúcar. Contudo, um velho operário da usina São Carlos, em 1946, informava que: *"antigamente havia um caixa beneficiente mantido pelos próprios operários. Cada um pagava 50 centavos e havia mesma assistência médica, até remédios eram dados por conta do caixa"* (32). Isso deixou de existir quando a empresa propos comprar o *"caixa"* e ela mesma manteve o serviço médico, mediante descontos no salário. Dessa forma, ao que parece, abortou-se o possível embrião de uma organização mutual mais estruturada. A próxima experiência organizativa desses trabalhadores seria do tipo sindical.

O princípio da organização sindical dos trabalhadores do açúcar se verificará num período de grande mobilização política em todo o país. Quando é fundado o *"Syndicato dos*

Operários do Assucar e Annexos do Município de Santo Amaro", sob a presidência de Manoel S. Braga (33), com sede no Distrito de Terra Nova, em 28 de julho de 1935, a classe operária brasileira vivia uma conjuntura de ascenso grevista, que repercutia também na Bahia.

Nesse período, no Estado, são registrados movimentos grevistas entre os têxteis (1933), pedreiros e telegrafistas (1934) e greves de protesto pela revogação da lei de Segurança Nacional em 1935 (KOVAL, p. 278, 281, 293 e 297).

É, ainda, momento de intensa mobilização anti-fascista, que amplos setores populares, dirigidos por comunistas e grupos progressistas, desenvolviam contra os *"camisas verdes"* integralistas. Esta efervescência chegava ao Recôncavo, onde também atuavam integralistas e anti-fascistas, conforme o relato do operário José Simão (34).

Por outro lado, o processo de fundação do Sindicato evidencia a existência de determinada militância política no seio da categoria. A influência desta militância entre os trabalhadores, contudo, não teve grande repercussão até pelo menos 1943, quando a entidade contava apenas com 400 filiados (35), mesmo decorridos 7 anos de sua existência. Para isso, certamente, pesou a longa noite que o Estado Novo representou para o movimento operário.

Em 13 de abril de 1942 ocorre o reconhecimento oficial do sindicato pelo Ministério do Trabalho, que em 12 de junho de 1943 expedirá a carta sindical, uma espécie de registro sem o qual o Estado não conferia legitimidade aos sindicatos, sendo este denominado Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar de Santo Amaro (36).

No ano seguinte toma posse a primeira diretoria, eleita após o reconhecimento estatal, presidida por Otávio Nunes. Sob sua liderança, o Sindicato dos Trabalhadores das Usinas de Santo Amaro elevar-se-á à condição de dirigente efetivo da categoria. Os operários aderirão em massa ao Sindicato, colocando-o na posição de maior organização sindical do Estado da Bahia. De forma que, em 1946, a categoria encontrava-se organizada nas usinas, onde tinha representação de base e já havia realizado duas greves, uma delas envolvendo as cinco maiores usinas do Estado.

A base territorial do Sindicato foi objeto de tentativa de ampliação em 1946. Nesta oportunidade a direção requereu ao Ministério do Trabalho a expansão de sua base para os municípios de São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Cachoeira, Mata de São João e Salvador. Este pleito só seria atendido pelo Ministério, 10 anos depois em 20 de julho de 1956 (37).

A categoria era formada por cerca de 10 mil operários fabris e entre 30 e 40 mil assalariados agrícolas e moradores. Destes, em 1946, 10 mil eram sindicalizados, principalmente os do setor industrial (38). Este salto no número de associados, certamente, começou a ocorrer após o 1º de Maio de 1943, quando o Presidente Vargas lançou a *"campanha de sindicalização em massa"*. O Ditador esperava, *"àquela época, fazer o alistamento eleitoral através da carteira profissional e as eleições através dos sindicatos"*, conforme observou Morais Filho (1952, p. 257).

Se o início da adesão ao sindicato deve ter começado por uma campanha oficial, seguramente, a consolidação deste, como instrumento dos trabalhadores, se daria no bojo do movimento reivindicativo desencadeado entre 1944-47.

O enraizamento do Sindicato nas usinas pode ser constatado pelo nível de adesão e mobilização verificados durante a greve dos 15 dias, entre fevereiro e março de 1946. Evidencia este enraizamento o fato das negociações com os patrões, na Delegacia Regional do Trabalho, terem contado com uma ampla comissão de representantes dos trabalhadores das várias usinas, além dos dirigentes do Sindicato.

Tendo sido a primeira greve de amplitude realizada pela categoria, e por ter durado duas semanas, repercutindo amplamente na capital do Estado, acreditamos que esse

movimento contou com razoável nível de organização. O que, como se sabe, requer um significativo trabalho de preparação.

3.6 TRABALHISTAS E COMUNISTAS

Atuavam na categoria dois grupos de militantes. O primeiro liderado pelo presidente do Sindicato até 1947, Otávio Nunes, com fortes ligações no Ministério do Trabalho na era Vargas e, conseqüentemente, seguindo orientação do Partido Trabalhista Brasileiro, pelo qual veio se eleger vereador em Santo Amaro na década de 50 (39).

Ao lado, ora em aliança, ora em confronto com os trabalhistas, estavam os militantes comunistas. Em janeiro de 1950, dois anos depois de abandonar a política de *"ordem e tranqüilidade"* e de convivência acrítica com a estrutura sindical, os comunistas faziam auto-crítica, reconhecendo ser aquela posição conservadora e de direita e seus aliados de outrora reacionários.

A articulação de comunistas e trabalhistas pode ser observada nas comemorações do *"1º de Maio da Unidade Proletária"*, em 1946. No Recôncavo, o dia do trabalho foi saudado, num ato unitário promovido na Usina Aliança, pelas principais correntes políticas do movimento operário. Os

trabalhistas representados pelo Presidente do Sindicato, Otávio Nunes, e pelo Professor João Ranulfo Bomfin, os comunistas por Nelson Schaun, dirigente do Comitê Regional, e Juvêncio Guedes, Secretario Politico do Comitê Municipal de Santo Amaro.

Para um público de *"cerca de dois mil trabalhadores"* os oradores trataram de questões relacionadas ao significado histórico do 1º de Maio e temas da conjuntura, como carestia, distribuição de terras aos camponeses, tentativa de por fim ao direito de greve, etc. (40).

Este 1º de Maio ocorreu menos de dois meses após a Greve dos 15 Dias (entre fevereiro e março de 1946). Esse fato, entretanto, não impediu o Sr. Domicio Alves de Andrade, gerente da Usina Aliança, de ter procurado, *"de modo elogiável, facilitar os festejos dos trabalhadores"*. O elogio de O Momento à colaboração do dirigente usineiro indica que até aquele momento, apesar da greve, as relações entre patrões e dirigentes sindicais permaneciam com algum nivel de colaboração.

Em relação a linha hegemônica na direção do Sindicato, refletindo as posições dos comunistas, dizia O Momento (24 set. 1946):

> *Mesmo nas usinas onde existem melhores condições de trabalho, poderia haver condições e concessões patronais ainda melhores. Mas essas concessões só poderão ser conseguidas através da união de todos em torno do seu órgão representativo, o sindicato, que a despeito de sempre tomar a defesa dos*

> *trabalhadores, tem sido, forçoso reconhecer, um órgão para defender e não para reivindicar. Sabemos que existe boa vontade da diretoria, mas cabe aos trabalhadores forçá-lo a reivindicar.*

Quatro anos depois, sob o efeito do Manifesto de Agosto (1950), que redefiniu a tática comunista, dando um giro de 180 graus em relação a política de *"união nacional"* predominante até 1947, os trabalhistas e sua principal liderança, Otávio Nunes, passaram a ser vistos como traidores da classe.

Defendendo a luta pelo poder junto aos operários das usinas, O Momento assim se referia ao papel dos trabalhistas na Greve de 1946:

> *Os trabalhadores do açúcar tem uma bela tradição de lutas, um passado recente de vigorosas ações. Lembremos a grande greve de 1946 que paralisou o trabalho em todas as usina. Os grevistas reivindicavam aumento de 50% nos salários, mas foram traídos pela Delegacia do Trabalho e o pelego trabalhista Otávio Nunes. Hoje eles (os trabalhadores) podem avaliar essa traição e, sem dúvida, aprenderam muito com isso* (41).

Nesta avaliação, mudou-se até o motivo da greve, que foi desencadeada pedindo a devolução dos descontos ilegais, relativos á habitação e higiene, feitos pelas usinas. Mesmo os comunistas não levantaram a reivindicação de aumento salarial. Pelo menos não a propagandearam no seu diário, como seria de esperar. Ao contrário, chegaram a dizer justamente que os funcionários apesar dos baixos salários

não apresentariam suas reivindicações econômicas. O discurso que mais enfatizavam era o da *"ordem e tranqüilidade"*. Esqueceram, com muita facilidade, o que praticaram naquele período.

Após o suicídio de Getúlio Vargas (agosto, 1954), o PCB tentando capitalizar o descontentamento e o sentimento de revolta dos setores populares contra os possíveis responsáveis pela morte do presidente, lançou um manifesto pregando a união entre comunistas e trabalhistas, que teve reflexos entre os trabalhadores do Recôncavo. O diário comunista, tentando legitimar a *"nova"* política de alianças, ouviu vários canavieiros. Um deles afirmando-se trabalhista defendeu a proposta de Prestes:

> *Conheço uns trabalhadores comunistas. Não tenho nada contra eles. Pelo contrário todos eles nos defendem. Eu sou trabalhista e sempre acompanhei o Presidente Getúlio, mas nós só podemos ganhar se os trabalhistas se unirem com os comunistas* (42).

Getúlio que vinha sendo atacado era agora a vítima cuja herança passava a ser disputada. No emaranhado de suas contradições, o PCB mais uma vez, buscava a aliança com os traidores de ontem. Assim, entre o escarro e o beijo, também viveriam as correntes políticas que atuaram entre os canavieiros do Recôncavo.

3.7 INTERVENÇÃO NO SINDICATO DOS OPERARIOS DO AÇÚCAR

Antes de reavaliar seus conceitos sobre os trabalhistas, o PCB teve que experimentar a política autoritária e anti-comunista do Governo a que declarara apoio. Dutra, ex-ministro da guerra durante o Estado Novo, uma vez Presidente (1946), procurou coibir as greves e retomou o processo de perseguição às diretorias sindicais comprometidas com as lutas da classe trabalhadora. Estas, uma a uma, seriam afastadas das entidades sindicais e substituidas por notórios pelegos ligados ao Ministério do Trabalho e ou aos empresários. A intervenção no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar, por sua postura de defesa dos operários, não tardaria a ocorrer.

O Ministério do Trabalho, na Bahia, não vacilou em formalizar Inquérito Administrativo para apurar *"atos contra a ordem pública"*, que teriam sido praticados por esse Sindicato. No início de 1947, ao final do processo, o Delegado Regional, Sebastião Marinho Muniz Falcão, interveio nessa entidade e destituiu sua diretoria eleita, nomeando uma Junta Governativa para dirigir o órgão.

Assim, o Presidente Otávio Nunes foi afastado em fevereiro de 1947, passando o Sindicato a ser dirigido por uma Junta Interventora, nomeada pelo Ministério do Trabalho.

No dia 26 deste mês tomou posse Ladislau de Oliveira, como presidente; Edésio de Queiroz, Tesoureiro; e José Euclides da Silva, Secretário. Logo que assumiram, os interventores enviaram à DRT pedido de providências no sentido de lhes ser entregues os pertences do Sindicato, que estariam em mãos dos dirigentes destituídos (43).

Muniz Falcão, justificava a intervenção afirmando não estar o sindicato:

> *... correspondendo aos propósitos da política social do Governo da República. Incorporando uma das categorias mais expressivas do Estado, com a renda bem elevada, essa entidade não mantinha quaisquer serviços de assistência aos trabalhadores nos quais fossem aplicados o dinheiro arrecadado como é de lei. De outro lado, o trabalho nas usinas vinha sendo tumultuado devido a ação perniciosa de certos indivíduos, por meios industriosos, procurando criar clima de odiosidade contra as empresas, com objetivo nitidamente político. Aqui cabe mencionar a greve de vastas proporções deflagrada em fevereiro de 1946, que paralisou as fábricas de açúcar durante muitos dias, com visível prejuízo para a economia açucareira baiana* (44).

Em setembro do mesmo ano, cinco meses após tomar posse, a Junta era denunciada da tribuna da Assembléia Legislativa pelo Deputado comunista Jaime Maciel, por não ter tomado qualquer iniciativa de defesa dos trabalhadores da cana e nem mesmo realizado uma única assembléia (45).

Fora do sindicato, Otávio Nunes respondeu a um Inquérito Administrativo; julgando a Justiça do Trabalho de

Santo Amaro, pela não reintegração do Reclamado estável aos quadros da Lavoura Indústria Reunidas, onde trabalhava. Decidiu ainda, o Juiz, devido a estabilidade do sindicalista, condenar a empresa no pagamento, em dobro, da indenização por tempo de serviço. A empresa recorreu desta sentença, prorrogando ainda mais uma decisão definitiva (46).

Buscando sua reintegração à empresa, esse sindicalista chegou a solicitar intervenção de Clemente Mariani. Ex-advogado da Casa Magalhães, membro do Conselho Fiscal desta e proprietário da Usina 5 Rios (Maracangalha), Mariani ocupava, então, o Ministério da Educação do Governo Dutra. Em função desta solicitação, o Ministro encaminha telegrama ao diretor da S.A. LIR, afirmando: *"estou certo prezado amigo todo farah restabelecer espírito harmonia sempre procuramos cultivar relações trabalhadores nossa industria Pt Otávio seguirá ahi avião hoje"* (47). Apesar da intervenção de Mariani, aparentemente favorável, a empresa não mais o readmitiria.

Estava encerrado esse ciclo do sindicalismo no Recôncavo açucareiro (48).

NOTAS

(1) Falcão, João; é filho do usineiro, comerciante e ex-prefeito de Feira de Santana, João Marinho Falcão, e relata suas memórias desse período em O Partido comunista que eu conheci (20 anos de clandestinidade). Rio de Janeiro: Ed Civilização Brasileira, 1988, p. 134.

(2) Tribuna Popular. 01 set. 1945; apud Weffort (1973. p. 84). Em 8 de outubro, isolado em suas próprias hostes, Vargas concedeu os dois primeiros pontos propostos pelo MUT conforme Spindel (1980, p. 37).

(3) Manifesto do MUT de 30.04.1945; apud CARONE, E. A terceira república (1937-1945). RJ-SP: Difel, 1976, p. 532-538.

(4) Folha da Manhã. 19 out. 1943; apud Weffort, 1972, p. II.40.

(5) Tribuna Popular, 25 nov. 1945; apud Weffort, 1972, p. 90.

(6) Conforme inventário feito por Spindel (1980, p. 97-102) a partir dos dados coletados por Weffort (1972).

(7) Hoje (SP), edição de 29 dez. 1945; apud Spindel, 1980, p. 77. Este jornal na mesma edição estampava a seguinte manchete: *"operários da Lindemberb, Assunção não foram a greve graças a intervenção do PCB"*

(8) O Momento, jul. 1945.

(9) O Momento, 24 set. 1945.

(10) O Momento, 11 mar. 1946.

(11) O jornal O Imparcial, 19 abr. 1946, denunciaria a infiltração de "mutistas" na organização do Congresso.

(12) O Momento, 16 abr. 1946.

(13) O Momento, 25 fev. 1946.

(14) O Momento, 24 abr. 1946.

(15) O Momento, 19 maio 1946.

(16) O Momento, 10 maio. 1946.

(17) O Momento, 16 jul. 1946.

(18) Resoluções do Congresso Sindical dos Trabalhadores de 1946. Rio de Janeiro: Ed. Jornal do Comércio, p. 3 e 9; apud Nóvoa, Jorge; O Sindicalismo Brasileiro em perspectiva: Hipóteses para estudo do *"Novo Sindicalismo"* na Bahia. Salvador: CRH-UFBA (mimeo.), 1988, p. 22.

(19) Costa, Maritimo da Boa Morte. Entrevista concedida ao autor em agosto de 1990. O "Velho Marú", como é carinhosamente chamado, é militante do PCB em Santo Amaro desde a primeira metade dos anos 40, quando recebeu do partidão a missão de organizar uma "célula" comunista entre os barbeiros do município. Este organismo que funcionaria no fundo de sua casa seria chamado "célula Castro Alves".

(20) O Momento, 06 jul. 1946, p. 02.

(21) Costa; entrevista citada.

(22) O Momento, 04 dez. 1946, p. 1-8. Juvêncio Guedes também foi candidato a Deputado Estadual pela Chapa Popular do PCB em 1947.

(23) O Momento, 06 jul. 1952, p. 2-5.

(24) O Momento, 23 ago. 1946, 1-6.

(25) O Momento, 21 set. 1946, p. 1.

(26) Ed. de 17 jul. 1946, p. 6.

(27) O Momento, 17 jul. 1946, p. 6.

(28) O Momento, 19 set. 1946, p. 2-5.

(29) Ed. 05 maio. 1948, p. 3.

(30) O Momento, edições de 04 dez. 1946, p. 2; e, 25 dez. 1946, p. 07.

(31) Franco, Virgilio Melo. A campanha da UDN. Rio de Janeiro: Ed. Hélio Valverde, 1946, p. 305, apud Weffort, F.; As origens do sindicalismo populista no Brasil (A conjuntura do após-guerra), São Paulo: CEBRAP, (4), p. 74.

(32) O Momento, 04 mar. 1946. Nesse sentido, Fontes (1982), em ampla pesquisa sobre o movimento operário na Bahia entre 1888 a 1930, não localizou qualquer movimento envolvendo os trabalhadores das usinas de açúcar.

(33) Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Açúcar e Alcool do Estado da Bahia, Terra Nova-Ba.

(34) Entrevista de José Simão ao autor (Fazenda Bângala, Santo Amaro, 1991).

(35) O Momento, em 04 março de 1946.

(36) Arquivo da DRT-Ba. (Delegacia Regional do Ministério do Trabalho); antiga Divisão de Assuntos Sindicais - DAS, 1992. Pasta: Movimentação dos Processos do Sindicato dos Trabalhadores das Usinas de Santo Amaro.

Esse tipo de registro (Carta Sindical), instituido por Vargas nos anos 30, somente veio a ser dispensado da vida sindical brasileira pela Constituição Federal de 1988.

(37) Idem, ibidem.

(38) O Momento, em 04 março de 1946.

(39) Conforme registro da Câmara de Santo Amaro. Livro de Posse dos Vereadores.

(40) O Momento, 04 maio de 1946.

(41) Edição de 14 outubro de 1950, p. 3-6.

(42) O Momento, 11 novembro de 1954, p. 1-6.

(43) Arquivo da DRT-Ba, ibidem.

(44) Diário de Noticias, 11 setembro de 1947.

(45) O Momento, 21 agosto de 1947.

(46) O Momento, 21 janeiro de 1949, p. 5.

(47) CPDOC-FGV, R.J.; arq. Clemente Mariane (ref. CMa.21.08.19).

(48) O funcionamento do Sindicato nos últimos anos da década de 40 registra a existência de serviço dentário e hospitalar, denotando o aspecto assistencialista assumido pela organização. Dentre os serviços assistenciais prestados ao trabalhador incluia-se, também, a assessoria jurídica (Arquivo da DRT-Ba, ibidem).

CAPÍTULO 4 - O INTERVALO RADICAL: GREVES E MOVIMENTOS (1948 - 1953-4)

4.1 A CONJUNTURA QUE ANTECEDE O INTERVALO RADICAL

Antes de discutirmos o processo de transição da política de *"ordem e tranqüilidade"* para o período de *"guerra de classe"*, faz-se necessário analisarmos alguns aspectos da conjuntura nacional.

O PCB, nas eleições presidenciais de dezembro de 1945, entendeu que a escolha entre Eduardo Gomes (UDN) e Eurico G. Dutra (PSD-PTB) não interessava ao povo. Argumentava que ambos eram reacionários, por isso não podiam *"assegurar a pacificação e a atmosfera de confiança, que a nação deseja ardentemente"* (BASBAUM, vol. 3, 1981, p. 163). Por isso, lançaria candidato próprio ao pleito obtendo significativa votação.

Após a eleição, entretanto, o partidão manifesta seu apoio ao Gal. Dutra, como, provavelmente, manifestaria a Eduardo Gomes. Era a lógica da *"união nacional"*. O Comitê Central reunido em janeiro de 1946 adota a seguinte orientação: *"apoio honesto e enérgico às ações democráticas do governo e luta intransigente, ainda que dentro da legalidade, contra qualquer movimento reacionário de retrocesso"* (1).

A III Conferência Nacional do PCB, em julho de 1946, referendou a política de aliança com Dutra. A tática definida previa uma relação de *"compromissos flexíveis"* com o Governo e a tarefa imediata de criação da *"união nacional"* capaz de dirigir o movimento democrático das massas, e pacificamente *"lutar pela revolução burguesa-democrática, agrária e antiimperialista"* (2).

As resoluções desta Conferência apontavam claramente para a busca da unificação nacional. Na orientação teórica, também fica subliminar a compreensão de que estava colocada naquela ambiência histórica a possibilidade de desenvolvimento pacífico do movimento revolucionário, bem como a adoção dos mecanismos legais e parlamentares como instrumentos proeminentes da luta de classes.

Entretanto, as ações e propostas do governo apontavam em direção oposta às previsões do PCB. No mesmo sentido, também a conjuntura internacional indicava outra perspectiva.

Já em março de 1946, em nome da defesa dos interesses nacionais, Dutra promulgava Decreto (Nº 9.070, 15.03.1946) impedindo, na prática, a organização de qualquer greve. Estabelecia Tribunais de Arbitragem para dirimir, previamente os conflitos, proibia manifestações ou ações em

sinal de solidariedade com grevistas. A indústria, os transportes, as centrais elétricas, os sistemas bancário e de ensino, a pecuária e a agricultura foram, todos, considerados ramos onde as greves eram tidas como inadimissíveis.

Para os transgressores da norma as penas poderiam variar entre prisão preventiva, multa em dinheiro, proibição do sindicato ou mudança compulsória de sua direção, demissão do emprego (Título V da CLT).

No período, estavam em curso os trabalhos constituintes. Toda atenção estava voltada para a luta parlamentar. A 18 de setembro foi promulgada a Constituição Federal. O PCB, então, declara: *"com a proclamação da Constituição de 1946 nosso povo libertou-se finalmente dos vestígios do regime ditatorial"...* (KOVAL, p. 377). Acreditavam, estar revogado o Decreto 9.070.

Mas, a lógica da política reacionária das classes dirigentes, naquele momento representadas por Dutra, continuava expressa nos atos do Governo, mesmo sob a vigência da nova ordem constitucional. Daí porque, o referido Decreto, que conferia verdadeiro poder discricionário do governo sobre as greves, seria mantido por todos os governos seguintes até 1965 (*WEFFORT, 1972, p. 92*), apesar de sua presumível inconstitucionalidade.

Sintomático é a ordem do Ministro do Trabalho, Negrão de Lima, para dissolver o Congresso da Unidade Sindical, baseado na retirada dos delegados vinculados ao Partido da Representação Popular - PRP (integralista) e dos demais identificados com a orientação do Ministério do Trabalho. Segundo Telles, pouco mais de 5% do total dos 2.000 delegados presentes (TELLES, p. 252).

Em virtude dessa ordem, o Congresso chegou apressadamente ao fim, em 22.09.46. Todavia cumpriu seus objetivos, especialmente, o de criar a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CTB) que, apesar de tudo, nasceria pelas mãos de 800 sindicatos de todos os estados do país.

É de se ressaltar, porém, que o Congresso foi instalado a 19 de setembro, logo depois da promulgação da Constituição e que, portanto, deveriam estar asseguradas as garantias legais para sua normal realização. A intervenção do Ministro do Trabalho, que inclusive compareceu à sessão de abertura, era a evidência maior do método que continuaria a ser utilizado pelo Governo e pelas classes dominantes para levar a cabo sua versão da *"união nacional"*.

Em seguida, os sindicalistas que se afastaram do Congresso da Unidade Sindical, criariam, com o apoio do governo, a Confederação Nacional da Trabalho - CNT.

Imediatamente, o Ministério do Trabalho a reconhece como única entidade legal de amplitude nacional existente no país. Estava aberto o caminho para tornar ilegal a CTB.

O crescimento numérico de adesões e a atuação legal funcionavam como fetiche para os comunistas, e assustavam Governo e imprensa conservadora. Quando o Correio da Manhã, em 30.11.1946, antecipando os primeiros lances da Guerra Fria no Brasil, começava a pedir um bloqueio à *"penetração comunista, ... (e) uma barreira no caminho da epidemia do comunismo"*, o Comitê Central do PCB se preparava para a *"transformação da organização comunista em partido de massas"* (3).

Nesse momento, o *"partido de massas"* já contava com cerca de 150 mil filiações formais (4) e sua preocupação essencial era, então, as eleições de janeiro do ano seguinte, 1947, onde de fato obteria cerca de 800 mil votos, elegendo 62 deputados estaduais e vereadores em vários estados e municípios (KOVAL, p. 380-1).

Entretanto, já em janeiro de 1947 teria início um processo contra o PCB por *"atividade subversiva"* financiada com dinheiro russo. Em abril, a União da Juventude Comunista teve seu funcionamento vetado pelo Governo; em maio, seria a vez da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil e de alguns Centros Sindicais nos Estados terem suas organizações

dissolvidas. Dos 944 sindicatos existentes, *"o governo interveio em 143"* (RODRIGUES. In FAUSTO, B., org., 1986, p. 539). Tudo por obra e graça do Decreto nº 23.046. Lá se iam, para a luta operária e sindical, as conquistas democráticas da Constituição de 1946.

Para não deixar dúvidas quanto a natureza da nova ordem democrática, o Tribunal Superior Eleitoral concluiu que o *"do Brasil"* no nome do Partido Comunista indicava que este era uma seção de um partido internacional com sede em Moscow e que sendo a União Soviética um país dirigido por partido único (o PCUS), a seção deste no Brasil, o PCB, pretenderia fazer o mesmo por aqui. Nessa lógica, o partido seria contra o pluripartidarismo expresso na Constituição. Por isso era, formalmente, declarado ilegal o PC do Brasil (FALCÃO, 1988, p. 344).

Durante 1947, além do cancelamento do registro legal do PCB, a reação Dutra ainda impôs, através do Projeto de Lei aprovado pelo Senado (em 27 de outubro) e pela Câmara dos Deputados, no início do ano seguinte, a cassação dos mandatos de todos parlamentares do partidão. Decretou, ainda, o fim das relações diplomáticas com a URSS, e o fechamento da Federação das Uniões Femininas.

Nesta conjuntura, sem *"colaboração"* ou *"união"* possíveis, os comunistas foram obrigados a mudarem o

conteúdo da linha política e da tática até então adotadas, tanto em relação ao governo, quanto ao movimento operário. No Recôncavo, essas mudanças serão observadas com nitidez.

4.2 O PCB VOLTA-SE PARA A CLASSE

As medidas repressivas e legais tomadas contra os comunistas e contra o movimento sindical, levaram a desarticulação do sindicalismo de tipo populista que vicejava desde o fim do Estado Novo.

Diante dessa nova situação os comunistas decidiram, em janeiro de 1948, autocriticar a linha parlamentarista seguida até ai, e optaram por estimular aguerridamente as lutas de classe. Para executar a nova política, orientaram no sentido da *"criação de novas organizações"*. Seriam *"comissões de bairro, comitês de prédio, células nas fábricas"*, mas, principalmente, associações civis que funcionariam, na prática, como sindicatos paralelos. Estava dado o caminho pelo qual, temporariamente, se abandonaria os sindicatos oficiais.

Prestes, reavaliando sua trajetória política, criticaria, essa linha sindical dos comunistas, que em vez de participar dos sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, passava a *"fazer organizações paralelas"* nas

empresas, *"sindicatos ilegais"*. As posições do Secretario Geral, que defendia a continuidade da atuação nos sindicatos oficiais, *"mesmo nos sindicatos policiais"*, não foram acatadas pelo Comitê Central, do qual, naquele período, *"por medida de segurança"*, não participava das reuniões.

Segundo este dirigente, essa política não teve êxito e foi a responsável pelo afastamento dos comunistas do movimento sindical (MORAIS E VIANA, 1982, p. 119).

Para essa visão, só em junho de 1952 o Comitê Central do PCB reorientaria os comunistas a priorizarem o trabalho *"pela unidade da classe"*. A partir deste momento desejava-se, apenas *"um sindicato em cada ramo da indústria, um centro sindical nacional unificado filiado à Federação Sindical Mundial"* (5). Sobre o retorno aos sindicatos oficiais diria Prestes:

> *... só em 52 é que consegui que a Comissão Executiva encaminhasse ao CC uma resolução, que foi aprovada, mudando completamente a orientação do partido. É a chamada resolução sobre o movimento sindical. Redigida por mim* (MORAIS e VIANA, 1982, p. 119).

Entretanto, para o movimento operário em geral e para as lutas no Recôncavo, não foi bem assim. As organizações paralelas aprofundaram a relação dos comunistas com as bases e foi decisiva para o movimento grevista nos anos seguintes, inclusive para a emergência das comissões de empresa nos

anos 50, que viria a dinamizar o movimento operário naquela década.

Afastados das direções sindicais, os militantes operários comunistas buscaram uma aproximação mais cotidiana com grupos de trabalhadores. Esta relação, sem as amarras burocráticas dos sindicatos, levou a uma identificação maior com os anseios dos "*de baixo*", permitindo aos comunistas colocarem-se à frente dos trabalhadores, quando estes irromperam no cenário de lutas.

Em São Paulo a ênfase da atuação comunista posta nas bases operárias criaria as condições para a ampliação das comissões de empresa a partir de 1952, que seriam as colunas de sustentação da "*Greve dos 300 Mil*", conforme observou Moisés (1978).

Já no Recôncavo, espaço da maior categoria operária da Bahia à essa época, o afastamento dos comunistas dos sindicatos oficiais levaria ao surgimento de um vigoroso movimento reivindicativo dos trabalhadores nas usinas de açúcar, organizado pela base em comissões de usinas e fazendas, e coordenados por uma associação civil (sindicato paralelo), adotando a Ação Direta como instrumento principal das lutas. Os militantes comunistas passaram à vanguarda do movimento. Esta guinada à esquerda, especialmente em relação aos sindicatos oficiais, durou até 1952. Fez com que

assumissem a hegemonia na direção dos movimentos na área da cana, superando os trabalhistas.

Os equívocos da nova linha política eram outros e muito graves, mas não foram apontados pelo Secretário Geral. A começar pela caracterização do Brasil como um país semicolonial ou semifeudal, quando o país vivia fase de avançado desenvolvimento capitalista, subsumindo as estruturas herdadas da tradição colonial (PRADO JUNIOR, 1985).

Por outro lado, o PCB fazia uma leitura do imperialismo como obstáculo ao desenvolvimento capitalista, quando este, no Brasil, sempre foi o combustível essencial para o avanço capitalista, vinculando ainda os interesses da burguesia nativa aos desígnios do capital internacional, do qual ela jamais se desvincularia (HARDMAN e LEONARDI, 1982).

Assim, permaneceriam elaborando estratégias para a revolução antiimperialista, antifeudal, de libertação nacional e democrática, sonhando construir *"o poder dos operários, camponeses, pequena burguesia e burguesia nacional, sob a direção da classe operária e seu partido comunista"* (6). Era 1954, e o PCB mantinha em sua estratégia a mesma ilusão dos anos 30.

4.3 AS COMISSÕES DE EMPRESAS

A política comunista para a organização e luta da classe trabalhadora, nesse período, é definida com clareza pelo *"Informe sindical e de massas ao Comitê Nacional do PCB"* (maio 1949):

> *ORGANIZAR O PROLETARIADO NAS EMPRESAS*
> *A tarefa mais importante no trabalho de massas é organizar e unir a classe operária, tendo por base as empresas e os locais de trabalho, onde devem ser organizados fortes organismos sindicais...*
>
> *Mas só conseguiremos organizar os trabalhadores nas empresas se formos capazes de levá-los à luta por suas reivindicações mais sentidas e nessa base criar fortes organizações de classe.*
>
> *Em nossa política sindical o melhor meio de realizar a sua tarefa central - organizar e desencadear lutas - é incontestavelmente a greve, principal arma do proletariado nas circunstâncias para conquistar suas reivindicações políticas e econômicas* (7).

Este informe continua detalhando o método de organização das comissões de empresa, alertando os militantes para os erros que devem ser evitados durante as greves:

> *Os movimentos grevistas não devem apoiar-se exclusivamente em comissões centrais, mas também nas subcomissões das seções da empresa, que garantem a organização e um melhor entrosamento da massa na luta. Neste caso temos o exemplo positivo da greve dos ferroviários da Minas-Vitória, cujo êxito se deve ao fato de terem sido constituídas subcomissões de seção de empresa, onde os operários juntavam suas reivindicações específicas*

> *à reivindicação geral de aumento de salários levantada pela comissão central de salários. Na preparação de lutas em corporações que englobam grande número de empresas, como nos têxteis, também a luta deve estar apoiada nas empresas, isto é, nas comissões dos locais de trabalho e não somente nas comissões centrais, em geral, desligadas das fábricas, o que é confirmado pelo que sucedeu na capital de São Paulo e em Petrópolis, onde apesar dos tecelões terem organizadas comissões centrais de salários não conseguiram ir à luta por não existirem nas empresas comissões ligadas às comissões centrais*

A aplicação dessa política, de fato, nas bases operárias pode ser observada pela forma de organização das greves deflagradas no período. Nos valemos aqui do apêndice de Sindicatos e Política (WEFFORT, 1972), onde encontramos um levantamento das greves noticiadas pela imprensa no período e, em especial, o tipo de organização por elas responsável (8).

Das 110 greves inventariadas entre 1948 e 1953, apenas 12 foram organizadas pelos sindicatos; sobre 56 não consta informações. Trinta e uma greves foram organizadas pelas comissões de operários sem a participação dos sindicatos, a exceção de duas delas, organizadas conjuntamente; e mais 8 foram organizadas fora do sindicato (existem outras 3 sem referências).

Weffort, em seus trabalhos sobre o movimento operário no Brasil, teve o mérito de demonstrar, com brilhantismo, toda responsabilidade política do PCB na formação do

sindicalismo populista, bem como na preservação da dependência política da classe operária brasileira aos desígnios da burguesia nacional e do Estado, além é claro da manutenção da estrutura sindical corporativista.

Nos parece, entretanto, que esse autor, apesar da valorização da análise da conjuntura como método para a explicação histórica, deixou de observar a natureza específica de um intervalo de tempo de significativa importância para a experiência da classe trabalhadora no Brasil. Interessado em demonstrar a formação, desenvolvimento e crise do sindicalismo populista, Weffort não se atentou para a conjuntura entre 1948-52, ou, sob certos aspectos, entre 1948 até meados de 1954, deixando de observar as lições e resultados organizativos de uma conjuntura de radicalização política, única na trajetória do PCB e muito importante para as classes trabalhadoras brasileiras.

Certamente por não servir, nem estar na lógica do populismo, essa conjuntura não interessava a Weffort, autor de importantes trabalhos sobre o sindicalismo populista (9).

Aliás, esse período - "Intervalo Radical" - parece não ter estimulado ao autor referido nem mesmo a checar com atenção os dados de sua própria pesquisa. Embora tenha

realizado um levantamento das greves entre 1945 e 1964 nos jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo (neste último, apenas para o ano de 1946), Weffort cita números para as greves entre 1948 e 1952 que não coincide com os dados por ele organizado no apêndice de Sindicatos e Política (1972), sua tese de livre docência na USP (10).

Na base das grandes greves também estavam as comissões ou grupos de fábrica. Foi o caso da greve dos 300 Mil, já mencionada, mas, ainda de diversas outras onde os comunistas não participavam das direções sindicais, porém organizavam comissões centrais e subcomissões por seção de empresa, em geral reivindicando aumento de salários. Essa organização de base também será observada no Recôncavo, como adiante veremos.

Fica patente nessa conjuntura, portanto, o papel desempenhado pelas comissões de empresa - especialmente na fase mais radical de aplicação da política inaugurada pelo manifesto autocrítico de janeiro de 1948 até o retorno dos comunistas ao "pacto populista", iniciado em junho de 1952, a partir do retorno à estrutura sindical, e completado integralmente com o episódio da morte de Getúlio Vargas, em agosto de 1954. Pelas características singulares desta conjuntura, especialmente até 1952, a chamaremos de Intervalo Radical.

4.4 O MOVIMENTO GREVISTA NACIONAL

Nosso interesse, no momento, é justamente chamar atenção para o significado político e organizativo que teve esse intervalo radical para as lutas operárias, especialmente para o movimento grevista.

A importância do fator político, subjetivo, para a ampliação do movimento grevista entre 1948 e 1954 não pode ser desconsiderada. Teve uma influência muito importante nas regiões mais industrializadas do país, como também nas zonas econômicas afastadas destes centros, além de certas áreas camponesas.

Entretanto, o elemento subjetivo avaliado fora das circunstâncias em que viveram as famílias assalariadas naquela conjuntura não é suficiente para propiciar um entendimento apropriado desse ascenso grevista e organizativo. Assim, observar as circunstâncias conjunturais, especialmente aquelas diretamente relacionadas à sobrevivência das camadas proletárias, torna-se fundamental para dimensionar os parâmetros dentro dos quais os trabalhadores se moveram.

Os índices médios de aumento dos preços dos principais gêneros alimentícios, como arroz, farinha, açúcar, carne e mais treze itens básicos, são ilustrativos do grau de deteriorização das condições materiais de existência dos trabalhadores brasileiros no período. Entre 1941 e 1945 (4 anos), esses alimentos subiram 98%. Na seqüência, apenas nos dois primeiros anos do Governo Dutra, os mesmos alimentos subiram 104%, enquanto os salários foram corrigidos em proporção bem menor (TELLES, 1981, p. 31-32), fazendo com que a cada dia a quantidade de alimentos e mercadorias que conseguiam comprar fosse, cada vez mais, inferior.

Nesse ambiente, apesar da repressão do Governo Dutra, o movimento grevista no país aumentou significativamente. Comparado com o imediato pós-guerra, o número de grevistas disparou. Vejamos a tabela abaixo.

NÚMERO DE GREVISTAS NO BRASIL ENTRE 1947 E 1955

ANO	Nº GREVISTAS X 1000	Nº de GREVES
1947	150	-
1948	250	-
1949	200-250	250
1950	250	-
1951	360	173
1952	410	264
1953	800-1000	-
1954	1200-1600	-
1955	500	-

fontes: várias (11)

Estes números, apesar de estimados, ou mesmo admitindo a hipótese de serem superestimados, indicam para um fato indiscutível. Ocorreu no período uma intensa mobilização operária expressa pelo número de trabalhadores envolvidos em movimentos grevistas. Para tanto, acreditamos, concorreram, além da elevação da carestia, a nova linha política dos comunistas, especialmente seu retorno às bases buscando a organização de comissões de empresa em consonância com o abandono da política de colaboração e domesticação dos trabalhadores.

Leôncio Martins Rodrigues (1966, p. 51-100), analisando as greves do período seguinte (1955-61), ocorridas no Estado de São Paulo, chamou atenção para a natureza econômica daqueles movimentos bem como para o tipo de ação sindical desenvolvida pelos ativistas. Para este autor, a natureza da participação dos operários nos movimentos paredistas era eminentemente passiva. Tratar-se-iam de greves de fora para dentro. Decididas nas assembléias sindicais por minorias militantes e concretizadas nas portas das fábricas, através dos piquetes, especialmente nas grandes e médias, onde se verificaram o maior número de movimentos.

Esse sociólogo considera que a autoridade patronal para a classe operária brasileira, herdeira recente da tradição agrária, só poderia ser quebrada por outra autoridade, no caso, proveniente dos sindicatos. O instrumento para o

exercício dessa autoridade seria justamente o piquete, praticado não com objetivo de ganhar os operários para o movimento, mas para conseguir fechar a empresa.

Outro aspecto de tais greves, por ele sugerido, seria a inexistência de organizações sindicais de base na grande maioria das empresas, o que tornava os piquetes mais necessários. Assim, conclui que não existiria consciência de classe no operariado paulista do período.

No entanto, para a conjuntura imediatamente anterior (1948-54) as evidências indicam em sentido contrário. É sabido que o expurgo dos comunistas das direções sindicais no Governo Dutra e a linha política que abraçou a ação direta, levaram os militantes operários a formarem organizações informais nas fábricas e bairros operários, assim como comissões de operários nos sindicatos oficiais.

Desde o Manifesto de Janeiro de 1948, onde é feita uma autocrítica radical da política *"reformista"*, *"oportunista"*, de *"direita"*, aplicada pelo partido até então (através de métodos *"quase idílicos"*), que o PCB passou a orientar seus militantes a adotar a fábrica como *"principal terreno de lutas"* e aí dedicar a maior atenção *"e o máximo de nossas forças"* (12).

Assim, não há como negar a importância da radicalização da política pecebista para a ampliação do movimento grevista, e conseqüentemente para a organização e formação de classe dos operários. Uma vez organizados grupos de fábrica e com a adoção da greve como principal meio de luta (em substituição aos *"métodos quase idílicos"*), a quantidade de trabalhadores mobilizados, ano a ano, passou a ser cada vez maior. Isto, inclusive, também obrigaria os trabalhistas a apoiarem a deflagração de greves, sob pena de perderem cada vez mais espaço para os comunistas.

Para o período posterior a agosto de 1954, contudo, são plausíveis as considerações de Leôncio Rodrigues, especialmente, quanto ao locus de deflagração das greves, e a natureza externa desta deflagração. Vale dizer, entre 1955 e 1959 as comissões de empresas praticamente deixam de figurar como forma de organização das greves (conforme apêndice cit.).

Porém, esse é outro momento. O PCB já abandonara a tática sob análise para se incorporar, com todas as forças, ao pacto populista. Com isso, aliás, retomaria sua trajetória de colaboração de classes, e tornaria coerente sua tática política, que agora seria uma decorrência lógica de sua leitura da formação social brasileira.

4.5 O INTERVALO RADICAL NO CAMPO

Nos setores de menor tradição sindical e experiência grevista, em geral afastados dos grandes centros, a exemplo do Recôncavo açucareiro, ou mesmo em distantes regiões do interior do país, também no Intervalo Radical ocorrerá ou terá início importantes lutas, assim como, a mais rica experiência organizativa de base.

A proposta da Frente Popular de Libertação Nacional tinha como objetivo estratégico uma revolução agrária e antiimperialista, o que exigia do PCB a intensificação do trabalho político no campo. Ir ao encontro das *"massas camponesas"*, entendidas como os *"assalariados agrícolas, agregados, colonos, arrendatários, pequenos e médios sitiantes"*, passava a ser fundamental. Ganhá-las para a proposta da Frente, requeria organizar suas lutas *"sem querer impor reivindicações"*, mas sendo *"necessário popularizar entre os camponeses as reivindicações defendidas pelo partido"*. Esse trabalho possibilitaria a ocorrência de amplos movimentos reivindicativos e greves.

Para os assalariados agrícolas, o PCB apresentava as seguintes reivindicações que deveriam ser levantadas pelos militantes:

> *... aumento geral de salários, jornada de oito horas, pagamento das férias, descanso semanal*

> *remunerado, pagamento em dinheiro, assistência médica gratuita, liberdade de organização, locomoção e outras que variam de produção, quer se trate de assalariados das usinas de açúcar, das fazendas de café, cacau, etc.* (13).

No nível nacional, o resultado dessa orientação, poderia ser avaliado pelos movimentos grevistas e de ocupação de terra ou resistência dos posseiros. Nesse sentido, de 1949 a 1954, Medeiros (1989, p. 24) conseguiu registrar a ocorrência de 55 greves nas fazendas de cacau, cana-de-açúcar (não incluiu as do Recôncavo) e, principalmente, nos cafezais paulistas.

No período seguinte, entre 1955 e 1959, quando uma tática oposta foi adotada pelos comunistas, o número de greves no campo reduziu-se à apenas 15. Mesmo no auge do sindicalismo populista, entre 1961 e 1963, o movimento grevista dos assalariados do campo não alcançou o patamar do Intervalo Radical, foram somente 32 paralisações coletivas do trabalho (14).

No Intervalo Radical, ainda ocorreram inúmeros conflitos pela posse da terra nos Estados do Paraná, São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro, Espírito Santo. Em vários deles a tática comunista teve importância destacada. Especialmente em Porecatu, Paraná, na resistência armada dos posseiros contra a tentativa de grilagem de suas terras, que ficaria conhecida como a Guerrilha de Porecatú (MORAES E

VIANA, p. 121), e na organização e luta, também armada, dos posseiros de Formoso e Trombas no Centro Norte de Goiás (15).

Também é desse período os primeiros encontros estaduais de trabalhadores rurais. Em 1950 ocorreria em Palmares o I Congresso Camponês de Pernambuco, com o objetivo de fundar uma organização central dos *"camponeses e trabalhadores agrícolas"* (MEDEIROS, 1989, p. 26). No ano seguinte, o I Congresso Camponês Goiano, com a presença de 146 delegados de 18 municípios. Para articular a troca de experiência entre as várias áreas e a influência ideológica sobre o movimento camponês, os comunistas ainda criariam o Jornal Terra Livre, que circulou até 1964.

Foi justamente no início dos anos 50 que começaram as grilagens no Centro Norte de Goiás. Logo em seguida, *"quadros do PCB foram deslocados para a região para auxiliar a resistência"* (Medeiros, p. 26 e 36). Algum tempo depois, uma área de 10 mil km quadrados estaria sob o controle político, eleitoral e militar das Associações e Conselhos de Córrego dos Posseiros. A fase do conflito que os posseiros utilizariam técnicas de Guerrilha se estenderia até 1957. Segundo Guimarães (1988, p. 56), esse seria o período mais revolucionário da luta.

No Recôncavo, nesse período, a tática política do PCB também foi o elemento decisivo para o processo organizativo, e para o desenvolvimento do movimento reivindicativo e grevista. É o que, agora, passaremos a discutir.

4.6 A SUAS, O SINDICATO PARARELO DO RECÔNCAVO

Funcionando como Sindicato Paralelo, a Sociedade União dos Artífices Santamarenses - SUAS, foi a associação civil que, certamente, mais se destacou no cenário operário baiano. No segundo aniversário de fundação, seu principal articulador encontrava-se preso e processado pelos usineiros. Era o preço da postura de independência e combatividade que assumira com destemor.

Em artigo de sua autoria afirmava: *"a SUAS surgiu do entendimento de pouco mais de uma dezena de trabalhadores, tendo à sua frente comprovados e combativos líderes operários"*. A decisão foi tomada *"depois de ler um artigo do dirigente João Amazonas em A Classe Operária*, jornal clandestino do PCB (16).

Fundada em 21 de abril de 1948, a SUAS reunia trabalhadores de vários setores produtivos, principalmente, os trabalhadores do açúcar, categoria que, na verdade, era o objeto fundamental de atuação da entidade.

Publicado no Diário Oficial de Santo Amaro, os Estatutos definia a SUAS como uma sociedade civil, regida pelas Constituições Federal e Estadual, com o objetivo de defender e beneficiar seus associados, sendo dirigida por uma Comissão Executiva composta de Presidente, Secretário e Tesoureiro, além do Conselho Fiscal composto de três membros. Previa, ainda, ao menos uma assembléia por mês e eleição anual para a diretoria através de assembléia.

A Sociedade União dos Artífices Santamarenses, após desempenhar um papel decisivo nas greves da Usina Capanema e, principalmente, na Usina São Carlos, intensificou sua intervenção nas usinas Aliança e Itapetinguí. Sua atuação privilegiava a formação de pautas de reivindicações, formuladas em reuniões de base, que também objetivava eleger integrantes para as Comissões de Fazenda ou Usinas; pontas de lança em ações abertas de reivindicação junto aos patrões. Por outro lado, a SUAS estava articulada na Capital com a Associação Geral dos Trabalhadores - AGT, conseguindo com isso espaço e apoio no movimento operário de Salvador.

As reivindicações sistematizadas pela SUAS eram de natureza legal ou relativas às condições vida; diziam respeito, basicamente, à aplicação da legislação trabalhista, em geral desrespeitada pelos patrões da cana (17).

O fato de se verificar a atuação dessas comissões entregando memoriais com reivindicações aos patrões, cobrando o pagamento de direitos trabalhistas, até então, nunca pagos, demonstra que o trabalho da SUAS, no mínimo, proporcionou o surgimento de um espírito reivindicativo entre os operários, confirmando a ressonância de suas ações no processo de formação de classe desses trabalhadores.

A SUAS pode ser caracterizada como uma entidade de militantes aguerridos e disciplinados; com alta capacidade de mobilização em função das células do partido e, principalmente, pela política de organização de Comissões de Fazenda e de Usina, que desenvolveu mais intensamente entre 1948 e 1951; mantida por contribuições de associados e pelas estruturas legais e ou clandestinas do PCB. Por atuar numa região francamente favorável a protestos e movimentos em função do elevado nível de não atendimento das necessidades básicas da população e descumprimento da legislação trabalhista, e pela audácia como praticava a ação direta, a SUAS, no período radical do PCB, esteve constantemente em evidência no cenário operário baiano.

A imprensa comunista, que não podemos deixar de enfatizar, lia os acontecimentos com as lentes da linha oficial do partido, avaliava os primeiros resultados da nova política afirmando que os trabalhadores estão *"acreditando em suas próprias possibilidades. Compreendem que só podem*

contar com sua união e organização e sua disposição de luta". E mais já sabem compreender que "*nada lhes poderia valer o Sindicato dirigido por pelegos, a Delegacia do Trabalho e a Justiça*"; todos, instrumentos da classe dominante. Para O Momento, os trabalhadores "*apresentaram suas reivindicações diretamente aos patrões exigindo deles resposta clara que possibilitassem uma posição também definida para sua luta*" (18).

No caso dos movimentos comandados pelas SUAS, as reivindicações eram, conforme depoimentos, discutidas com os trabalhadores. Entretanto, as lideranças da entidade não integravam essa categoria. A SUAS não era reconhecida como sindicato, logo, os patrões não admitiriam estabilidade aos empregados que se dispusessem a participar de sua diretoria.

Narciso Bispo, a maior liderança da SUAS, por exemplo, era mascate. Profissão, aliás, que lhe possibilitava a mobilidade indispensável a contactar operários e canavieiros em toda região açucareira. Afinal, estes eram os seus clientes, o público alvo desta figura singular, que além de vender as ordinárias mercadorias que os paupérrimos trabalhadores podiam pagar, ainda se dedicava a distribuir, com enormes sacrifícios, o sonho de uma vida melhor, que sempre teimava em escapar.

A importância do período de radicalização do PCB, para o processo das lutas de classes na Bahia, pode ser observado pelo desenvolvimento dos conflitos entre capital e trabalho e pela experiência organizativa vivida pelos operários e canavieiros do Recôncavo. O movimento grevista é o que veremos a seguir.

4.7 AS GREVES DO INTERVALO RADICAL NO RECÔNCAVO

4.7.1 USINA SÃO CARLOS

As mobilizações dos trabalhadores da Usina São Carlos remontam ao primeiro semestre de 1948. Em junho, os trabalhadores haviam enviado abaixo-assinado reivindicando aumento de salários, fornecimento de água e luz, lenha, moradia, a substituição do médico, remédios, higiene, açougue e outros.

Os trabalhadores reclamavam constantemente em relação à lenha para o fogão. A usina que deveria fornecer esse *"combustível"*, não o fazia regularmente, deixando os funcionários em situação difícil quanto à preparação de sua alimentação. Um exemplo ilustrativo ocorreu nas férias coletivas de junho de 1948, causando protestos e reclamações gerais. Por sua vez, o açougue não obedecia as regras de higiene e a usina, constantemente, abatia *"vacas doentes"*

para alimentar os trabalhadores. Agravando a situação, o médico costumava levar até quatro semanas sem aparecer, apesar dos protestos e apelos junto ao gerente da usina. É como se não houvesse médico, reclamavam.

Por outro lado, o maquinário da empresa encontrava-se em péssimo estado de conservação. Havia mais de quatro safras que não recebia reparos. As caldeiras estavam em tal situação que os perigos de explosão, com riscos de mortes, eram constantes.

Há registro de casos, como o de Alcebíades Conceição que morreu trabalhando na empresa, tendo a mesma se negado a fornecer um carro para transportá-lo até Santo Amaro, onde deveria ser enterrado. Esses eram os motivos das principais reivindicações dos trabalhadores da usina (19).

Em junho de 1948, uma comissão de mais de cem trabalhadores procurou o gerente solicitando uma resposta às reivindicações. Este, não as atendendo, sugeriu que levassem a questão para o sindicato da categoria ou para a DRT. A referência ao sindicato devia-se ao fato do mesmo se encontrar sob intervenção do Ministério do Trabalho desde o ano anterior. Sugestões recusadas, acordaram por aguardar a chegada do Diretor da Usina para dar continuidade ao pleito (20).

Às 17h do dia 14 de junho de 1948, uma enorme comissão de aproximadamente 600 pessoas, se dirigiu ao encontro do Diretor da Lavoura e Indústria Reunidas - LIR, Sr. Helenauro Sampaio. Três trabalhadores falaram em nome do grupo de operários, perguntando se ele estava ou não disposto a atender as *"justas reivindicações"* apresentadas.

O Diretor respondeu que a usina se encontrava em *"déficit"* e que no momento não seria possível o aumento, mas que as outras reivindicações poderiam ser encaminhadas. Desse modo, frustrou as expectativas de operários e assalariados agrícolas que não podiam acreditar nos supostos prejuízos da empresa.

A visita do diretor da LIR à usina se deu com o acompanhamento da polícia. O momento mais tenso da negociação ocorreu, justamente, quando os trabalhadores questionaram a presença da força policial. O diretor sentiu a sua *"autoridade questionada"* e ameaçou suspender os integrantes da comissão. Porém, recuou diante dos protestos do grupo que decidiu se considerar, todo ele, também suspenso.

A empresa, na tentativa de desestruturar o movimento que começava a tomar corpo entre os trabalhadores, apoiaria-se na intervenção policial. Para tanto, o Sr. Helenauro Sampaio levou a polícia para dentro da usina. Este

diretor conseguiu declarações de três trabalhadores que afirmaram estar as últimas manifestações reivindicatórias sob o comando dos comunistas (21).

A reação patronal continuou com a demissão de dois integrantes da comissão dos trabalhadores (Francisco Duarte José dos Santos e Milton Castro), efetivada pelo Gerente Gilberto Villas Boas. A resposta dos operários a esses fatos foi uma greve de protesto que durou 48 horas. Não acreditando numa solução judicial, se recusaram levar a questão à Justiça do Trabalho (22).

Esse movimento anunciava a existência de uma organização entre os trabalhadores que caminhava para lutas mais profundas e radicais. A Usina São Carlos seria, sem a menor dúvida, o principal centro das lutas operárias no Recôncavo sob a direção dos *"agentes de Prestes"*.

Nesse cenário, após a intervenção do Ministério do Trabalho no sindicato d^L
os trabalhadores do açúcar, a Sociedade dos Artífices Santamarenses passaria a ser o principal polo organizador do movimento operário na região. E a Usina São Carlos, através da S.U.A.S, a principal base de atuação dos comunistas.

O fim da vida legal, a cassação dos parlamentares do PCB e a intervenção ministerial nos sindicatos de classe,

durante o Governo Dutra, havia obrigado os comunistas a mudarem o discurso e a tática política junto ao movimento operário, inclusive no Recôncavo. Nessa conjuntura, o jornal do partidão, assim avaliava o movimento de junho:

> *Os trabalhadores da Usina São Carlos estão acreditando em suas próprias possibilidades. Compreendem que só podem contar com sua união e organização, sua disposição de luta e que nada lhes poderia valer o Sindicato dirigido por pelegos, a Delegacia do Trabalho e a Justiça, todos, (instrumentos da classe dominante). Apresentaram suas reivindicações diretamente aos patrões exigindo deles respostas claras que possibilitassem uma posição também definida para sua luta* (23).

A GREVE. 1949 começaria para os trabalhadores das Usinas como um ano de lutas, especialmente nas usinas São Carlos e Capanema. O ano anterior fora marcado pelo aumento da organização dos trabalhadores, pelo início do trabalho da S.U.A.S, e por alguns memoriais reivindicativos entregues pelos trabalhadores às empresas.

Em 11.01.1949, dois mil e quatrocentos assalariados agrícolas da Usina São Carlos, paralisaram o trabalho durante todo o dia para entregar um memorial contendo suas reivindicações à direção da usina. Com a paralisação a polícia de Santo Amaro foi acionada, comparecendo um caminhão à porta da usina. No ato de entrega, se encontrava presente, além do gerente, que inicialmente se fizera ausentar, um fiscal do Ministério do Trabalho. Ao passarem o

documento, assinado por 381 empregados, se encontravam parados os assalariados do campo e os operários que não tinham cana na usina para moer; os trabalhadores deram um prazo de 8 (oito) dias para a empresa responder as solicitações, alertando de que estavam dispostos a lutar pelas mesmas e que se *não quisessem cortar a cana não cortariam mesmo* (24).

Dizia o Memorial:

> *Nós, abaixo assinados, trabalhadores desta usina, considerando que o artigo 29 na consolidação trabalhista determina a assinatura nas carteiras profissionais, prazo de 24 horas, por parte do empregador, o que não vem acontecendo nesta usina; considerando que existem inúmeras carteiras profissionais retidas em mãos da gerência, quando a lei determina devolução imediata aos sus respectivos donos, considerando que o gozo de férias é direito mundial dos trabalhadores, o qual nos assegurado pela consolidação trabalhista e pela constituição da República, o que não vem sendo cumprida pela usina; considerando que muitos trabalhadores não possuem carteiras profissionais e se sentem impossibilitados de as tirarem, considerando que os trabalhadores quando são dispensados das usinas não recebem aviso prévio e não são indenizados de acordo com a lei; considerando que o preço de Cr$ 3,50 por tonelada de cana cortada não compensa ao trabalho ao nível de vida atual porque um homem trabalhando 12 horas por dia corta 3 toneladas de cana, fazendo uma diária de Cr$ 10,50; vimos muito respeitosamente, através deste memorial, pedir a V. S. que se digne a conceder as seguintes reivindicações: a) assinaturas nas carteiras profissionais a contar da data que foi admitido no trabalho; b) devolução das carteiras a seus respectivos donos depois de assinadas; c) pagamento das férias atrasadas e atuais; d) aquisição de carteiras profissionais para os que não possuem, por intermédio da usina; e) pagamento integral das indenizações determinadas por lei inclusive férias e aviso prévio dos que forem dispensados da usina; f) pagamento de Cr$ 5,00, no mínimo, por tonelada de cana cortada"* (25).

A usina se negou a responder às reivindicações. O Sr. Domicio afirmou que *"era com o Sr. Genaro"*, que por sua vez disse que também não era com ele, *"era com o fiscal do Ministério do Trabalho"*. Os trabalhadores foram em comissão à Santo Amaro falar com o dito fiscal. Este respondeu: *"discutirei o assunto com simpatia quando for à Bahia"*. E alertou o grupo: *"a paralisação do trabalho é ilegal"* (26).

As assembléias compareceram trabalhadores e seus familiares residentes na usina, especialmente suas mulheres, que trabalhavam com os maridos no corte da cana. Elas tiveram uma participação importante na paralisação do dia 11, quando tentaram convencer os mais indecisos a não desistirem do movimento. As mulheres, mais que ninguém, sentiam a escassez de alimentos. Situação que se agravou, no início do verão, com a redução do preço da tonelada de cana cortada de Cr$ 4,00 para Cr$ 3,50 (27).

Sabendo ser suas reivindicações legais, cuja justiça fora reconhecida até pelo fiscal do Ministério do Trabalho, e diante da recusa da usina em atendê-las, os trabalhadores foram à greve.

Ante a paralisação do trabalho, a empresa respondeu com aumento dos preços dos gêneros fornecidos no barracão, além

de suspender a compra por intermédio dos vales. Compra de alimentos só em dinheiro.

Por outro lado, a tática das lideranças parece ter sido, através da A.G.T, buscar o apoio dos outros setores não só da categoria, mas de toda a classe. A Associação se incumbiu de organizar a solidariedade junto aos trabalhadores e sindicatos de Salvador e algumas cidades do interior.

Os operários da São Carlos marcaram assembléia para discutir formas de contribuição com os grevistas; que teriam contribuído com ajuda material e apoio moral. Por sua vez, os trabalhadores da Usina Aliança buscaram articular o movimento pela readmissão de Otávio Nunes, destituído pelo Ministério do Trabalho da presidência do sindicato dois anos antes, com as reivindicações dos grevistas de São Carlos. Contudo, não alcançaram a mesma repercussão.

Após três dias de greve, finalmente, os patrões apresentaram uma contra-proposta às reivindicações. A empresa pagaria as férias dos três últimos anos no prazo de 30 dias; as carteiras profissionais seriam devolvidas devidamente assinadas; os empregados demitidos seriam indenizados; nenhum trabalhador seria perseguido por ter participado da greve.

Os trabalhadores aprovaram essa proposta. Entretanto, condicionaram o fim da greve à assinatura de um documento, onde tais concessões fossem firmadas pela empresa referendas pelo Delegado Regional do Trabalho. Tais medidas, segundo os líderes do movimento, seriam para evitar *"enganos ou esquecimentos"* por parte dos patrões (28).

Medidas protelatórias da usina, contudo, evitaram que o acordo fosse assinado de imediato.

Assim, na manhã de 25.01.1949, a greve começava a tomar um destino trágico. Três militantes, Narciso Bispo de Araújo, presidente da SUAS, Sandoval Pereira Almeida e Francisco Oliveira, foram presos quando discursavam para trabalhadores da usina São Carlos. Em represália, os grevistas organizaram uma passeata até a cadeia pública de Santo Amaro onde iriam tentar a liberação dos detidos. Foram recebidos à bala pelos soldados do Tenente Américo Ventura. Dois trabalhadores vieram a falecer e onze ficaram feridos por disparos. Cirilo Marques, não resistiu a cirurgia para amputar a perna. A outra vítima fatal, Serafim dos Santos, foi acometida de colapso cardíaco quando tentava fugir dos tiros (29).

Os trabalhadores pretendiam protestar contra a prisão e reclamar a soltura dos presos, conforme relatava seu porta voz informal, o Jornal O Momento. Contudo, para a polícia,

que não esperou para ouví-los, tratava-se de um assalto a cadeia pública (30). Na mesma linha de raciocínio da polícia se inclinava o prefeito municipal, Osvaldo Dias, para quem o fogo aberto da polícia se dirigiu contra *"manifestantes comunistas que se encontravam armados"* (31).

De fato, a segunda versão seria aceita oficialmente pela polícia. O Delegado especial, Adelino Marques de Carvalho, designado pela Secretaria de Segurança Pública para presidir o inquérito policial, logo que chegou a Santo Amaro, informou à imprensa que houvera uma tentativa de assalto armado à cadeia; que havia marca de chumbo nas paredes da delegacia e que três soldados tinham sido feridos por disparos de arma de fogo (32).

Para a imprensa, sensível ao apelo da S. A. Magalhães, que fazia publicar largo material publicitário em suas páginas, os acontecimentos de Santo Amaro foram frutos das maquinações dos *"agentes do ex-capitão Luís Carlos Prestes"*, ou *"agentes do extinto Partido Comunista"*, que tentaram uma violência da maior gravidade.

> *Atacaram a cadeia pública daquela cidade a fim de, a força, retirar os detidos, num achincalhe às autoridades constituídas como se vivêssemos numa terra sem lei e sem governo. Invadiram o prédio estadual, mas não conseguiram o intento, pois os soldados defenderam a cadeia pondo em debandada os assaltantes* (33).

Para José Simão, assalariado agrícola presente nesta passeata, os trabalhadores não tinham nem canivete. Seu depoimento esclarece vários aspectos desse movimento.

> *Chegaram dizendo que era para a gente ir soltar Bispo que estava preso em Santo Amaro, onde já tinha umas quatrocentas pessoas. Aí eu disse, mas rapaz vocês vão prá lá esse batalhão todo, o Tenente vai achar ruim, rapaz. Aí, Antonio Bispo mais Bardino disse 'qual achar ruim'. Eu disse, ele vai achar ruim e vai mandar fazer fogo. Disseram, não, lá é justiça e não é injustiça. Eu falei, vocês vão ver. Nós viajamos. Em Subaé, eles pegaram, cada um, um cassete. Aí eu perguntei: vocês vão é brigar? Vamos sossegar se não a gente vai é morrer. Aí resolveram jogar os cassetes fora. Aí foram fazendo sermão.*
>
> *Dr. Gilberto (Gilberto Villas Boas, gerente da usina São Carlos) telefonou para a polícia dizendo que a gente ia prá lá de facão, espingarda, foice. O Tenente ficou de prontidão. Quando a gente passou em volta eu vi a polícia. Quando a gente ficou daqui prá ali, eu disse o Tenente pediu paz. Aí Bardino e o homem de óculos disse, nós não viemos aqui para falar com qualquer um não, nós queremos falar com o Tenente. Aí pegaram dois meninos e suspenderam pelos braços. Falaram avança. A polícia avançou. Foi um tiroteio. Quatrocentos e tantos tiros. A gente não tinha nem um canivete. Balearam muitos. Um primo meu morreu com dois tiros, que eram pra mim* (34).

Há indícios de que a empresa apostava na repressão policial como meio de desarticular o movimento. A prisão dos dirigentes pela manhã, a reunião com o Delegado do Trabalho que estava agendada para a tarde em que ocorreu o massacre foi "desmarcada pela empresa" (35); a informação passada pelo gerente da usina à polícia dando conta de armas que estariam portando os trabalhadores a caminho de Santo Amaro; tudo isso indicava o desejo da usina em uma

solução violenta para o conflito que, intimidando os grevistas, fizesse enfraquecer e desmobilizar os empregados.

Há menos de um ano, na Praça Castro Alves, em 23 de fevereiro de 1948, outra manifestação popular havia sido reprimida a bala pela polícia do Governador Otávio Mangabeira. Um jovem bancário foi morto e diversos outros foram feridos (FALCÃO, 1988). No Recôncavo, desta vez, as balas da polícia atingiram os trabalhadores do açúcar, demonstrando que a repressão ao movimento operário continuava não obedecendo, nem mesmo, os limites de preservação da vida.

A Associação Geral dos Trabalhadores - AGT, através de um manifesto, atribuiu a responsabilidade das mortes ao Governo de Mangabeira e pediu punição para os assassinos.

Dizia:

> *A ASSOCIAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES SE DIRIGE AO PROLETARIADO E AO POVO DA BAHIA.*
>
> *Os últimos acontecimentos verificados em Santo Amaro, quando a polícia realizou um verdadeiro massacre contra os grevistas da Usina São Carlos, matando, espancando, prendendo operários, estão abalando e revoltando todo nosso Estado.*
>
> *Trata-se de mais um movimento justo da classe operária, que o governo procura sufocar, mesmo a custa de sangue, em defesa dos fabulosos lucros dos patrões da S. A. Magalhães. Esse brutal massacre não atinge somente o heróico proletariado de Santo Amaro, e sim a classe operária e ao povo*

de todo o Estado, que não deixarão de protestar contra esse crime brutal pelo o qual a Associação Geral dos Trabalhadores responsabiliza o governo. Esse crime tem por objetivo aterrorizar a classe operária, reprimir e esmagar pela força as lutas justas dos trabalhadores a fim de consolidar a política de congelamento dos salários seguida pelos patrões ante o encarecimento constante, quase diário do custo de vida.

Constitui, portanto, uma ameaça, se não for rechaçada a altura pelo proletariado e todo o povo, através de grandes demonstrações de protestos e manifestações de solidariedade aos grevistas, poderá se repetir ainda em nosso Estado.

A A.G.T., exigindo a punição para os assassinos dos operários, conclama o proletariado de todo o Estado a protestar contra esse crime selvagem; aos trabalhadores da circular, do porto, da estiva, aos trabalhadores das fábricas de tecidos, aos metalúrgicos, padeiros, trabalhadores da construção civil, aos trabalhadores fumageiros e de todas as empresas e se dirige aos estudantes, jornalistas, aos escritores e a todo o povo solicitando-lhes solidariedade moral e material aos grevistas da Usina São Carlos, em luta contra a fome e a brutalidade policial (36).

Na Câmara municipal de Salvador, liderados pelos vereadores ligados ao PCB, sete parlamentares enviaram telegrama ao Governador Mangabeira protestando contra o *"bestial massacre da polícia de Santo Amaro"*, condenando o clima de violência existente contra os trabalhadores no Estado. Exigiam punição para os *"assassinos e massacrantes policiais"*. Assinaram o texto Almir Matos, Florisvaldo Viana, Oscar Pereira Sobrinho, Misael Peixoto, Floripes Almeida, Otávio Baptista e Manoel A. da Silva.

Os protestos contra a violência se fizeram sentir, essencialmente entre os operários da Usina São Carlos, que paralisaram o trabalho após a notícia do massacre.

A solidariedade pedida pelo manifesto da A.G.T. se fez visível em diversas categorias do Estado. Em Santo Amaro, os trabalhadores da fundição Tarzan, os moradores do Distrito da Lapa, os operários das demais usinas realizaram arrecadações em benefício das famílias das vítimas.

Em Salvador postos de arrecadação de donativos foram instalados pela Associação Geral dos Trabalhadores no Pelourinho, Liberdade, Largo do Carmo, Uruguai e na sede do jornal O Momento. Grupos de coleta (*"bandos precatórios"*) foram organizados nos bairros com a participação de estudantes e trabalhadores em geral. Nas categorias foram organizadas comissões de solidariedade entre os marceneiros, tecelões, panificadores, gráficos, sapateiros, trabalhadores da Cia. Circular e da construção civil (37).

Diante da repercussão dos acontecimentos a S. A. Magalhães foi obrigada a ceder, ao menos parcialmente, às reivindicações dos trabalhadores; comprometendo-se a pagar as férias vencidas num prazo de trinta dias e assinar imediatamente as carteiras de trabalho. O acordo foi firmado perante um funcionário da Delegacia Regional do Trabalho, e

seria levado por uma comissão de trabalhadores a Salvador para ser homologado pelo Ministério do Trabalho (38).

Assim, depois de 14 dias de interrupção do trabalho, terminava a greve da usina São Carlos, que para o canavieiro José Simão *"não foi greve, foi uma guerra"* (39).

Nos dias que seguiram ao massacre policial, Santo Amaro foi tomada por dezenas de policiais. Um clima de apreensão pairava no ar. Na porta do Hospital se aglomeravam os familiares e amigos das vítimas, angustiados por não poderem visitá-los. A polícia proibiu os advogados não só de visitar os presos, mas também os feridos *"internados"* no Hospital.

O Juiz de Direito não se encontrava na cidade e nem retornou nos dias seguintes, apesar da gravidade da situação na Comarca. Quatro dias após o massacre, o *hábeas corpus* impetrado a favor dos presos, continuava sem despacho do Juiz. Os advogados Dante Leonelli e Alcides Guerreiro, que foram à Santo Amaro, retornaram à Salvador sem conseguir falar com os presos, o Juiz (que simplesmente desapareceu) e as vítimas que foram transferidas do hospital para a cadeia (quatro delas) (40).

Finalmente, em 31 de janeiro de 1949, Sandoval Almeida e Narciso Bispo são libertados em Santo Amaro, por meio de Hábeas Corpus (41). A polícia não podia mais sustentar uma

prisão ilegal diante da repercussão que os acontecimentos tinham tomado, fazendo eco na capital do Estado e até mesmo na Câmara Federal no Rio de Janeiro onde o Deputado Pedro Pomar fazia referência aos assassinatos de operários por Governadores udenistas, lembrando também o protesto dos mineiros de Nova Lima, Minas Gerais, onde a polícia matou operários em greve (42).

Assim, a devolução da liberdade aos presos pode ser atribuída ao competente trabalho de articulação do movimento de São Carlos, dirigido pela SUAS, que mantinha por intermédio na A.G.T., uma relação orgânica com diversas outras esferas de organização dos trabalhadores baianos.

A reação da S. A. Magalhães, após o período de maior turbulência, foi de demitir *"numerosos trabalhadores"*, considerados os líderes ou cabeças da greve. Além disso parece ter cuidado para que os demitidos não conseguissem emprego noutra empresa. Foi o que aconteceu, por exemplo, com o operário João Calmon Sales, que perdeu a vaga na Cooperativa do Álcool após um telefonema do gerente Domício para aquele órgão (43). Também a perseguição policial ao Presidente da SUAS passaria a tomar uma dimensão maior. Em julho escaparia por pouco de uma prisão na Usina Aliança, quando realizava uma assembléia nas proximidades da empresa (44).

O movimento reivindicativo na Usina São Carlos sofrerá, a partir de então, um refluxo. As primeiras informações sobre novas iniciativas dos operários desta usina vão ser registradas no segundo semestre, quando os trabalhadores da Aliança desencadearão um movimento por aumento de salários. Mais uma vez, porém, as demissões voltarão a acontecer tentando intimidar as mobilizações pelo repouso semanal remunerado e aumento de salários, que insistiam em renascer (45).

4.7.2 USINA CAPANEMA

A safra de 1948-49, também, seria marcada pela greve da Usina Capanema. Iniciada em 09 de dezembro de 1948 e encerrada em 13 de fevereiro de 1949, este movimento seria o mais longo, em termos de interrupção do trabalho, já verificado no Recôncavo açucareiro. Nos 76 dias de greve os trabalhadores lutaram para fazer valer o aumento nos salários de 35% conquistado em junho de 1947 e ainda não pagos pela proprietária, *"Dona Sinhazinha"*.

Com a usina endividada (em Cr$ 13.200.000,oo), os trabalhadores parados, os fornecedores sem receber pela matéria-prima fornecida, o Instituto do Açúcar e do Alcool interviu na empresa. A proprietária foi afastada da administração, sendo nomeado interventor o Sr. João Lucena Neiva.

Após longa espera pelo interventor, em 13 de fevereiro, os trabalhadores concluíram um acordo com o mesmo. Por este a empresa se comprometia a realizar o pagamento de todo o período da intervenção (30 de janeiro a 15 de fevereiro) já com o reajuste de 35% reivindicado. Garantia, ainda, o pagamento dos salários atrasados (12 de dezembro a 30 de janeiro), desde que fosse retomada a produção na usina.

Apesar deste acordo, que diante da situação pré-falimentar da usina poderia ser considerado razoável, os trabalhadores e sua comissão de greve, organizada durante o movimento, não esqueceram o aumento de 35% a que faziam jus desde junho de 1947. Não conseguindo assegurá-lo nesse movimento, prosseguiram lutando por esse direito pela via judicial, embora não confiassem no Juiz Evandro Andrade, a quem acusavam de protelar a solução, além de *"morar na própria casa de D. Sinhazinha"*, a proprietária da usina (46).

Registra-se a iniciativa da Associação Geral dos Trabalhadores em organizar um *"movimento de solidariedade dos trabalhadores de todo o Estado aos grevista da Usina Capanema em Santo Amaro"*. Ajuda material, além de apoio político, sem dúvida, era o que os grevistas precisavam. Fruto da solidariedade de outros trabalhadores, conseguiram

arrecadar dinheiro suficiente para comprar três bois, cuja carne foi armazenada e distribuida (47).

Nas circunstâncias de uma usina pequena, endividada e sob intervenção, essa greve teve particularidades organizativas que chamam a atenção. Primeiro, diferentemente da Usina São Carlos, que tinha uma trajetória de lutas dirigidas por militantes ligados à células comunistas, as ações dos grevistas se sobressaiam pela ausência de ações mais radicais, mas com enorme determinação em manter o movimento até uma solução para as reivindicações. Segundo, a participação dos militantes comunistas parece ter se dado mais como apoio e solidariedade ao movimento.

Resistir ao longo período sem salário, mantendo o movimento, ao que indica as evidências, foi o maior desafio. Não há referência à intervenção da policia. Em um movimento com essas caracteristicas, as estratégias de sobrevivência dos canavieiros parecem ter sido mais eficazes que as táticas aguerridas dos militantes. Por outro lado, os comunistas, neste período, estavam voltados para os conflitos com a S. A. Magalhães na Usina São Carlos, o que reforça a idéia da greve ter sido coordenada pelos próprios trabalhadores da usina, sem a presença constante da direção da SUAS.

4.7.3 O MOVIMENTO REIVINDICATIVO SE AMPLIA.

I- USINA ALIANÇA. A repercussão do movimento nas Usinas São Carlos e Capanema parece ter influenciado os operários da Usina Aliança, bem como da Usina Dom João, onde há registro de uma paralisação de advertência que resultou no pagamento dos salários atrasados (48).

A Sociedade União dos Artífices Santamarenses - SUAS, após as greves na Capanema e São Carlos, passou a intervir prioritariamente na Usina Aliança. Das várias reuniões realizadas surgiu uma pauta de reivindicações, em torno das quais os trabalhadores, se não passaram a lutar em ações abertas, criaram uma expectativa, para a qual os patrões, sob o impacto dos últimos acontecimentos, não podia deixar de dar uma resposta.

As reivindicações sistematizadas pela SUAS eram de natureza legal. Dizia respeito, basicamente, à aplicação da legislação trabalhista, em geral desrespeitada pelos patrões da cana. Nessa época, sem dúvida, esses direitos constituiam uma novidade para os trabalhadores (49). E ao que parece foram o mote de grande parte de suas lutas.

Reivindicavam: 1) Aumento de 40% nos salários, inclusive para os trabalhadores do campo; 2) O pagamento do repouso

semanal remunerado, retroativo à janeiro; 3) As férias não pagas; 4) Assinatura em carteira de trabalho.

Antes que qualquer movimento grevista fosse desencadeado, a usina Aliança se antecipou concedendo o pagamento das férias atrasadas aos operários. Esse fato foi bastante comemorado, uma vez que foi a primeira vez que muitos ali, com mais de 20 ou 30 anos de serviço, receberam esse benefício (50).

Esta conquista não desviou a atenção da organização dos trabalhadores, que continuou lutando pelas reivindicações referidas, especialmente pelo pagamento do repouso semanal remunerado e, com mais ênfase, pelo aumento de salários em 40%. Para a SUAS, que fazia publicar suas denúncias na imprensa popular, quem visitasse as propriedades da Usina Aliança, encontraria um quadro desolador. *"As crianças anêmicas, cheias de feridas e coceiras"*, isto porque seus pais, embora tendo que trabalhar *"das seis às dezoito horas"*, recebiam ínfimos salários. Nesta jornada, o máximo que conseguiam realizar era quatro tarefas, recebendo CR$ 2,50 por cada uma. Além de tudo, tinha que adquirir os gêneros alimentícios no barracão da empresa, onde *"tudo é mais caro"* (51).

Nesse período, um fato vem ressaltar o movimento reivindicativo dos trabalhadores do açúcar. O Sr. Oscar

Pereira Magalhães, principal dirigente da Casa Magalhães, em visita às usinas se envolve diretamente em discussões com trabalhadores a respeito de aumento salarial. Em visita as Usinas Aliança e São Carlos, afirmou que não podia pagar os 40% solicitados, porque a empresa estava deficitária, responsabilizando, também, o jornal O Momento, que com sua campanha contra os aumentos de preço do açúcar ao consumidor, impedia que as usinas aumentassem os salários dos trabalhadores (52).

Assim, sem dúvida, o empresário buscava colocar os trabalhadores contra os militantes da SUAS que se confundiam não só com os comunistas, mas também com o próprio jornal. Talvez desejasse, com a reação dos trabalhadores, que o jornal cedesse na campanha contra o aumento dos preços do açúcar. Naturalmente o que os militantes desejavam era aumento salarial sem aumento de preços, mediante uma redução da taxa de lucro das empresas que consideravam altíssimas, *"colossais"*.

Entre junho e setembro o movimento dos trabalhadores da Usina Aliança por aumento de 40% nos salários parece ter tido, ainda, outros desdobramentos. A Aliança publicou uma portaria solicitando que 25 famílias operárias apresentassem um orçamento de suas despesas para ser enviado ao Ministério do Trabalho a fim de ser calculado o salário mínimo daquela

região. Recomendava, porém, que o valor a ser apresentado não deveria ser superior ao dobro do então vigente.

A resposta do movimento, através do jornal, expressava claramente a nova linha política do PCB.

> *Do Governo Dutra não virá reajustamento nenhum. O que ele faz como governo de Magalhães e do imperialismo é a política de congelamento dos salários, é a política da liquidação dos direitos dos trabalhadores. E o pessoal do campo e da usina na Aliança conhece em toda sua extensão o resultado dessa política. São os miseráveis cruzeiros que chegam as suas mãos e o aumento diário dos alimentos nos barracões da empresa. Somente com suas próprias mãos podem os trabalhadores decidir os seus problemas. O que os patrões e o Ministério do Trabalho querem com o 'reajustamento do salário mínimo' é amortecer a sua luta e adiar para nunca mais o salário a que tem direito os trabalhadores da Aliança* (53).

Em agosto, os operários da Aliança, aproveitando de uma visita do Diretor Geral da Casa Magalhães à usina, foram à presença do mesmo, mais uma vez, cobrar o aumento salarial. Ouvindo em resposta que a usina não tinha dinheiro, mas que se sentia satisfeito ao ouvir uma queixa tão justa. O empresário, abusou da demagogia, afirmando que os trabalhadores eram os donos de tudo que havia na Usina, barracões, pastos, etc (54).

Tal fato demonstra que os trabalhadores indicavam no sentido de prosseguir lutando pelo aumento de salário, conferindo eco às ações organizativas encetadas pela SUAS.

lindica, principalmente, que para as empresas não era mais possível reduzir sua política de convivência com as reivindicações operárias, apenas, à ação policial. Evidentemente a polícia nunca será descartada, mas um discurso demagógico, enganador, também entra em cena.

II- USINA ITAPETINGUI. Nesta empresa não observamos a existência de um movimento reivindicativo com as mesmas dimensões que os registrados em São Carlos e em Aliança. Na greve de 1946, que envolveu todas as usinas da S. A. Lavouras e Indústrias Reunidas, empresa da Casa Magalhães, e que repercutiu em toda região, os trabalhadores da Itapetingui, ao que parece, não tomaram parte. Mesmo as mobilizações pelo pagamento das férias e assinatura na carteira de trabalho nas usinas Aliança e São Carlos, até o primeiro semestre de 1949, não tinham sido registradas nesta usina.

Por se tratar de uma empresa menor, provavelmente o movimento organizado da SUAS não privilegiou sua intervenção nesta usina. Porém, a partir de agosto de 1949, observa-se a primeira iniciativa dos trabalhadores no sentido de reivindicar o pagamento das férias até então não efetivado pelos patrões da família Falcão de Feira de Santana (55). João Marinho Falcão, comerciante e fazendeiro, que desde a década de 30 havia entrado para o rol dos usineiros baianos,

era o proprietário desta usina, administrando-a juntamente com os filhos (FALCÃO, 1993).

Os trabalhadores, em comissão, foram à gerência cobrar o pagamento do direito de férias, até então, nunca pago pela empresa. Voltaram com a promessa de João Marinho, Walter e Antonio Falcão, de que a usina providenciaria o pagamento para breve. Não sabemos exatamente quando esta promessa foi cumprida. De qualquer modo, o fato dessa mobilização ter ocorrido indica o surgimento de um clima reivindicativo entre os operários que seguramente impos aos patrões um mínimo de preocupação quanto a sua situação de inadimplência.

4.7.4 REIVINDICAÇÕES SIMULTÂNEAS

Nos primeiros meses de 1950, o processo reivindicativo se generalizou pelas principais usinas. Começou pela montagem das pautas de reivindicações que no período eram chamadas de *"memoriais"*. Essas pautas deveriam ser entregues aos patrões de cada usina, num mesmo dia, pelas Comissões de Trabalhadores nelas formadas.

A Usina São Carlos mais uma vez saiu na frente. No dia 15 de janeiro, cerca de duzentos trabalhadores compareceram

à assembléia convocada pela SUAS. Deliberaram por uma mobilização que forçasse o patrão a pagar as horas extraordinárias, e o adicional noturno. Para organizar melhor o movimento criaram uma Comissão Central e Subcomissões em vários locais de trabalho.

Além disso, esses trabalhadores reivindicavam há muito tempo aumento de salário; não esqueceram o *"roubo dos 35%"*, ou seja o reajuste salarial que conseguiram em 1947, mas que a usina, fraudulentamente, transformou em abono (18,34%) e em repouso semanal remunerado (16,66%). Decorridos mais de dois anos sem aumento de salário, voltavam a cobrar o prometido reajuste (56).

No dia 16 de fevereiro, após os desdobramentos dos preparativos para a realização do I Congresso dos Trabalhadores do Açúcar, os empregados de várias usinas se mobilizaram para entregar seus memorias aos patrões.

Na Usina São Carlos o gerente e os demais diretores fugiram para não receber o documento. Nas Usinas São Bento e Itapetingui, comissões de trabalhadores entregaram os memoriais. Os usineiros prometeram estudá-los. Na Aliança, *mais de duzentos trabalhadores foram ao escritório entregar o memorial ao Sr. Helenauro. Este, trêmulo, ensaiou uma provocação anti-comunista, tendo sido energicamente repelido pela massa que exigia o pagamento do descanso* (57).

Nesta última usina o movimento parece ter tomado uma dimensão maior. Diante da mobilização dos operários a direção da empresa havia convocado a polícia. Durante o encontro no escritório, tentou se prender o líder do grupo, não sendo a prisão efetivada em virtude da ameaça de paralisação do trabalho.

Como reflexo dessas mobilizações, a Delegacia Regional do Trabalho enviou um representante à Santo Amaro, com a finalidade de mediar os conflitos. Contudo, as lideranças dos trabalhadores, não reconheciam a DRT como interlocutor legítimo para suas demandas. Era o período da ação direta, o Estado era apenas o braço disfarçado dos patrões para enganar os trabalhadores. Nenhuma negociação, portanto, seria aceita. O caminho adotado foi organizar regionalmente o movimento, sempre preparando a greve como principal instrumento de luta.

Antes do I Congresso da Categoria, em março de 1950, a campanha patriótica deslanchava. A vinda ao Brasil dos norte-americanos Kennan e Miller, nomes associados à guerra fria e ao imperialismo ianque, maior adversário dos defensores do petróleo nacional, era denunciada entre os trabalhadores do Recôncavo.

Apesar do distanciamento a grande maioria da categoria quanto a quetão nacionalista, esse tema era discutido entre os trabalhadores. Por iniciativa da direção da SUAS, um abaixo assinado foi enviado ao Centro Nacional de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional, no seguinte teor:

> *Nós trabalhadores na indústria açucareira do Estado da Bahia, sediados em Santo Amaro, tendo em vista a resolução tomada pelo C.N.E.D.P.E.N de repulsa ao imperialista Kennan (58) e seus comparsas, estamos dispostos a tudo fazer em apoio a tão patriática campanha* (59).

Na Fazenda Mamão, contudo, se havia distanciamento por parte dos trabalhadores, era apenas quanto a *"esse tal Kennan"*. Esta fazenda, dias depois, seria a sede do 1º Congresso, mas antes desta data, em primeiro de março, iniciou uma greve pelo não pagamento do repouso semanal remunerado e por aumento de 40% nos salários, causando boa repercussão entre os canavieiros. O *"paradeiro"* durou apenas um dia, mas *"nenhum"* assalariado agrícola, incluindo os da vizinha Fazenda Botelho, *"faltou à ordem da greve"* (60).

4.7.5 GREVES NAS USINAS SÃO BENTO E SÃO CARLOS

Os trabalhadores da Fazenda Mar Grande de propriedade da Usina São Bento, em Santo Amaro, realizaram uma greve por três dias. Iniciada em 29 de Setembro de 1950 a greve foi

suspensa após a direção da LIR conceder parcialmente às reivindicações do grupo.

O motivo manifesto do movimento foi a baixa remuneração dos cortadores, carreiros e condutores de cana. Os primeiros recebiam Cr$ 4,00 por tonelada de cana cortada, trabalhando sob sol num trabalho reconhecidamente penoso. Os últimos, por seu turno, ganhavam Cr$ 14,00 diários (61). Reivindicavam Cr$ 8,00 e Cr$ 18,00 respectivamente. Apesar das tentativas de intimidações feitas por *"policiais, mascarados de feitores"*, pagos pela usina, os trabalhadores não recuaram.

A greve passou a repercutir nas fazendas vizinhas, especialmente em Carapiá e Conceição, *"onde os trabalhadores manifestaram sua decisão de acompanhar e ajudar os grevistas de Mar Grande"*, apesar das ameaças de violência.

No terceiro dia de greve (1º de Outubro), a direção da Lavoura e Indústria Reunidas, ante a possibilidade de ampliação do movimento e a incapacidade de, rapidamente, sufocar os grevistas, decide aumentar os salários para Cr$ 6,00 por tonelada de cana cortada e Cr$ 16,00 por diária, pondo fim à parede (62).

Essa usina não pode ser incluída entre aquelas de intensa mobilização, pelo contrário. É a primeira vez que

aparece como cenário do movimento grevista. Nada indica, também, a presença de militantes comunistas. Indicativo disto, é o fato da greve só ter sido noticiada no Momento 13 dias após seu final, parcialmente vitorioso.

Essa greve, por outro lado, aponta para a ampliação geográfica do movimento. A usina São Bento localiza-se no ponto mais distante da sede de Santo Amaro em direção à fronteira do massapê, rumo ao sertão. Posição que, em parte, justifica sua longa ausência dos noticiários da categoria.

Antes do Natal de 1950, os assalariados agrícolas da Usina São Carlos, voltariam a paralisar o corte da cana. Desta vez de forma rápida e pontual.

Após iniciarem o corte ou, como diziam os canavieiros, depois de terem feito a *"bocada do eito"*, suspenderam coletivamente o trabalho ao saberem o valor que seria pago por cada tonelada cortada, Cr$ 7,00.

A direção da usina, entretanto, cuidou de negociar a reivindicação assegurando, no dia seguinte, o retorno ao trabalho. Para tanto, elevou à Cr$ 9,oo a tonelada de cana cortada (63), um pouco acima do conseguido pelos trabalhadores de Mar Grande, dois meses antes.

Como de costume, nessa usina, logo depois desse *"paradeiro"*, surgiriam as denúncias de perseguição contra as possíveis lideranças do movimento.

4.8 O PCB AVALIA AS LUTAS NO RECÔNCAVO

No inicio de 1950, o PCB faz publicar nos seus órgãos de imprensa um balanço de sua linha política inaugurada com o manifesto de Prestes, lançado em janeiro de 1948, que guinou sua militância de uma posição conservadora, e agora reconhecida como de direita, para uma postura radical de esquerda.

Na Bahia, O Momento publica um *"Balanço das Lutas Operárias e Populares"*, dos dois anos da nova orientação do manifesto de Prestes em nome do Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil, que segundo o jornal, indicou às massas o caminho da luta revolucionária para sua emancipação, bem como para a independência nacional.

O balanço enfatiza a ampliação das lutas populares em todo o Estado, capital e interior, indicando o surgimento de mobilizações entre os trabalhadores rurais da cana e do cacau. Destaca, como *"ponto alto das lutas dos trabalhadores baianos"* no periodo, as greves do Recôncavo canavieiro. Para

o partido, as greves nas usinas Capanema e São Carlos eram exemplos vivos de como os trabalhadores haviam descoberto que a solução dos problemas que os afligem passa por suas próprias mãos. Enfim, essa ampliação das lutas estava intimamente relacionada ao manifesto, ou seja, à nova política do Partido Comunista.

Pelo que se observa das evidências, durante o Intervalo Radical os líderes comunistas se esforçavam para transmitir suas propostas doutrinárias. Desta forma, ao que parece, os trabalhadores tinham conhecimento do que queriam os comunistas: notadamente quanto a distribuição de terras entre os camponeses. Certamente, se os acompanhavam é porque tais propostas exerciam algum fascínio sobre eles (vide Simão, entrev. supra).

4.9 INTERVALO RADICAL: ECLIPSE DO POPULISMO

As características desse período (1948-52) no que diz respeito à história operária no Recôncavo, como em várias regiões do país, sem distinguir entre campo e cidade, operários, camponeses ou assalariados agrícolas, indicam no sentido de uma alteração crítica da aplicação do conceito de "pacto populista", no mínimo em relação à abrangência

temporal em que vem sendo usado na historiografia social e política brasileira.

Neste Capítulo, ressaltamos a natureza específica desse período em relação ao movimento e organização operárias. A nosso ver, a conceituação desse lapso de tempo, como Intervalo Radical em oposição à noção de "pacto populista" se justifica por vários argumentos.

O primeira é a clara inflexão política que essa conjuntura significa para o período populista. Ruptura que não se restringe ao governo repressivo de Dutra, mas que alcançará também o governo de Getúlio. Segundo, após a Revolução de 30 e até 1964, esse será o único momento em que as classes trabalhadoras brasileiras esboçarão um sopro de independência política, mesmo que seguindo os ventos condicionantes da conjuntura opressiva interna e da Guerra Fria no cenário externo.

Sob o aspecto das lutas e organização dos trabalhadores, esse Intervalo é singular. Nele, pela primeira vez, após as greves gerais de 1917-1919, será retomada a experiência das comissões de fábrica e dos comitês de greve, estabelecendo um tipo de movimento classista onde a representação dos trabalhadores se dava, prioritariamente, no sentido Comissão de Empresa - Patrão, favorecendo o acirramento da contradição entre o capital e o

trabalho. Assim, a maior parte das greves do período foi organizada por grupos de operários de base, numa preparação que, necessariamente, se daria de forma clandestina e, geralmente, por fora dos sindicatos.

O gráfico do número de grevistas no período aponta um crescimento contínuo. Nessa conjuntura, os trabalhadores grevistas aumentariam ano a ano, alcançando a cifra de 800 mil, em 1953, e mais de um milhão em 1954, como assinalamos.

Também os assalariados agrícolas e colonos contribuiriam para dotar essa conjuntura de uma natureza específica. Entre 1949 e 1954, irromperam no cenário como protagonistas de 55 movimentos grevistas registrados, algo absolutamente inédito na História do campo brasileiro. Essa performance, em número de greves, não seria superada nem mesmo pela conjuntura de 1961-64.

Os camponeses, por seu turno, ainda marcariam esse período. É o momento dos primeiros congressos e organizações estaduais dos trabalhadores rurais. Também nele, as Ligas Camponesas começaram a surgir. No campo, com a radicalização da tática comunista, tem início o processo de luta armada pela posse da terra, vide as experiências de Porecatú e Trombas-Formoso.

Enfim, por variadas razões, não é legítimo designar e classificar historicamente o período 1948 - 1954 como "pacto populista" ou "república liberal". Na nossa visão, o período referido, no que se refere ao processo político, sindical e organizativo-grevista das classes trabalhadoras, apresenta características e natureza radicalmente distintas daquele conceituado comumente como sindicalismo populista. Por esses motivos, no curso deste trabalho, esse período foi designado como Intervalo Radical.

No Recôncavo, as linhas gerais do que afirmamos para o Intervalo Radical ao nível nacional, também foram observadas de forma a confirmar a existência de características e natureza realmente particulares no processo político, sindical e organizativo-grevista dos trabalhadores da indústria do açúcar.

A verdade é que a bibliografia nacional não dedicou a atenção que o Intervalo Radical requer. Ao contrário, esse é justamente o período mais negligenciado por quem estudou as conjunturas entre 1945 e 1964. O interesse normalmente recai sobre a orientação que prevaleceria no movimento sindical, sobretudo, após 1954. Ou seja, sobre a política de colaboração com a burguesia nacional, de convivência e dinamização da estrutura sindical corporativista, e de representação dos trabalhadores no sentido Sindicato -

Estado, em oposição a representação de tipo Comissões de Empresa - Patrões.

Uma questão incidental à organização das comissões de empresa pelos comunistas, diz respeito à natureza das mesmas. Como pode ser observado pelos documentos citados, aquelas comissões tinham um caráter sindical explícito, voltadas exclusivamente para as reivindicações imediatas. Não se cogitava em atribuir às comissões uma natureza política, na perspectiva de torná-las, como as definira Gramsci (1976), *embriões do poder operário* dentro das empresas, elos centrais da sociedade capitalista (64).

Como explicar a ausência dessa perspectiva na política de um partido comunista que tinha por referência a revolução russa, onde justamente os conselhos operários, formados a partir dos comitês de fábrica, foram o centro do poder revolucionário? E mais, como o status político das comissões pôde ser limitado às reivindicações econômicas salariais num período em que os comunistas propunham a derrubada revolucionária do governo constitucional?

A resposta para as questões acima passam pela ideologia nacionalista e pela leitura que o PCB fazia da formação econômica e social do Brasil, caracterizado como uma sociedade semifeudal e semicolonial. Nesta, o imperialismo, aliado aos latifundiários e a grande burguesia, sugaria as

riquezas nacionais impedindo a penetração e o desenvolvimento do capitalismo, o que se evidenciou completamenmte falso.

Assim, segundo Prestes, tratava-se de formar uma aliança da classe operária com os camponeses, a intelectualidade, *"além dos elementos antiimperialistas que sempre ainda (sic) existem na burguesia nacional, especialmente suas camadas médias e progressistas"* (65). Essa aliança realizaria as tarefas nacionais populares, ou seja promoveria o desenvolvimento econômico e social capitalista necessário para o amadurecimento das condições indispensáveis à realização da segunda etapa da revolução, isto é as transformações de natureza socialista.

Assim, a revolução pensada pelo PCB, mesmo em sua fase esquerdista, seria uma revolução comandada por uma *"Frente Democrática de Libertação Popular"*. Suas tarefas centrais seriam *"libertar o Brasil do julgo imperialista"*, confiscar *"as terras dos grandes latifundiários"*, distribuindo-as com os camponeses, assegurando o *"desenvolvimento independente da economia nacional"* e melhorando as *"condições de vida das massas trabalhadoras"* (66). Tudo isso seria realizado por um leque de alianças que incorporaria a própria "burguesia nacional", ou pelo menos setores dessa.

Enfim, os comunistas buscavam uma forma desenvolvimento para o capitalismo, que favorecesse a própria superação desse sistema. Para tanto, procuravam se aliar a setores da burguesia. A nosso ver, este pensamento demonstrava a continuidade da velha *"estratégia da ilusão"*, como bem evidenciou Pinheiro (1991), presente desde a origem e da qual o PCB nunca conseguiu se desvencilhar.

As comissões de empresa nesta estratégia não poderia comportar outra natureza que não a de organizações sindicais de base voltadas para reivindicações salariais ou quaisquer outras de caráter imediato. Por conseguinte, o aspecto político relacionado a questão do poder proletário nas fábricas não poderia ser destacado.

NOTAS

(1) Documentos de Luis Carlos Prestes, Buenos Aires, 1947, apud Koval, p. 374.

(2) Idem, ibidem, p. 375-6.

(3) Idem, ibidem, p. 380.

(4) Esse número de filiados era contabilizado pelo PCB em junho de 1946, quando realizou-se a sua 3ª Conferência Nacional.

(5) Revista Novos Rumos, (Suplemento), 18-24 setembro de 1959, apud KOVAL, 1982, p. 388.

(6) Revista Problemas, nº 64, 1955; apud Koval, p. 401.

(7) Grabois, M. *"Informe sindical e de massas ao Comitê Nacional do PCB"*. Maio 1949, p. 26-52; apud Carone, 1982, p. 285-298.

(8) A importância deste apêndice, apesar dos problemas indicados anteriormente, reside precisamente na riqueza de dados, que além do tipo de organização, indica ainda o início e término da greve, local, categorias, nº de empresas, objetivos, mediação e ocorências verificadas durante o movimento.

(9) Weffort discutiu, especificamente, o sindicalismo populista nos seguintes trabalhos: Sindicatos e Politica (1972), Tese de Livre Docência: Origens do sindicalismo populista no Brasil (1973), artigo; e Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964 (1978), artigo.

Devido ao fato das fontes usadas por Weffort serem restritas a jornais de São Paulo, preferimos utilizar adiante, prioritariamente, os dados sobre o movimento grevista apresentados por Jover Telles (1981).

(10) Assim, no texto à pagina III.11, em 1948 teria ocorrido 48 greves, enquanto no anexo, contendo a relação desses movimentos, somente 34; para 1949, temos 49 no texto e 18 no anexo; para 1950, 08 no texto e 10 no anexo; para 1951, 15 no texto e 18 no anexo. Apenas para 1952 há coincidência dos número de greves, 15.

(11)- Não havia, no período, estatísticas oficiais sobre o número de greves ou grevistas. As estimativas que apresentamos aqui foram organizadas a partir do artigo de Telles: O movimento sindical no Brasil (1961, p. 39-56),

relatando detalhadamente as greves e movimentos desses anos. Complementamos esses dados com informações da Revista Problemas, nº 30, p. 5 e nº 57, p. 8 (para o ano de 1950); nº 64, p. 256 para os anos de 1954 e 1955; além do Jornal Imprensa Popular de 05.12.1954, conforme Koval, p. 386. O número de greves de 1949 foi informado por Agostinho de Carvalho, representante da CTB no IV Congresso Baiano de 1950 (cap. 4, p.).

(12) Luís Carlos Prestes, Como enfrentar os problemas da revolução agrária e antiimperialista, Revista Problemas. abr. 1948, nº 8, p. 18-42, apud Carone, E. 1982, p. 72-89.

(13) Brabois, M. Ibidem.

(14) O movimento grevista no campo foi pesquisado por Medeiros (1989) nos seguintes jornais: Voz Operária, para os anos de 1949 a 1952; Voz Operária e Notícias de Hoje, para 1953; Imprensa Popular, Terra Livre, Notícias de Hoje e Voz Operária para 1954; Imprensa Popular, Voz Operária e Terra Livre para 1955 e 1956; Voz Operária e Terra Livre para 1957; Terra Livre para 1958 e 59; Novos Rumos e Terra Livre para 1961 a 1963.

(15) Duas teses acadêmicas apresentadas á UFG abordaram esse movimento: Carneiro, 1981. Guimarães, 1988. Além de uma e uma pesquisa da CPDA/EIAV/FGV (Amado, 1980).

(16) O Momento, 22 abril de 1950, p. 3 e 7.

(17) O Momento, 26 maio de 1949, p. 5.

(18) Em 19 junho de 1948, p. 1 e 6.

(19) O Momento, 17 jul. 1948, p. 3.

(20) O Momento, 15 jun. 1948, p. 1 e 5.

(21) O Momento, 06 jun. 1948, p. 2.

(22) O Momento, 17 jun. 1948, p. 1.

(23) O Momento, 19 jun. 1948, p. 1 e 6.

(24) O Momento, 14 jan. 1949, p. 1-5.

(25) O Momento, 15 jan. 1949.

(26) O Momento, 23 jan. 1949, p. 1.

(27) O Momento, 14 jan. 1949, p. 1-5.

(28) O Momento, 25 jan. 1949, p. 1-8.

(29) O Momento, 01 fev. 1949, p. 01-08.

(30) Estado da Bahia, 26 jan. 1949, p. 01-03.

(31) Estado da Bahia, 26 jan. 1949, p. 03.

(32) Estado da Bahia, 27.01.1949.

(33) O Estado da Bahia, 27.01.1949.

(34) José Simão, entrevista concedida ao autor, Fazenda Bângala, Santo Amaro, 1991.

(35) O Momento, 27 jan. 1949.

(36) Associação Geral dos Trabalhadores Baianos; apud O Momento, 27 jan. 1949.

(37) O Momento, 30 jan. 1949.

(38) O Momento, 28 jan. 1949.

(39) entrevista cit.

(40) O Momento, 29 jan. 1949, p. 01-08.

(41) Arq. Púb. do Est. da Bahia. Processos Criminais, Caixa nº 13.

(42) O Momento, 13 fev. 1949.

(43) O Momento, 09 abr. 1949, p. 2.

(44) O Momento, 16 jul. 1949, p. 5.

(45) O Momento, 03 ago. 1949. p. 5.

(46) O Momento, 19 fev. 1949, p. 1-8.

(47) O Momento, 09 jan. 1949, p. 1.

(48) O Momento, 28 jan. 1950.

(49) O Momento, 26 maio 1949, p. 5.

(50) O Momento, 04 jul. 1949, p. 5.

(51) O Momento, 07 jun. 1949, p. 5.

(52) O Momento, 09.jul. 1949, p. 3.

(53) O Momento, 20 ago. 1949, p. 5.

(54) O Momento, 20. ago. 1949, p. 5.

(55) O Momento, 03 set. 1949, p. 5.

(56) O Momento, 31 jan. 1950.

(57) O Momento. 17 fev. 1950.

(58) George Frost Kennan foi conselheiro da embaixada americana na URSS; se notabilizou pela assessoria ao Departamento de Estado americano e ao Presidente Truman, em relação à política soviética (BARROS, 1988).

(59) O Momento, 10 mar. 1949.

(60) O Momento, 10 mar. 1950.

(61) O Momento, 14 out. 1950.

(62) O Momento, 21 out. 1950, p. 6

(63) O Momento, 21 dez. 1950, p. 1-8.

(64) Para Gramsci, a organização operária através de Comissões de Fábrica (seus *Consigli di fabbrica*) seria o caminho revolucionário da classe operária. O Estado operário socialista teria como instâncias organizativas justamente os conselhos operários.

(65) Prestes, L. C. "Informe político ao comitê nacional do PCB". 3-9, 30-34, 73-89; apud Carone, O P.C.B. p. 89-108.

(66) Frente Democrática de Libertação (Manifesto do PCB de Agosto de 1950), p. 22-26; apud Carone, 1982, p. 108-112.

CAPíTULO 5 - CONGRESSOS E CONVENÇ8ES (1948 - 1954)

5.1 O IV CONGRESSO SINDICAL DOS TRABALHADORES BAIANOS

Durante o Intervalo Radical um evento de amplitude estadual teria importantes repercussões na organização dos canavieiros e no trabalho da SUAS: o IV Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos.

Justificando a necessidade da realização do IV Congresso Sindical, a Comissão Organizadora deste apontava três fatores fundamentais.

Primeiro, a articulação patronal e dos defensores dos interesses imperialistas contra as conquistas trabalhistas, que exigiam, a título de poderem investir no país, a sanção de leis de exceção e a reforma da Constituição para excluir pontos progressistas e de interesse dos trabalhadores, especialmente a estabilidade no emprego, o direito de greve e a livre associação.

Segundo, a situação de atraso e miserabilidade a que estavam submetidos a classe trabalhadora devido ao congelamento de salários reinante deste 1946. E, por fim, a necessidade de superar o atraso organizativo dos

trabalhadores baianos, que não havia conseguido realizar o IV Congresso em outubro de 1949, como inicialmente previsto.

Por essas razões, entendiam os organizadores ser fundamental o congresso para que pudessem planejar sua resposta aos principais problemas enfrentados e evitar que os patrões descarregassem todo o peso da crise sobre os ombros da classe trabalhadora.

Convidavam para aderir ao Congresso todos os trabalhadores baianos, independente de partidos, ideologia, sexo, religião ou idade. Apelavam explicitamente aos trabalhadores da construção civil, tecelagem, jornalistas, marceneiros, portuários, marítimos, assalariados agrícolas, transviários, domésticos, gráficos, estivadores, barbeiros, metalúrgicos, alfaiates e carregadores, organizados em sindicatos ou qualquer outro tipo de associações da classe operária: associações livres, sociedades beneficientes; comissões de oficina, fábrica ou empresa; organizações de jovens ou de mulheres (1).

O trabalho da Comissão Organizadora, que tinha como Secretário Geral o vereador do PCB pela Capital, Florisvaldo Viana, se estendia às atividades de finanças, recepção, organização e propaganda, para as quais foram criadas comissões específicas. Além disso, realizava as Convenções municipais nas principais cidades do interior, para onde se

deslocavam caravanas da A.G.T. Para a impressão dos manifestos, convites e regimento interno do congresso foram colocados à disposição dos organizadores os jornais sindicais de categoria como *"O Transviário"*, *"Guindaste"*, *"O Tecelão"*, *"A Máquina"* e *"Tribuna Proletária"* (2).

Em plenário da Comissão Organizadora foi eleita a Comissão Executiva do Congresso, assim constituída: Presidente, Deputado Inácio Dias de Souza; 1º Vice, Paulo Veiga Dutra; 2º Vice, Elson Gonçalves (Presidente da A.G.T.); 3º Vice, Alexandre José dos Santos; 4º Vice, Alcides Evangelista; 5º Vice, Maurício Correia; Secretário Geral, Florisvaldo Viana; 1º Secretário, Cosme Ferreira; 2º Secretário, Lourenço Santos; 1º Tesoureiro, Edmundo Ferreira; 2º Tesoureiro, Pedro Araújo Lima.

5.2 A CONVENÇÃO MUNICIPAL DE SANTO AMARO

Os trabalhadores do Recôncavo realizaram convenções preparatórias ao congresso em Cachoeira, Nazaré e Santo Amaro, tendo os trabalhadores do açúcar iniciado a discussão sobre o Congresso estadual ainda em setembro de 1949. Duas assembléias foram realizadas para discutir o tema e escolher a Comissão Organizadora da Convenção Municipal.

Para a Convenção Municipal, a SUAS organizou palestras nas usinas e assembléias para eleger os delegados, que sofreram tentativas de intimidação da policia. O Delegado de Polícia do municipio chegou a chamar o Presidente da SUAS à sua presença para declarar que a Convenção estava *"proibida"*. Apesar das intimidações o evento ocorreu com a participação *"dos delegados de todas as usinas e da sede do município"*, com os participantes transbordando da sala para

> *... a rua em frente a sede da SUAS. Encerrando os trabalhos, os operários e delegados, de pé, entoaram a Internacional, hino do proletariado universal, e o Hino Nacional brasileiro"* (3).

As resoluções desta Convenção previam estimular a luta por aumento de salários ante o crescimento da carestia; o cumprimento da lei que estabeleceu o repouso semanal remunerado; o fim da taxa de 100% de assiduidade; assinatura nas carteiras de trabalho; pagamento das férias aos que ainda não receberam; completa liberdade sindical com eleições imediatas nos sindicatos sob intervenção; todo apoio ao IV Congresso dos Trabalhadores Baianos; e. incentivar a criação de conselhos pela paz em todos os locais de trabalho (4).

Uma das maiores bancadas do IV Congresso foi eleita por Santo Amaro. Seus delegados foram Manoel Trindade (sapateiro), Jorge Bispo (Us. São Carlos), Antonio Domingos (Faz. Botelho), Serafim Ribeiro, Graciliano Pereira (Faz.

Baixão), Valdemar Costa, José Muniz (Construção Civil), Alvino Santos e Narciso Bispo de Araújo (5).

Após o adiamento para o ano seguinte, os trabalhadores santamarenses, em 22 de janeiro de 1950, voltaram a se reunir para discutir o IV Congresso, tendo substituído três dos delegados escolhidos em setembro; Manoel Trindade, José Muniz e Jorge Bispo, por Waldemar Costa, Serafim Ribeiro e Alvino Santos (6).

A sessão de abertura do IV Congresso foi realizada no Centro Operário da Bahia, contando com a presença de representantes das várias categorias da capital, delegações do interior, além de Agostinho de Carvalho, representante da Confederação Brasileira dos Trabalhadores - CTB, José Lélis da União Sindical dos Trabalhadores do Distrito Federal - USTDF, e Roque Trevisan, representante da Comissão Permanente dos Trabalhadores de São Paulo Pró Conferência Sindical Sul-Americana.

Os discursos dos representantes paulista e da CTB, ressaltaram os números do movimento grevista no ano de 1949. As lutas contra o aumento da exploração teria levado 250 mil operários a suspensão coletiva do trabalho em 250 greves em todo país. Em São Paulo teria ocorrido 106 desses movimentos perfazendo um total de 76 mil operários grevistas. Para o dirigente da CTB, as mais importantes greves de 1949 foram

as *"dos ferroviários da Leopoldina, da C.T.M.C em São Paulo, a dos têxteis do Estado do Rio, a de Santo Amaro, na Bahia, etc"*. Referia-se à greve de fevereiro da Usina São Carlos.

A greve de Santo Amaro foi uma referência constante nas falas dos oradores. *"Página memorável na história das lutas operárias na Bahia" ...* que registra *"Serafim dos Santos e Cirilo Marques, companheiros nossos, vilmente assassinados, são heróis da classe operária"*, discursava o Secretário Geral do Congresso, Florisvaldo Viana (7).

Segundo o dirigente da SUAS, Francisco Araújo Guimarães, as usinas de Santo Amaro teriam tentado impedir a vinda dos delegados dessa categoria ao IV Congresso, modificando *"arbitrariamente os quadros e transferindo operários para outras funções"*; informou à plenária que pela passagem do aniversário da *"Chacina de Santo Amaro"*, os trabalhadores realizaram uma passeata de protesto *"carregando nos braços o operário Serafim Ribeiro, mutilado no massacre"* e, por fim, pediu um minuto de silêncio em memória dos mortos neste episódio (8). Nesta plenária os congressistas decidiram promover, através da A.G.T., *"ampla campanha de finanças para comprar uma perna mecânica para Serafim dos Santos"* (9).

Dentre as moções, mensagens de apoio e teses discutidas no Congresso merece destaque o parecer da Comissão de

"Autonomia, Liberdade e Unidade Sindical", cujo relator foi o Presidente do Centro Operário, Narciso Bispo . O relatório sobre as teses discutidas concluiu:

> *Considerando a necessidade de liberdade, autonomia e unidade sindicais, que representam as legítimas aspirações dos trabalhadores; considerando que a verdadeira organização sindical fundamenta-se nas comissões por empresa e locais de trabalho e na unidade dos trabalhadores; considerando que contrariando o que dispõe a Constituição Federal, as Convenções Internacionais do Trabalho e a própria Carta das Nações Unidas, os nossos sindicatos encontram-se sob intervenção ministerial e a coação policial (as empresas colocaram policiais e delatores entre os operários); considerando, ainda, que o sistema sindical em nosso país é de caráter fascista, a serviço dos patrões, sob a direção dos traidores vivendo às custas do imposto sindical; esta Comissão recomenda:*
> *a) que os trabalhadores devem organizar-se a base de comissões por empresa e locais de trabalho, e orientadas no sentido da conquistar liberdade e autonomia e unidade sindicais, na prática, através de lutas por suas reivindicações reconquistando seus sindicatos;*
> *b) que as organizações sindicais dos trabalhadores em setores ou empresas se congregem, através de uniões e associações municipais e estaduais e da C.T.B., forjando poderosa unidade;*
> *c) reforçar a imprensa sindical já existente, e ampliá-la criando órgãos próprios nas empresas e associações";*
> *d) "eleições sindicas livres e imediatas", por proposta do representante da C.T.B., aceita pela plenária* (10).

O IV Congresso foi encerrado em praça pública, num comício realizado no Cruzeiro de São Francisco no Centro da cidade, onde foram reafirmadas as conclusões do encontro. No campo sindical, além dos pontos referidos, foram aprovadas também a criação de ligas camponesas, condenado o projeto de

lei sindical Mangabeira, ratificada a filiação da A.G.T. à C.T.B. e desta a Confederação dos Trabalhadores da América Latina (C.T.A.L) e à Federação Sindical Mundial.

Sobre os problemas políticos, as resoluções do Congresso propunham que os trabalhadores intensificassem as lutas, em suas empresas e locais de trabalho, *"pela paz e contra as provocações de guerra"*, apoiando as forças do movimento que defendam a paz e a harmonia entre os povos; que defendessem os *"interesses nacionais exigindo a encampação das empresas imperialistas"*; pela nacionalização do petróleo *"à base do monopólio estatal e contra a entrega de nossas riquezas minerais e industriais básicas aos trustes e monopólios estrangeiros"*; e, por fim, que os trabalhadores lutem contra as leis de segurança, imprensa, contra o novo Plano Cohem e *"contra toda política reacionária e fascista que visa a liquidação das liberdades democráticas e da independência nacional"* (11).

5.3 1950: O I CONGRESSO DOS TRABALHADORES DO AÇÚCAR.

A partir do IV Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos a prioridade política da SUAS passou a ser a realização do Primeiro Congresso dos Trabalhadores do

Açúcar, convocado para ter início no dia 12 de março de 1950.

A desarticulação sindical da categoria pela intervenção ministerial, em fevereiro de 1947, resultou na fragmentação das lutas por usina ou por fazenda. Mesmo quando surgiram movimentos de intensa radicalidade, como a greve na Usina São Carlos, faltou aos trabalhadores uma organização capaz de ampliar esses movimentos, globalizando-os, uma vez que suas reivindicações eram comuns.

No primeiro ano de atuação, a Sociedade União dos Artífices Santamarenses não conseguiu ser este instrumento de articulação regional. Parecia não contar com apoio significativo dos trabalhadores. Pela prestação de contas da primeira Comissão Executiva, feita há um mês do final do mandato, constatamos que a SUAS foi mantida, principalmente pela Associação Geral dos Trabalhadores - A.G.T, e não pela contribuição de seus sócios, que deveriam pagar uma mensalidade de Cr$ 3,30. O balancete apresentado pela diretoria indicava uma receita de Cr$ 608,00, sendo Cr$ 415,10 provenientes da A.G.T., para uma despesa de Cr$ 834,40; estando, portanto, deficitária em Cr$ 315,30 (12).

Esses dados indicam, após alguns cálculos, que somente Cr$ 192,90 entraram como contribuição dos associados da

SUAS, em seus onze primeiros meses de vida. Ou seja, nesse período, apenas 54 mensalidades foram pagas. Se considerármos que só os seis integrantes da diretoria deveriam ter recolhido 66 mensalidades, chegaremos a conclusão que raros deveriam ser os sócios da entidade no período; ou, se existiam, os associados não se sentiam responsáveis financeiramente pela SUAS. Não conhecemos outros balancetes ou dados que pudessem desenhar um quadro da participação dos trabalhadores na vida interna da entidade no período subseqüente.

Entretanto, no ano de 1950 parece que a SUAS adquirira uma nova dimensão organizativa. Seus dirigentes, depois do IV Congresso, passaram a ter uma atuação mais regional, articulando organizações de base (Comissões de Fazenda ou Usina) com mobilizações por reivindicações específicas, e principalmente, inserindo esta estratégia na perspectiva de realização de um *"grande"* Congresso de toda categoria.

Por esse caminho, a SUAS, que até então vinha desenvolvendo uma atuação muito localizada na Usina São Carlos e, em menor escala, na Aliança, passa a trabalhar decididamente na organização de base da categoria em âmbito regional; procurando, também, dar conteúdo concreto a seu trabalho através da elaboração de pautas de reivindicações por usina, a ser entregues simultaneamente aos vários patrões.

O I Congresso dos Trabalhadores do Açúcar seria, em grande medida, o resultado do crescimento da iunfluência e ampliação da capacidade organizativa da SUAS, por um lado. Por outro, também a A.G.T desenpenharia um relevante papel na realização desse evento. Solicitaria apoio material e moral à sua realização, argumentando que se tratava de

> *... um importante parcela dos trabalhadores baianos que vive sob a mais brutal exploração ganhando salários de 6 e 7 cruzeiros diários, submetidos ao regime do barracão, sem direito a férias, sem receberem o repouso semanal, com seu sindicato fechado, submetidos aos 100% de assiduidade.*

O Congresso, ainda segundo a A.G.T., deveria honrar a memória de Cirilo Marques e Serafim dos Santos, e

> *... visava unificação dos trabalhadores do açúcar para a luta pelo aumento de salários, pagamento do repouso semanal, férias remuneradas, pelo direito de greve e contra o imposto sindical, pela assinatura das carteiras profissionais, pela liberdade e pela paz* (13).

A Comissão Organizadora foi eleita, em Santo Amaro, no dia 12 de fevereiro, com a presença de *"representantes de todas as usinas, da SUAS"* e de Florisvaldo Viana, Secretário da A.G.T, e vereador pela Capital, conseguindo superar *"gigantescas dificuldades de finanças e transportes"*. Nessa reunião, ainda foram tomadas medidas práticas ligadas á luta pelo aumento de 40% e pelo pagamento do descanso remunerado,

em consonância com a política de articular a realização do congresso com a luta imediata dos trabalhadores.

Na composição da Comissão Organizadora encontrava-se dirigentes da SUAS e, segundo o vereador, 23 pessoas representantes das usinas e propriedades agrícolas, oriundos das comissões de empresa. A reunião se dedicou, ainda, a ampliar as comissões de empresa. No caso da Usina São Carlos, a comissão que antes era integrada por 7 membros passou a ser composta por 34 trabalhadores (14).

Sobre a organização desse encontro declarou, ainda, o vereador: *"Posso assegurar que é enorme o entusiasmo reinante entre os trabalhadores que vêem em seu congresso um passo decisivo para a conquista de suas reivindicações"*. As caravanas da SUAS, *"organização independente dos trabalhadores santamarenses"*, vêm *"viajando 3, 4, 5 léguas a pé; atingiram várias usinas, como Aliança, São Carlos, São Bento, Itapetingui e suas propriedades agrícolas"*, mobilizando os trabalhadores.

As informações prestadas pelo vereador voltavam a esse jornal dias depois reafirmando o trabalho preparatório desenvolvido pela Comissão Organizadora e pelas sub-comissões.

> *Essas sub-comissões, que trabalham ligadas a Comissão Organizadora, são escolhidas pelos*

> *próprios trabalhadores e ... vem discutindo nos locais de trabalho, as inúmeras reivindicações.* (Além disso), *as sub-comissões dirigirão as assembléias para eleição dos delegados* (15).

O temário do Congresso, definido pela Comissão Organizadora, além das reivindicações tradicionais dos operários, como aumento de 40% nos salários, repouso remunerado, pagamento dos 35% não respeitados, incluía, também, o pagamento semanal dos salários e não quinzenalmente, o fim dos vales e barracões, o reforço das comissões de empresa, readmissão de empregados, a conquista da liberdade sindical, e, *"principalmente, a luta em defesa da paz e pela liberdade"*, as duas últimas, bandeiras tradicionais do PCB desde o início da Guerra Fria.

A preparação do 1º Congresso teve uma marca militante e aguerrida. A atuação da SUAS caracteriza-se por um intenso ativismo e espírito de abnegação dos seus militantes, especialmente o seu presidente, Narciso Bispo. A Sociedade União dos Artífices, juntamente com a Comissão Organizadora, conseguiu realizar caravanas, palestras, fixação de cartazes e faixas nas empresas, além de eleger Delegados ao Congresso em praticamente todas as usinas (16) em funcionamento na safra de 1949/50, em número de 16.

Considerando as distâncias e as dificuldades de transporte, que levavam os militantes a percorrerem léguas á pé através do massapê, além de horas de trem ou de trole,

não resta dúvida que tratava-se de um feito dificílimo e representava uma importante novidade na organização dos trabalhadores da cana-de-açúcar.

Tomando como verdadeiras as declarações de Florisvaldo Viana, é forçoso reconhecer a ampliação da influência da SUAS, e por derivação do PCB, sobre a organização e luta dos trabalhadores na cana. Ademais, confirmaria a concretização da política organizativa baseada em comissões de empresas e fazendas adotada pelos comunistas durante o período que chamamos de Intervalo Radical. Assim, também entre os canavieiros e operários do açúcar um amplo esforço para a estruturação de organismos de base foi executado, com reflexos importantes nas lutas da categoria, como vimos no capítulo 3.

O Congresso foi antecedido de algumas iniciativas políticas desenvolvidas pelos militantes, que buscavam dar um clima de participação e altivez à postura dos trabalhadores. A defesa da nacionalização do petróleo foi objeto de um abaixo-assinado, subscrito por vários canavieiros, enviado ao Centro Nacional de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional.

Outra peculiaridade da preparação deste Congresso é o fato deste se dar no processo mesmo de organização de lutas por reivindicações que constituiam o próprio temário do

encontro. Se inscreve nesta lógica a referida greve nas Fazendas Mamão e Botelho, pelo pagamento do repouso remunerado e por aumento de 40% nos salários; e, principalmente, as mobilizações na Usina São Carlos (discutidas no Capítulo 3), onde já se havia realizado várias lutas, com bom nível organizativo.

Nessa empresa, às vésperas do I Congresso, os trabalhadores encontravam-se em mobilização pelo pagamento do repouso semanal remunerado e por 40% de aumento nos salários. Dessa forma, o congresso iria se realizar num momento de mobilização dos trabalhadores, inclusive sob o impacto de uma greve por reivindicações que era sentido por todas as usinas e fazendas.

Um dia antes da abertura do Congresso, durante a entrega do Memorial contendo as reivindicações dos trabalhadores ao gerente da usina, os operários presentes surraram este dirigente em resposta aos insultos proferidos pelo mesmo. No mesmo dia, numa operação militar que fechou todas as estradas do município, a polícia prendeu o líder e suposto agressor, Narciso Bispo, e o representante da A.G.T, José Messias, enviado a Santo Amaro para participar do encontro dos canavieiros. Este episódio alterou os rumos das lutas na região como veremos adiante.

A prisão do principal líder e organizador do Congresso e a repressão policial desencadeada nas usinas e na cidade marcou negativamente o evento, que tinha como objetivo definir as reivindicações e reforçar a organização regional da categoria, o que certamente traria reflexos importantes no ânimo dos trabalhadores, criando condições para uma postura mais ofensiva em relação às suas necessidades.

Essa prisão, entretanto contribuirá para colocar os trabalhadores na defensiva, uma vez que seu núcleo organizado é obrigado desviar suas ações para a luta pela libertação de Narciso, o que só aconteceria 13 meses depois. José Messias, preso no mesmo dia e solto 10 dias depois, confirmaria as suspeitas de tortura contra o presidente da SUAS, afirmando ter os policiais o espancado até perder os sentidos (17).

A sessão de instalação foi realizada à tarde de domingo na Fazenda Mamão, *"presentes todas as delegações eleitas de operários das usinas e trabalhadores do campo"*. Foram eleitos presidentes de honra do Congresso os trabalhadores Cirilo Marques e Serafim dos Santos, denominados *"heróis e e mártires do proletariado"* e Serafim Ribeiro, mutilado na *"Chacina de Santo Amaro"*, durante as ações policiais contra os manifestantes da Usina São Carlos (18).

Em função da ação policial desencadeada nas usinas e em Santo Amaro, que após a prisão de Narciso Bispo, passou a tentar impedir a realização do Congresso, este teve que realizar sua segunda e última sessão na Fazenda Pantaleão, local distinto do inicialmente previsto, indicando o grau de dificuldade imposto pela polícia à realização desse evento.

No segundo dia do Congresso, com a presença de um representante da Associação Geral dos Trabalhadores, os delegados debateram as reivindicações econômicas da categoria, além de problemas *"como a defesa da paz e da liberdade, e a luta contra o imperialismo"*, como exigia a tradição do PCB.

A resolução, quanto a forma de organização sindical, foi significativa da vigente tática dos comunistas. Negava o sindicato atrelado ao Ministério do Trabalho e propunha a criação da *"Associação Protetora dos Trabalhadores e Assalariados do Açúcar da Bahia"* (19).

Além da criação dessa associação, o programa de lutas aprovado pelo Congresso continha as seguintes bandeiras:

1- Lutar pelo pagamento dos 70 dias de repouso semanal devido pelas empresas;
2- Aumento de 40% nos salários;
3- Pagamento do salário por semana;

4- Aposentadoria para os trabalhadores do campo;

5- Férias aos condutores de animais;

6- Preço uniforme no pagamento da cana cortada;

7- Lutar pela paz, contra a ditadura e o imperialismo.

O programa definido nesse congresso, como se vê, associa, de um lado, a perspectiva de criação de uma nova entidade de natureza distinta da SUAS, e por outro, as reivindicações econômicas da categoria já conhecidas, além das bandeiras políticas de amplitude nacional, como a luta contra o imperialismo e a *"Ditadura Dutra"*, e, também internacional, como a luta pela paz.

Pelo baixo nível de instrução dessa categoria, é possível concluir que essas bandeiras políticas mais gerais integram as resoluções do Congresso muito mais em função da visão de alguns poucos militantes, do que em função de uma preocupação ou debate presente no seio dos trabalhadores.

A novidade das resoluções é a proposta de criação de uma Associação específica para os trabalhadores do açúcar, ainda na linha das entidades alternativas a estrutura sindical. A razão dessa proposta está relacionada ao fato da Sociedade União dos Artífices Santamarenses, ser uma união de trabalhadores de diversos ofícios. Seu elemento unificador era apenas a condição de artífice dos seus membros.

Desse modo, buscava se construir a organização sindical que faltava aos operários do açúcar desde a intervenção do Ministério do Trabalho no Sindicato oficial. e que viesse a congregar todos os trabalhadores deste ramo de produção. A Associação Protetora dos Trabalhadores e Assalariados do Açúcar da Bahia, sem dúvida, se articulava com a perspectiva de criação de sindicatos paralelos que marcava a política dos comunistas em todo o Brasil.

O I Congresso dos Trabalhadores do Açúcar coincidiu com o auge do prestígio da SUAS. Nesse processo, verificou-se um interessante movimento organizativo à base de Comissões por Local de Trabalho, e reivindicativo, baseado na elaboração de pauta de reivindicação por empresa. A criação da associação profissional dessa categoria viria coroar a organização em curso.

Esse ascenso, contudo, foi interrompido pela prisão do principal líder do movimento, Narciso Bispo, o que viria a alterar os rumos das lutas na região.

5.4 O MANIFESTO DE AGOSTO ADAPTADO AO RECÔNCAVO

O movimento dos trabalhadores do açúcar parecia confirmar as tendências revolucionárias ilusoriamente identificadas pelo PCB no Manifesto de Agosto de 1950. Na Bahia, os comunistas tinham o Recôncavo como a base mais radicalizada e portanto a mais apropriada para a proposta política apresentada pelo Manifesto de Agosto.

Disso decorria a necessidade de se adaptar a concepção esboçada nesse documento à realidade específica da Região.

A versão baiana do Manifesto de Agosto, dirigida especificamente para o Recôncavo, seria publicada em O Momento, com as seguintes manchetes:

> *O CAMINHO DE PRESTES PARA OS TRABALHADORES DO AÇÚCAR - SÓ O PODER NAS MÃOS DOS TRABALHADORES PODERÁ POR FIM A EXPLORAÇÃO BRUTAL - PELA NACIONALIZAÇÃO DA S.A. MAGALHÃES - POR UM GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR*

O *"poder nas mãos dos trabalhadores"*, em verdade, significava a continuidade do sonho da revolução agrária e anti-latifundiária, e fazia com que os comunistas concitassem os canavieiros e operários do açúcar a

> *... lutar por todas as formas, desde a greve até as ações mais altas e revolucionárias, dirigidas para tomar das mãos dos exploradores aquilo que deve pertencer aos explorados - a terra, os canaviais, as usinas, o poder enfim ...* (20).

Em poucas palavras estava definido, embora não oficialmente, o programa da *"Frente Democrática de Libertação Nacional"* para o Recôncavo. O efeito desse tipo de agitação política, numa conjuntura de reorganização do populismo, foi desastroso para a organização e para as lutas dos operários do açúcar. Na realidade estadual conseguiu apenas potencializar as forças da reação, que se armaram para abater as iniciativas de lutas e organização dos canavieiros.

5.4.1 A REAÇÃO EMPRESARIAL

Após o I Congresso, as prisões e a repressão policial desencadeada nas usinas e na cidade impediu que os trabalhadores reforçassem a organização regional da categoria, uma vez que seu principal núcleo militante foi obrigado desviar suas ações para a longa luta pela libertação de Narciso.

Em apenas duas semanas após a prisão do Presidente da SUAS, o Delegado concluiu o Inquérito Policial e enviou-o ao Promotor, que preparou a Denúncia por tentativa de homicídio e porte ilegal de arma, encaminhando-a ao Juiz, que por sua vez a aceitou, saneando o processo e designando de imediato uma data para audiência de instrução. Eficiência e rapidez poucas vezes vistas. Estava armada a vingança dos

Senhores do maior grupo econômico do Norte-Nordeste do país, a Casa Magalhães, contra o principal expoente do movimento operário no Recôncavo. Narciso amargaria uma condenação há treze meses de cárcere (21).

A A.G.T. tratou de organizar o movimento de solidariedade à Narciso Bispo. Arrecadações financeiras foram feitas entre os operários de varias categorias da capital, que enviavam contribuições à secretária da A.G.T., entidade que neste mesmo período também estava empenhada na campanha de solidariedade aos três líderes dos trabalhadores do cacau, presos em Itabuna. Também, em Santo Amaro o movimento pela libertação de Narciso ganhava fôlego com as pichações nos muros da cidade exigindo sua libertação (22).

Para Eufrosino Rodrigues e Edmundo Oliveira, que foram a Santo Amaro, na delegação da A.G.T., levar apoio moral e financeiro e visitar o Presidente da SUAS, Narciso estava gravemente doente em função dos espancamentos de que foi vítima. Um pedido de transferência para o hospital, feito pelo advogado de defesa, havia sido negado. O recluso teria dito aos visitantes para tornar pública sua certeza de que os *"trabalhadores baianos, particularmente os operários santamarenses saberão lutar com audácia e decisão para libertá-lo das garras dos patrões e de sua polícia"* (23).

A reação patronal na Usina São Carlos parece ter tomado uma dimensão maior após o conflito que redundou na prisão do principal líder dos trabalhadores. Segundo o noticiário de O Momento *"uma verdadeira polícia particular foi criada na usina, formada de jagunços e feitores, armados de revólveres e carabinas, sob ordens do Sr. Gilberto"*, gerente da usina e diretor da L.I.R.

Alguns casos são indicados como exemplares dessa perseguição dirigida aos trabalhadores que participaram da última greve. *"João Boi"* teve sua casa destelhada e as portas arrancadas. Isto foi feito sem que o trabalhador fosse despedido, configurando uma tentativa de expulsar o empregado sem pagar as parcelas rescisórias legais. Serafim dos Santos, trabalhador que teve sua perna amputada em conseqüência das balas que o atingiram no chamado massacre de Santo Amaro, também foi atingido pelas perseguições. As ameaças de destelhar sua casa não foram concretizadas em função da resistência esboçada pelos trabalhadores. O nome de Serafim esteve, após o massacre, associado a luta dos canavieiros, tornando-o alvo da reação. José Rufino, nascido e inutilizado no trabalho da usina, foi ameaçado de perder a casa de palha onde morava com 12 filhos na Fazenda Pantaleão, porque sua mulher foi acusada de ser comunista (24).

Após o Manifesto de Agosto, em seu tom pseudo revolucionário, a reação entrou em povorosa. A suposta explosão de uma bomba na Usina Aliança foi utilizada pela S.A. Magalhães para empurrar o movimento dos trabalhadores do açúcar ainda mais para a defensiva. Enquanto no ano anterior estava em franca ofensiva, neste ano de 1950 o movimento foi obrigado a recuar continuamente, colocando em evidência os limites da linha insurrecional adotada desde 1948, especialmente, demonstrando a falta de estruturas organizativas consolidadas que possibilitassem manter a agressividade política desse discurso.

A reação patronal repercutia na imprensa. Manchete no Jornal de Assis Chateaubriand e Juraci Magalhães, antes do julgamento de Narciso:

> *ATIVIDADES TERRORISTAS NA ZONA INDUSTRIAL AÇUCAREIRA. EXPLODE UM OBUS NO INTERIOR DA USINA ALIANÇA. AGITADORES VERMELHOS INFILTRADOS NA MASSA ORDEIRA E PACÍFICA DO OPERARIADO. DILIGÊNCIAS POLICIAIS E A NECESSIDADE DE INTENSIFICAR VIGILÂNCIA CONTRA AGITAÇÃO* (25).

A notícia atribuía claramente aos comunistas a responsabilidade pela explosão da granada próxima à caldeira da usina. Dizia:

> *... o atentado verificou-se no momento de recrudescimento de propaganda comunista, sobretudo do Manifesto de Agosto em que o chefe vermelho preconiza a ação revolucionária em todos os setores; (e concluía) portanto, agitadores vermelhos estariam infiltrados na massa operária*

para levar a efeito seus planos terroristas e sabotadores. Aliás, segundo apuramos, a polícia já está na pista dos responsáveis pelo atentado.

A resposta dos *"agitadores vermelhos"* veio nos dias seguintes:

PROVOCAÇÃO DA S.A. MAGALHÃES VISA INFLUENCIAR NO JULGAMENTO DE NARCISO BISPO, DESENCADEAR O TERROR NAS USINAS E LIQUIDAR A LUTA DOS TRABALHADORES PELAS REIVINDICAÇÕES. TRABALHADORES DA ALIANÇA DESMASCARAM A FARSA. A VERDADE É QUE NÃO EXPLODIU BOMBA NENHUMA (26).

Para o repórter enviado à usina por O Momento, a explosão, segundo apurou junto aos trabalhadores,

..., não passou de um simples e ocasional acidente, possivelmente uma peça qualquer que se partiu, originando o ruído tomado pela explosão. O certo é que no local apontado como o da explosão da bomba, nem um único sinal existe que comprove o fato. Nem um arranhão nas caldeiras, nem uma marca de pólvora queimada no cimento limpo. Além disso os trabalhadores que estavam a meio metro da caldeira no momento da explosão não sofreram o mais leve ferimento.

Na interpretação dos acusados tratava-se de um plano sórdido do monopólio do açúcar, que visava influenciar no julgamento do presidente da SUAS, desviar a atenção do povo em relação a ameaça de se enviar *"nossos soldados a caminho da morte"* à Guerra da Coréia e, principalmente, um pretexto para desencadear o terror policial nas usinas visando impedir o prosseguimento das lutas operárias na região do

açúcar e massacrar os *""patriotas de vanguarda que estão à frente do povo"*.

Inicialmente presidido pelo Delegado Auxiliar Durval Rocha, o Inquérito Policial que apurou tal *"explosão"*, passou a ser comandado por Américo Ventura Delegado de Santo Amaro, velho conhecido pelas ações contra os movimentos reivindicativos dos trabalhadores do açúcar e, especialmente, pelo *"Massacre de Santo Amaro"*. Responsável também pelo Inquérito que qualificou de tentativa de homicídio as lesões leves que Narciso e seus companheiros causaram ao Gerente da Usina São Carlos durante o episódio de sua prisão, este Delegado seria agora o responsável pelas investigações da *"explosão da bomba"* da Usina Aliança (27).

Dessa forma, a SUAS chegaria ao seu segundo aniversário, 21 de abril, com seu presidente preso. O Momento publicaria um artigo deste, onde depois de referir a forma como surgiu a sociedade e as lutas desenvolvidas nestes dois anos, conclamava os trabalhadores à luta pelas reivindicações aprovadas no I Congresso da categoria.

A batalha no campo jurídico não conseguiria libertar Narciso. O Hábeas Corpus impetrado pelos advogados Walter da Silveira, Dante Leonelli, Mecenas Mascarenhas, Emmo Duarte e Almir Matos junto à Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, tentava descaracterizar o crime de tentativa de homicídio

que teria sido praticado contra o diretor da S.A. Magalhães e gerente da Usina São Carlos Gilberto Vilas Boas.

A argumentação da defesa tentava demonstrar que o gerente, *"confiado em sua compleição física desenvolvida"*, havia ameaçado Narciso. Porém, teria acontecido, que este defendera-se valentemente: *"fazendo o mesmo mais tarde, quando foi atacado por policiais e jagunços que acabaram o dominando"* (28).

Contudo, o Tribunal indeferiu o pedido, negando o Hábeas Corpus. Narciso aguardaria na prisão seu julgamento.

No julgamento, o Promotor teria pedido 20 anos de reclusão. Ao final, foi condenado há 13 meses de detenção pelos crimes de lesões corporais de natureza leve e porte ilegal de arma de fogo (29).

A prolongada prisão traria uma verdadeira tragédia ao lar dos Bispo de Araújo. Após dois meses de prisão, Narciso passaria a receber as notícias da tuberculose de sua mulher, internada num Hospital, a morte da filha Célia, de apenas três anos, e as constantes dificuldades dos demais filhos vivendo da solidariedade operária (30).

Apesar disto, na correspondência que mantinha com Almir Matos e nos artigos publicados na imprensa comunista se

solidarizando com os movimentos reivindicativos ocorridos em Salvador, não se deixava abalar. Reafirmava sua crença na luta proletária que conseguiria libertá-lo das *"garras da polícia e da justiça de classes"*. Não parecia estar abalado pela penúria por que passava sua família. Talvez, nesses tempos, um comunista não devesse demonstrar qualquer sentimento que pudesse ser confundido com fraqueza.

Finalmente em 11 de abril de 1951, 13 meses depois da prisão, era libertado o líder operário. Aguardavam em frente à prisão os estudantes do Ginásio Santamarense e uma caravana chegada de Salvador. Em ato improvisado, visto que não era sabido o horário que seria solto, falaram o vereador Florisvaldo Viana e o líder estudantil Guilherme Castro. Em visita a O Momento, declara sua disposição de continuar na luta da classe trabalhadora: *"DEVO AO POVO MINHA LIBERDADE. UM COMUNISTA NÃO SE DOBRA DIANTE DA REAÇÃO"* (31).

"Saio da prisão mais forte do que entrei. Saio do cárcere disposto para a luta que Prestes comanda em nossa pátria pela Revolução Democrática e Popular". Sobre o apoio recebido dos trabalhadores, declara:

> *Nunca me faltou - a mim, nem à minha companheira e meus filhos - a solidariedade calorosa dos trabalhadores e do povo, particularmente, a assistência carinhosa do meu partido, o heróico Partido Comunista do Brasil. Essa solidariedade e assistência foram mais poderosas que a reação e terminaram por libertar-me, não permitindo minha condenação há 10 anos de prisão, como era o*

propósito da S.A. Magalhães e como o monopólio explorador exigia da justiça (32).

Em Salvador, ao visitar os estivadores e portuários, Narciso falou aos trabalhadores agradecendo a ajuda recebida, e já os conclamava a empreender esforços para a realização do V Congresso Sindical ainda naquele ano (33).

5.5 A CRISE DO SINDICALISMO PARALELO NO RECÔNCAVO

GREVE DA USINA ALIANÇA (MAIO DE 1951). Uma rápida greve na Usina Aliança revelaria o processo de crise do sindicalismo paralelo no Recôncavo. Um ato de desespero foi o estopim desse movimento.

Em maio de 1951, o operário Crispim Bispo depois de receber o saldo de salário, já descontado a parcela da assistência social (12%), mais as compras já efetuadas no barracão da empresa, entrou em desespero e tentou matar a si e toda sua família, adicionando veneno à comida.

O encarecimento vertiginoso dos gêneros alimentícios, verificado naquela conjuntura agravava o nível de miséria dos trabalhadores. Com os quarenta e oito cruzeiros recebidos pelo trabalho de 15 dias, Crispim, mulher e oito filhos menores só poderiam adquirir, no barracão, dois

quilos de charque (Cr$ 22,00 por quilo), ou 20 litros de farinha (Cr$ 45,00), restando um troco de 3 ou 4 cruzeiros (34).

A tragédia desse operário, acabou por desencadear um sentimento de revolta e solidariedade entre os trabalhadores da usina que, espontaneamente, paralisaram a empresa. Neste mesmo dia, os grevistas apresentaram a condição para retornarem ao trabalho: aumento de Cr$ 300,00 no salário quinzenal.

Esse movimento fez mobilizar a Delegacia Regional do Trabalho, cujo Delegado Regional, Amílcar Cardoni, foi até a usina *"acompanhado de policiais"*. Sua intervenção fez com que os grevistas voltassem ao trabalho, com a *"promessa das reivindicações serem encaminhadas ..."*

Um mês após a greve, o Jornal O Momento publicou uma avaliação da greve que merece destaque pelo tom crítico usado para traçar a atuação da SUAS.

O artigo inicia historiando o processo reivindicatório na usina anterior a greve. Primeiro, a tentativa de elaboração de um memorial que não chegou a ser entregue à direção da empresa, solicitando 50% de aumento salarial e outras reivindicações. Os trabalhadores preferiram formar uma comissão que se reuniu diretamente com o diretor

Helenauro Sampaio. Este, teria respondido não ser possivel aumento algum em razão dos prejuizos da empresa.

Segundo, aponta a revolta dos trabalhadores com essa resposta, e a dissolução da comissão por falta de direção. Aqui é colocada a ênfase, pela primeira vez, na incapacidade da direção de transformar o ímpeto das massas em movimento concreto de luta. Para o analista, os trabalhadores

> *... começaram a falar com insistência que só a greve poderia obrigar os patrões a darem o aumento... A falta de direção, ainda aí, levou a que essa efervescência não fosse aproveitada no sentido de conduzir os trabalhadores à luta* (35).

Com o episódio da tentativa de homicídio da família e suicídio de Crispim e da greve que se seguiu, o jornal assinalou:

> *Sobretudo, neste momento, faltou direção. Os trabalhadores permaneceram, apesar da paralisação, desorganizados, sem formar o Comitê de Greve, sem estenderem o movimento às demais usinas, onde, no entanto, a notícia da greve encontrara enorme repercussão. Um representante da SUAS, que esteve na Aliança nenhuma orientação concreta deixou com os trabalhadores, nenhuma ajuda deu, logo voltando como se tivesse medo dos trabalhadores e da luta ... Apesar disso, os trabalhadores se mantiveram em greve até a tarde do dia seguinte, terça-feira, depois de terem desmascarado o Delegado do trabalho, o pelego-mor Cardoni com seus policiais, inclusive soldados armados até os dentes ... Essa debilidade é ainda mais grave, porque a esta altura os elementos de vanguarda dos trabalhadores do açúcar já estavam informados dos acontecimentos; sabiam que existia perspectiva de inclusive, se levar a luta às outras usinas e apesar disso nada de prático fizeram.*

Algo de errado parecia estar acontecendo com a outrora aguerrida e combativa SUAS. Alguma mudança de direção ou de linha política?

O ano de 1951 marcaria a saída de Narciso Bispo, fundador e principal líder, da direção da SUAS. Nas eleições ocorridas após a libertação do presidente da entidade, uma nova diretoria assumiria a Sociedade. Em agosto desse ano, numa assembléia realizada na Usina São Carlos, em sessão presidida por Narciso Bispo, tomou posse Xisto Roberto de Oliveira, como Presidente; José Mateus, 1º Secretário; ... Alves, 2º Secretário; Aloísio Santos, 1º Tesoureiro; Jorge Bispo, 2º Tesoureiro. Assumiram a Comissão de Sindicância da Sociedade José Coutinho, Graciliano Pereira, Justino Santos, Antonio Domingos e Antonio Bispo.

Os novos diretores assumiam as resoluções, também aprovadas nesta assembléia, de organizar Comissões por Local de Trabalho, composta por 5 membros atuando nas fazendas e usinas. Na oportunidade foram eleitas cinco comissões de fazenda e foi convocada uma assembléia para a eleição dos delegados de Santo Amaro ao V Congresso dos Trabalhadores Baianos, tendo ainda os presentes assinado apelo por um Pacto de Paz entre as cinco maiores potências.

Saudando a nova diretoria, o ex-presidente falou:

> *... da satisfação dos trabalhadores santamarenses por terem escolhido uma diretoria capaz de continuar conduzindo a Sociedade como arma de defesa dos interesses operários e não como instrumento de opressão dos patrões exploradores.*

Por fim, Xisto de Oliveira, o novo Presidente, encerrou a reunião ressaltando os *"méritos e serviços prestados a causa dos trabalhadores de Santo Amaro pela diretoria que tinha o seu mandato findo e disse esperar que sua gestão continuasse as lutas iniciadas pela diretoria de Narciso Bispo"* (36). Portanto, um mesmo grupo assegurava a continuidade da linha política na entidade.

Narciso Bispo estava em liberdade desde março. Em maio, quando ocorreu essa greve, embora continuasse como presidente da SUAS, o mais provável é que ainda não estivesse reassumido o trabalho que desenvolvia antes da prisão, ou mesmo que se encontrasse em fase de recuperação do desgaste físico e psicológico provocado pelo cárcere. Mas, de qualquer modo, a Sociedade permanecia sob o controle dos quadros do PCB. Críticas como as citadas anteriormente só encontrávamos direcionadas aos pelegos ou militantes do PTB, nunca aos comunistas: *"os elementos de vanguarda dos trabalhadores do açúcar"*.

Ao que parece, esse episódio na usina Aliança indica para a exaustão da política comunista efetivada pela SUAS. É certo que sua direção sofreu o impacto da prolongada

ausência do seu principal líder. Mais que isso, o movimento no Recôncavo, após a prisão de Narciso, passou á constante defensiva. O enorme vigor organizativo verificado na fase de preparação do I Congresso não existia mais, para o que contribuiu o discurso insurrecional do PCB e a violenta repressão patronal.

De forma que, a hipótese mais provável para explicar a falta de articulação e ação dos dirigentes da SUAS, durante a greve dos operários da Usina Aliança, seja o esgotamento político e organizativo do modelo sindical até então adotado. O retorno ao sindicalismo oficial, pouco tempo depois, reforçaria essa explicação, assinalando, também, uma nova viragem na atuação do PCB.

Essa mudança na tática político-sindical dos comunistas terá reflexos marcantes na luta e organização dos operários e canavieiros do Recôncavo. é o que veremos no capítulo seguinte.

NOTAS

(1) O Momento, 10 jan. 1950.

(2) Entrevista de Florisvaldo Viana (Secretário Geral da AGT). O Momento, 10 jan. 1950.

(3) O Momento, 28 set. 1950, p. 8.

(4) O Momento, 29 set. 1950, p. 5.

(5) O Momento, 29 set. 1950, p. 5.

(6) O Momento, 25 jan. 1950, p. 5.

(7) O Momento, 27 jan. 1950.

(8) O Momento, 26 jan. 1950.

(9) O Momento, 01 fev. 1950.

(10) O Momento. 28 jan. 1950.

(11) O Momento, 28 fev. 1950.

(12) O Momento, 07 abr. 1949.

(13) AGT. Manifesto de apoio ao I Congresso dos Trabalhadores do açúcar; O Momento, 09 fev. 1950.

(14) Entrevista de Florisvaldo Viana, que como Secretário Geral da AGT, viajou pelo Recôncavo durante o período de preparação do I Congresso; O Momento, 24 fev. 1950.

(15) Entrevista de Florisvaldo Viana; O Momento, 3,4 mar. 1950.

(16) O Momento, 11 mar. 1949, p. 8.

(17) O Momento, 22 mar. 1950, p. 1-8.

(18) O Momento. 15 mar. 1950, p. 1-8.

(19) Resoluções do I Congresso dos Trabalhadores do Açúcar: jornal O Momento, 15 mar. 1950, p. 1-8.

(20) edição 14 set. 1950, p. 3-6.

(21) O Momento, 04 abr. 1950, p. 1-8.

(22) O Momento, 07 abr. 1950, p. 1.

(23) O Momento, 07 abr. 1950, p.2.

(24) O Momento, 11 abr. 1950, p.2.

(25) Estado da Bahia, 14 nov. 1950.

(26) O Momento, 28 nov. 1950, p. 1-6.

(27) O Momento, 30 nov. 1950, p. 2.

(28) O Momento, 26 abr. 1950, p. 2.

(29) O Momento, 03 abr. 1951, p. 1-4.

(30) O Momento, 31 maio 1950, p. 3; 04 jul. 1950, p. 3-5.

(31) O Momento, 13 abr. 1951, p. 1-6.

(32) O Momento, 15.04.1951, p. 1-6.

(33) O Momento, 15.04.1951, p. 1-6.

(34) edição de 23.05.1951, p. 1-6.

(35) O Momento, 23.06.1951, p. 3-5.

(36) O Momento, 26.08.1951, p. 2.

CAPÍTULO 6 - FIM DO INTERVALO RADICAL E RETORNO AO PACTO POPULISTA (1955 - 1964)

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Açúcar de Santo Amaro (S.T.I.A), conforme indicamos no Capítulo II, viveu de fevereiro de 1947 à outubro de 1952 sob a direção dos *"pelegos"* nomeados pelo Ministério do Trabalho, sob a forma de Juntas Governativas aliadas e submetidas ao controle do monopólio da Lavoura e Indústria Reunidas, empresa da Casa Magalhães no Recôncavo açucareiro.

Antes da eleição para o S.T.I.A realizada no 2º semestre de 1952, a primeira após a intervenção ministerial, observamos um redirecionamento da política comunista de negação das entidades oficiais em benefício dos sindicatos paralelos. Com o retorno dos trabalhistas ao governo essa perspectiva de mudança ganhou fôlego. Especialmente com o fim do controle policialesco sob as entidades sindicais e a suspensão do *"atestado de ideologia"*, anunciado por Vargas (1952, p. 322-325) em maio de 1951 sob a forma de discurso aos trabalhadores.

A política populista será retomada com o volta de Vargas ao poder. O primeiro passo nesse sentido seria justamente o restabelecimento do funcionamento normal dos sindicatos. Com o fim do atestado de ideologia estava aberta a porta para o retorno dos comunistas, afastados dos

sindicatos oficiais pela política repressiva do governo anterior. No discurso abaixo, o Presidente Getúlio afirmava aos trabalhadores:

> *Uni-vos todos nos sindicatos, como forças vivas e organizadas. As autoridades não poderão cercear a vossa liberdade, nem usar de pressão ou coação. O sindicato é a vossa arma de luta, a vossa fortaleza defensiva, o vosso instrumento de ação política. Na hora presente, nenhum governo poderá substituir ou dispor de força eficiente para suas realizações sociais, se não contar com o apoio das organizações operárias* (1952, p. 333).

Este discurso pode ser considerado um marco na retomada do pacto populista. A partir da dinâmica sindical criada pelo restabelecimento das eleições sindicais, suspensas há aproximadamente cinco anos, verificou-se um amplo processo eleitoral por *"alguns milhares"* de sindicatos pelo país (MORAES FILHO, 1978, p. 293). A possibilidade de retornar às direções sindicais, aberta por essa medida, era o elemento que faltava para os comunistas reorientarem sua política sindical.

Um momento decisivo desse retorno ocorreu na greve nacional dos 100 mil marítimos, em junho de 1953 (um ano após a resolução que propunha a volta aos sindicatos oficiais). Nessa oportunidade foi apresentada ao Presidente Vargas, pelo sindicato, a reivindicação de destituição da diretoria da Federação dos Marítimos. Esse pedido de intervenção do Ministério do Trabalho num órgão de classe,

por uma categoria tradicionalmente dirigida pelos comunistas, era a renúncia expressa a qualquer pretensão de independência política e autonomia organizativa, indicando a linha sindical que seria seguida até 1964 (1).

O dirigente comunista, Ramiro Lucchesi, em artigo analisando a trajetória sindical dos comunistas e, especialmente, defendendo a C.T.B, como *"única central sindical dos trabalhadores brasileiros"*, relata o processo de retorno aos sindicatos. Para este articulista, a C.T.B., no *"Manifesto de 08 de Junho de 1951"* havia reconhecido que a orientação sindical anterior, de fundar associações profissionais paralelas, *"era falsa e estreita"*. Após um exame autocrítico, este Manifesto afirmaria:

> *A Confederação dos Trabalhadores do Brasil chama os trabalhadores a ingressar nos sindicatos e neles lutar decididamente pelas suas reivindicações independentemente da vontade do governo, dos pelegos e lacaios dos patrões* (2).

Tais informações confirmam a opinião de Prestes sobre a *"tão grande vontade dos comunistas"*, durante o Intervalo Radical (1948-52), *"de participarem dos sindicatos legais"* (MORAES E VIANA, p. 119).

Essa orientação se antecipava à Resolução Sindical do PCB, que, como já assinalamos, só confirmaria a mudança de tática em junho de 1952. Na Bahia, contudo, desde a

realização do IV Congresso dos Trabalhadores Baianos, em janeiro de 1950, que a proposta de reconquistar os sindicatos sob intervenção estava em discussão no movimento sindical de influência comunista, como observamos no capítulo 4.

Aos nossos olhos, entretanto, será mesmo a partir do segundo semestre de 1952 que começaria a viagem de volta do PCB ao pacto populista, inicialmente através das alianças sindicais com os trabalhistas, para, em seguida, ser completamente absorvido pela ideologia nacional-populista que predominará até 1964.

No mesmo sentido, também o Intervalo Radical começa a se extinguir numa trajetória que só se completará com o Manifesto de 01.09.1954, lançado após o suicídio de Getúlio. Nesta oportunidade, será o próprio PCB quem convocará os varguistas a retomarem a aliança iniciada ainda durante o Estado Novo, num apelo que chega a reivindicar sua significativa herança de colaboração de classes.

6.1 RETOMADA DA ESTRUTURA SINDICAL: O CASO DO S.T.I.A

No Recôncavo, porém, esse debate ressoaria já em 1951, com o começo do processo de enfraquecimento do órgão paralelo, a Sociedade União dos Artífices Santamarenses. A partir da deflagração do processo eleitoral do Sindicato Oficial em 1952, seria desferido o golpe fatal na existência desta Sociedade.

Com a retomada do processo eleitoral do sindicato, caberia aos próprios ex-dirigentes, trabalhistas, comunistas ou independentes, a iniciativa de organizar a oposição aos integrantes da Junta Governativa que pretendiam continuar na direção do sindicato, certamente, apoiados pelos usineiros.

A retomada do sindicato foi dirigida, hegemonicamente, por militantes próximos ao núcleo trabalhista da diretoria destituída em 1947, mas, contando também com a participação minoritária dos militantes do PCB. O encabeçador da chapa de oposição seria Edmundo Ribeiro, Delegado Sindical na Usina São Carlos (3) e veterano da diretoria presidida por Otávio Nunes. O prestígio deste, destituído do sindicato pela DRT e afastado da categoria pela S.A. Magalhães, seria o principal fator de influência dos trabalhistas junto a categoria e teria um papel importante nessa eleição.

A forte repressão sobre os comunistas, a demissão e perseguição de suas lideranças e, também, o fato destes privilegiarem o trabalho junto aos assalariados agrícolas, não sindicalizados pelos pelegos (4), fazia com que não tivessem maior influência no setor operário das usinas, o único que participaria nestas eleições. Assim, observaremos uma tímida cobertura de *O Momento* sobre o processo de preparação das eleições, bem como a ausência das tradicionais bandeiras do PCB no programa da chapa.

Duas chapas disputaram a eleição. A Chapa 1, de Edito Teles, o Didi, representando a política anterior. A oposição, sem exagero, o acusava de *"agente servil para a maior exploração dos trabalhadores e para impedir que estes se empenhassem organizadamente em lutas por melhores condições de vida e de trabalho"*. E a Chapa 2, representando a oposição, e liderada por Edmundo Ribeiro, o que significava, mesmo não sendo comunista, o rótulo de agente a serviço da subversão.

O programa da oposição previa, entre outras reivindicações: a sindicalização dos assalariados do campo, uma vez que pagavam imposto sindical; pagamento do repouso semanal remunerado a todos os trabalhadores; aumento salarial acima do salário mínimo; fim da assiduidade de 100%, utilizada para reduzir os dias de férias;

transferência da sede do sindicato do Distrito de Terra Nova para Santo Amaro; lutar contra o Vale e o Barracão, etc. (5).

Os nomes escolhidos para defenderem esse programa foram: Edmundo Gonçalves Ribeiro, José Menezes Teixeira, Liberato Lauro Mendonça, José Barreto Campos, José Odorico da Silva e Edvaldo Costa Maia, além de outros seis, entre efetivos e suplentes, do Conselho Fiscal; dentre eles, José Pinto Teles.

Maru Costa, militante do PCB em Santo Amaro, identificou, ao menos, dois dos integrantes desta chapa como quadros comunistas: Edvaldo Costa Maia e José Pinto Teles (6).

A oposição venceu em todas as urnas, apesar do apoio dos usineiros à Chapa 1. Foram 799 votos contra 235. Uma diferença de 564 votos. Nas usinas São Bento e São Carlos a chapa da situação não passou de dois votos. Somente em Terra Nova e Aliança os pelegos tiveram votação significativa, 82 e 95 votos respectivamente, confirmando o maior controle patronal verificado nestas empresas (7). A nova diretoria assumiria o sindicato em dezembro de 1952.

6.2 SINDICATO DOS TRABALHADORES NA LAVOURA CANAVIEIRA DO ESTADO DA BAHIA

Quando a eleição de uma nova diretoria para o sindicato parecia indicar uma nova fase de articulação entre trabalhistas e comunistas no sentido de uma atuação unitária que congregasse os operários e os assalariados da indústria de açúcar, verificamos justamente o contrário. Os comunistas passaram a organizar a fundação de um novo sindicato. Desta vez procurando o reconhecimento oficial do Ministério do Trabalho.

Assim nasceria, em 26 de setembro de 1954, numa assembléia realizada no Cine Subaé, em Santo Amaro, o Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura Canavieira do Estado da Bahia (8). A base legal para a criação de sindicatos de trabalhadores agrícolas tinha sido estabelecida, através de Decreto, desde o final do primeiro Governo Vargas, em novembro de 1944, quando o então Ditador passou a praticar uma política mais flexível em relação à questão sindical. Porém, a regulamentação da sindicalização só aconteceria em 1962 (9).

O discurso da nova entidade apontava para a necessidade de unificação dos trabalhadores das usinas, assalariados do campo e da fábrica, embora não ficasse claro em que bases.

Se sob o comando da nova entidade e, conseqüentemente, da nova direção, ou, se pela fusão com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Açúcar. Ou, ainda, pela atuação planejada conjuntamente pelas duas entidades, como dava a entender os apelos aos operários para prestarem apoio à organização dos assalariados agrícolas (10).

Qualquer que fosse a proposta do novo sindicato, o fato é que uma nova entidade legal entre os trabalhadores do açúcar, e sob o comando dos comunistas, não teria a simpatia dos trabalhistas que, por certo, se oporiam a criação de um outro órgão de classe numa mesma base territorial. Estabelecida a divergência, a unidade destes grupos ficaria comprometida.

Contraditoriamente, isso ocorreria no momento que o PCB lança o manifesto de 11 de setembro de 1954, e Prestes publica em a Voz Operária (02 out. 1954) o artigo *"Comunistas e Trabalhistas, Ombro a Ombro na Luta Contra o Inimigo Comum"*, concitando os trabalhistas à luta *"pela defesa da Constituição"* e das *"conquistas sociais"*. Localizando nestes dois pontos a essência da união agora proposta, o Secretário Geral do PCB afirma:

> *Mais do que nunca, estão claro para nós os motivos que durante anos nos levaram frequentemente lutar juntos. Lutamos juntos desde o envio da F.E.B. à Europa, pela anistia em 1945, pela Assembléia Constituinte. Temos lutado juntos nas greves gerais do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, como*

No Recôncavo essa perseguição teria continuidade durante o governo de Antonio Balbino (1955-59), apesar da mudança tática dos comunistas. O alvo mais uma vez foram os militantes e sindicalistas junto aos trabalhadores do açúcar. Em maio de 1955, a polícia, atuando sob a coordenação de prepostos da S.A. Magalhães, prendeu o Presidente do Sindicato dos Assalariados da Lavoura, João Anastácio, o 1º Secretário, Francisco Azevedo Luciano, em suas próprias residências, além de um terceiro dirigente, José Virgílio de Menezes, quando este trabalhava no canavial (20).

A Associação Geral dos Trabalhadores enviou um advogado à Santo Amaro com o objetivo de impetrar um *Habeas Corpus* em favor dos presos. Tratava-se, pelas evidências, de um atentado contra o direito a livre associação profissional ou sindical, assegurado constitucionalmente, uma vez que o único crime praticado por aqueles cidadãos tinha sido a criação do sindicato que eles dirigiam e que tinham, inclusive, pedido registro legal ao Ministério do Trabalho.

Portanto, nessa conjuntura, apesar da ação sindical ter abandonado a radicalidade do período anterior, a repressão política não descansaria.

No panorama nacional, outro aspecto ainda deve ser ressaltado. Em todo o país, os movimentos reivindicativos

Apesar dessa disposição para lutar, observada entre os trabalhadores, é pertinente observar que em geral as reivindicações eram muito tímidas, inclusive se comparármos os índices de aumento concedido ao salário mínimo (100%) e aqueles reivindicados pelos canavieiros.

Após 1954, e mais claramente depois das greves deflagradas por ocasião do aumento de 100% no salário mínimo, será perceptível a ausência de uma marca consagrada nas lutas do Intervalo Radical: o método da ação direta praticado aguerridamente pela SUAS. Os tempos eram outros. Não mais de sindicatos paralelos ou iniciativas combativas. A linha política do PCB, mais uma vez, traria reflexos significativos nas lutas dos trabalhadores.

Na Bahia, por seu turno, o governo de Régis Pacheco (1951-54), trouxe um recrudescimento da perseguição aos militantes comunistas, que foram vítimas de diversas prisões. Em julho de 1953 O Momento, porta voz dos movimentos sindical e comunista, seria *"empastelado"* pela segunda vez. A polícia entendeu que uma carroça com chumbo dirigida para a oficina do jornal era material bélico subversivo. Sob esse pretexto invadiram a redação do jornal, depredando-o (FALCÃO, 1988, p. 387).

direção da empresa a negociar com os grevistas, cedendo à pressão e oferecendo um aumento que elevaria o preço da tonelada para Cr$ 10,oo, pondo fim a greve (17).

Na FAZENDA FELIPE da Usina Terra Nova, movimento semelhante foi desencadeado pelos cortadores de cana. Também neste caso a reivindicação era o aumento de 50% no preço da cana cortada (18).

Como as demais greves do período, também essa se inseria na perspectiva de alcançar o aumento do salário mínimo concedido pelo Governo Vargas. Argumentavam que a remuneração de um trabalhador era, depois de efetuados os descontos de praxe, inferior ao antigo salário mínimo. Depois do aumento de 100% concedido pelo governo essa situação ficou insustentável.

Este aumento do mínimo parece ter repercutido favoravelmente nos ânimos dos trabalhadores. Elemento indicativo disso pode ser encontrado nas várias iniciativas grevistas isoladas ocorridas nas fazendas e usinas do Recôncavo.

Para a aplicação do novo salário mínimo foram à GREVE, além das fazendas referidas, trabalhadores da USINA CINCO RIOS, de propriedade de Clemente Mariani, além das USINAS ALIANÇA E PARANAGUA (19).

Somente em outubro de 1954, os trabalhadores agrícolas da Santa Elisa apareceriam como protagonistas de um movimento reivindicativo. Paralisaram o trabalho do corte da cana exigindo um aumento do preço da tonelada cortada. O movimento, vitorioso, conseguiu elevar o preço do corte de Cr$ 8,oo para Cr$ 12,oo; um aumento de 50% (15).

Cinco meses depois, nas Fazendas Beriquara e Bananeiras, também de propriedade dessa usina, os trabalhadores do campo realizaram um interessante protesto contra o trabalho aos domingos que passava a ser exigido pelo patrão. Este, para tanto, transferira o pagamento da quinzena de sábado para o domingo, após o término da jornada de trabalho.

No domingo, os trabalhadores não compareceram ao campo e exigiram o pagamento ao administrador, que foi obrigado a efetuá-lo. Os canavieiros prolongaram o seu protesto só voltando ao trabalho na terça-feira (16).

De volta à cena na USINA SÃO CARLOS, os trabalhadores da FAZENDA BOTELHO, em outubro de 1954, paralisaram o corte da cana reivindicando aumento de 7 para 15 cruzeiros por tonelada cortada.

O movimento coletivo, iniciado dia 8 nesta Fazenda, contou com a adesão massiva dos canavieiros, forçando a

contrário foi para o Recôncavo, provavelmente, por alocação do Partido Comunista. Elson era um quadro experiente, basta lembrar que cinco anos antes fora o Presidente da Associação Geral dos Trabalhadores, na gestão responsável pela realização do IV Congresso dos Trabalhadores Baianos, em 1950. Em 1956, permanecia no sindicato da lavoura ocupando o posto de secretário.

Mas um sindicato legal dirigido pelos *"agentes de Prestes"* não seria bem visto, principalmente, pelos proprietários de usinas e engenhos, bem como pela polícia, cuja repressão ao movimento comunista ganhava vulto na Bahia durante o governo de Régis Pacheco.

6.2.1 GREVES PELA APLICAÇÃO DO NOVO SALÁRIO MÍNIMO (1954)

A participação deste sindicato em lutas da categoria, teria seus primeiros registros nos movimentos da Usina Santa Elisa; empresa pequena, localizada nas proximidades de Santo Amaro, em terreno bastante acidentado. A Santa Elisa, até o início da década de 50, não fazia parte do monopólio S. A. Magalhães e, talvez por isso, não freqüentava as denúncias de exploração e desrespeito aos direitos dos trabalhadores.

Menezes, o mesmo interventor de antes. O presidente Edmundo Gonçalves fora afastado em virtude de "*desfalque nos cofres do sindicato*" (13).

Com as dificuldades crescentes no STIA, os comunistas, que não mais apresentavam a combatividade e o ímpeto militante presente nos tempos do Intervalo Radical, ao que indicam as evidências, preferiram concentrar suas ações junto aos assalariados agrícolas, deixando em segundo plano os operários das usinas.

As primeiras atividades do novo sindicato foram voltadas para a realização de reuniões e assembléias, cuja principal função era ganhar a adesão dos trabalhadores para a nova agremiação. Assim, até fevereiro de 1955, quando "*quase meio milhar de assalariados agrícolas*" se reuniu para deliberar pelo pedido de registro do "*órgão de classe*" junto ao Ministério do Trabalho (14), várias assembléias tinham sido convocadas.

A diretoria provisória eleita pela assembléia que deliberou pelo registro oficial, ficou assim constituída: João Anastácio de Azevedo, Elson Gonçalves e Pedro Casimiro. Merece destaque a inclusão de Elson Gonçalves nesta diretoria, uma vez que parece ter sido a principal referência deste sindicato nos anos seguintes. Não por acaso. Este militante não é originário dos canavieiros; ao

de São Paulo. Nas manifestações contra o golpe de 24 de agosto em todo o Brasil, comunistas e trabalhistas lutaram juntos e juntos derramaram seu sangue (11).

Esses documentos marcam, de forma explicita, a reinserção do PCB ao pacto populista; a nosso ver, fecham a transição do periodo que chamamos de Intervalo Radical para reintegrar-se à velha política populista.

No Recôncavo, apesar dos comunistas terem buscado, a seu modo, construir essa unidade, as possibilidades de êxito, a nivel sindical, estavam comprometidas pela divisão na base dos trabalhadores do açúcar.

Por outro lado, durante esse período de organização da nova entidade sindical, surgiram as primeiras denúncias contra a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Açúcar. Acusavam o Presidente Edmundo Gonçalves de não ter convocado as eleições sindicais no final de seu mandato. Um grupo de associados, caso não fosse convocadas as eleições, ameaçava entrar com um mandado de segurança na justiça para obrigar a diretoria a fazê-lo. Além disso, o presidente era acusado de estar roubando o dinheiro da entidade (12).

De fato, em junho de 1955 o S.T.I.A voltaria a ser administrado por um uma Junta Governativa nomeada pelo Ministério do Trabalho e presidida por Edito Teles de

dos assalariados agrícolas das usinas de açúcar, do café, etc. repercutiam na Justiça do Trabalho. Em 1956 o Tribunal Superior do Trabalho reconhecia aos colonos e assalariados agrícolas o direito a férias remuneradas. No ano seguinte, o Tribunal Regional de São Paulo garantiria o direito ao salário mínimo (Medeiros, 1989, p. 83). Assim, a nível formal, as lutas desses trabalhadores iam antecipando a legislação de proteção do trabalho rural, que só seria aprovada em 1962 (21).

Essas vitórias judiciais, em seguida, levariam a jurisprudência a definir os assalariados da agroindústria como trabalhadores industriais e, por conseguinte, a considerá-los representados pelos Sindicatos da Indústria do Açúcar. No Recôncavo, entretanto, isso só viria a ocorrer de fato a partir de 1962, quando este sindicato assumirá a representação dos assalariados agrícolas (22). Até este ano, o Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura desenvolverá as principais iniciativas no campo.

6.3 REPRESENTAÇÃO DE CLASSE TIPO SINDICATO-ESTADO

Atuando segundo uma nova orientação política, radicalmente distinta da adotada entre 1948 e 1952, os militantes comunistas ou influenciados por estes, à frente

do Sindicato dos Assalariados na Lavoura Canavieira, imprimiam uma nova dinâmica às lutas dos trabalhadores. O ímpeto reivindicativo e as lutas impulsionadas pela ação direta foram, paulatinamente, dando lugar a uma política sindical de conciliação, sem as iniciativas caracterizadas pela combatividade militante de outrora. Seria uma ação caracterizada pela institucionalização do processo revindicativo da classe. Uma representação do tipo sindicato-estado.

Nesta linha, a maior mobilização realizada pelo Sindicato dos Assalariados da Lavoura será a preparação da Conferência de Estudos e de Defesa das Leis Sociais, cuja Convenção municipal de Santo Amaro, anterior ao encontro estadual, teria contado com "relevante" participação dos assalariados agrícolas.

"Centenas" de canavieiros e representantes de sindicatos de *"estivadores e arrumadores superlotaram a sede do sindicato dos trabalhadores agrícolas para discutirem importantes problemas"*, inclusive *"o nível do salário mínimo para a região de 2.600 cruzeiros"*. Doze delegados foram escolhidos para representarem os trabalhadores santamarenses na Conferência Estadual (23).

O movimento reivindicativo verificado entre 1948 e 1954, embora tenha conquistado algumas vitórias, não seria

suficiente para impedir que os patrões voltassem a descumprir as leis sociais. Também essa Conferência, mesmo com a presença do Governador Antonio Balbino e do Ministro do Trabalho, não seria a redentora dos trabalhadores baianos. Assim, as denúncias de descumprimento das leis trabalhistas e sociais se multiplicariam após este evento.

Nesse sentido, o Deputado Trabalhista Clemens Sampaio se referia a uma paralisação dos serviços, como protesto pela tentativa das usinas de impedir os operários de assinarem o ponto antes de se iniciar o trabalho. Essa manobra estava em curso em março de 1956 e tinha por objetivo descaracterizar o vínculo empregatício. As usinas foram obrigadas a recuarem. Antes, porém, tentaram intimidar os trabalhadores através da DRT, ameaçando-os de enquadrá-los no Decreto-Lei anti-greve 9.070, que previa severas punições aos grevistas.

Outra modalidade de fraude à lei foi introduzida pelas usinas nesse ano. Trata-se da falsa empreitada, precursora da terceirização. As empresas *"empreitavam"* os serviços a um de seus funcionários com cargo de chefia, obrigando funcionários com dez, vinte anos de serviço a trabalharem vinculados ao *"empreiteiro"*, mascarando a relação empregatícia.

Prosseguindo em suas denúncias, Clemens Sampaio refere-se, ainda, ao extorsivo desconto por moradia. Para o salário mínimo regional de 1.350 cruzeiros, as usinas descontavam 420 cruzeiros a título de aluguel por *"casas que mais parecem chiqueiros"*, sendo esse preço por cada operário que habite numa mesma casa.

Finalizando seu discurso num arroubo de populismo, o Deputado diz que, na hipótese do Ministério do Trabalho não solucionar o problema, irá:

> *... pessoalmente comandar a paralisação do serviço dos trabalhadores, liderá-la em sinal de protesto e (assumir) a responsabilidade pessoal por isso, pois uma calamidade como esta não poderá continuar com o indiferentismo das autoridades* (24).

Além da prática da empreitada, o ano de 1956, para os trabalhadores do açúcar, seria marcado pelo incremento do desemprego em proporção nunca vista na região. As denúncias de despedida de operários se sucediam nas usinas D. João, Paranaguá, Passagem e, principalmente, em São Carlos, onde na última semana de junho do ano referido 58 operários foram despedidos. Estava dada a senha para o fechamento definitivo desta empresa, a principal base do movimento reivindicativo dos operários e assalariados do campo (25).

Outra forma de prejuízo causado aos trabalhadores era a transferência de operários de uma usina para a outra,

inclusive com permuta de empregados entre duas usinas. Assim, dezenas de trabalhadores da São Carlos foram transferidos para a Aliança e os desta para outras. O objetivo era anular direitos adquiridos ao longo de anos de trabalho. Antes dessas transferências, papeis em branco eram distribuidos para os incautos assinarem. Dessa manobra surgiria, além dos prejuizos trabalhistas, mais um problema para os transferidos: o transporte para o novo local de trabalho.

Em geral, fizesse chuva ou sol, o veiculo para transportar os operários de uma usina para outra seria sempre um caminhão sem a menor proteção, seja cobertura ou bancos de assento (26).

Também o agravamento da crise econômica da lavoura canavieira, que na segunda metade da década de 50 levou ao fechamento de algumas usinas e a um grande número de desempregados na categoria, como assinalamos na Parte I, influenciava o ritmo e as formas das lutas sindicais.

É nessa conjuntura que os comunistas caminhavam para afirmar que a contradição entre o capital e o trabalho não exigia uma solução radical naquele momento, passando os sindicalistas do PCB, em vários casos, a *"desempenhar uma função amortecedora, apaziguadora, diante das lutas da classe operária"*, conforme auto-critica feita em 1959 (27).

Essa afirmação, da própria imprensa comunista, pode, perfeitamente, ser aplicada ao Recôncavo. Após 1955, a ação sindical nesta região estava reduzida a ofícios solicitando providências às empresas e à DRT, que sequer eram respondidos, e a Reclamações Trabalhistas, desencadeando longas batalhas judiciais.

Os sindicatos - tanto dos trabalhadores na indústria, dirigido pelos trabalhistas ou interventores, quanto dos assalariados da lavoura canavieira, comandado pelos comunistas - não conseguiam sair do plano das denúncias. Elson Gonçalves, ex-presidente da A.G.T., e nesse período secretário do sindicato da lavoura afirmava:

> *A LIR está no firme propósito de não nos pagar o salário mínimo ... e, ainda, nos cobrar aluguel de seus casebres, coisa contrária à lei 6.969 e de não assinar nossas carteiras profissionais.*

Além disso, reclamava o sindicalista da intensa contra-propaganda feita pelas usinas contra o sindicato, *"taxando-o de subversivo"*, assim, intimidando e afastando *"os trabalhadores de seu órgão de classe"* (28). O estigma de comunista nessa região, sem dúvida, deveria dificultar o trabalho dos sindicalistas, sobretudo nas áreas de menor tradição organizativa, pois, segundo João Falcão, o epíteto de *"comunista"* era equivalente ao de marginal (29).

O sindicato se mexia, porém, apenas nos estreitos limites da cobrança às autoridades. Esperavam destas as soluções para os problemas enfrentados pelos trabalhadores. Seus meios de luta em nada lembravam a SUAS.

Em julho de 1956, o Sindicato da Lavoura enviou um "*Memorial*" ao Presidente da República, ao Governador do Estado, ao Ministério do Trabalho e aos Deputados Vieira de Melo e Waldir Pires. Denunciava a situação de vida dos canavieiros e solicitava providências no sentido de forçar as usinas a cumprirem o Decreto de aumento do salário mínimo, e de assinarem a carteira profissional. Providências que, esperava, levariam também ao pagamento das férias e indenizações devidas. O "*Memorial*" foi assinado por 40 trabalhadores, número não significativo, que pode indicar baixa representatividade.

O sindicato teria recebido um telegrama da Presidência da República comunicando que as reivindicações seriam solucionadas. Os trabalhadores "*esperam agora que as providências mencionadas sejam adotadas imediatamente*", declaravam os dirigentes sindicais (30).

Após passados seis, sete anos do ascenso grevista de 1949-50, observaremos o retrocesso em algumas conquistas obtidas naqueles movimentos, como por exemplo a assinatura nas carteiras de trabalho e o pagamento das férias.

Em que medida esse retrocesso está relacionado com o recuo do movimento grevista ? Quais são as causas desse recuo ? Pode o mesmo ser explicado, unicamente, pela mudança de linha política do PCB ? Ou estaria relacionado a uma derrota do movimento operário na região, dobrado pela reação policial e pela perseguição patronal ?

As respostas às questões acima não são simples. Para se tentar respondê-las, deve-se considerar a conjuntura de crise da produção açucareira, especialmente o fechamento de algumas usinas. Por conseguinte, a política de desemprego, imposta no período, também foi um fator que, certamente, influenciou negativamente o ímpeto reivindicativo dos trabalhadores.

Ademais, não se deve desconsiderar que os trabalhadores do Recôncavo se moviam dentro dos limites de um ambiente repressivo de uma indústria tradicional e decadente como a açucareira.

Contudo, é provável que a mudança da tática comunista tenha exercido um papel importante nesse processo, embora não se deva exagerar a sua dimensão. Na medida que os comunistas passaram à crítica da linha política do Manifesto de Agosto, tenderam a desenvolver uma política diametralmente oposta a que praticaram em seu breve período esquerdista. Tenderam à uma acomodação das lutas nos limites

institucionais. Negligenciaram no estímulo à ação autônoma da classe, notadamente abandoram a formação de comissões de empresa e suas pautas reivindicativas.

O que se passava na Bahia, mais uma vez, era reflexo de uma orientação que se aplicava ao sindicalismo a nível nacional. Para o segmento privado da economia, como observou Weffort (1972, p. IV-31), estava em curso uma institucionalização cada vez maior da prática sindical, cuja ação deveria estar, nas palavras de Prestes: *"de acordo com a estrutura legal da organização sindical brasileira"*.

Nessa direção, e conforme a lógica da ideologia nacionalista em voga, os comunistas chamavam a atenção para seus objetivos estratégicos, considerando *"vulgar economicismo"* e nociva *"a preocupação que ainda existe em radicalizar ao máximo a luta de classe entre o proletariado e a burguesia na atual etapa da revolução brasileira"* (31).

As conseqüências dessa orientação, no Recôncavo, parecem ter sido a cristalização de uma prática sindical reivindicativa no sentido Direção Sindical - Estado, em substituição a prática reivindicativa Comissões de Trabalhadores - Patrões. E mais, como vimos acima, substituiu-se a recomendação aos trabalhadores de agirem por seus próprios meios, pelo conselho de aguardar as

providências das autoridades, instigando-os a uma postura de passividade.

6.4 OUTROS ASPECTOS DO SINDICALISMO POPULISTA NO RECÔNCAVO

Naturalmente a nova linha sindical comunista se aproximava da política trabalhista. Apesar disto, a unidade sindical entre comunistas e trabalhistas não foi possível no Recôncavo, provavelmente, até 1962. A razão disto estaria relacionada à representação sindical dos canavieiros. De qualquer sorte, este foi mais um fator que contribuiu para a fragmentação da organização e da representação dos trabalhadores do açúcar, que ficaria, durante oito anos, dividida entre os sindicatos dos assalariados da lavoura e sindicato dos operários das usinas.

Por seu turno, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Açúcar, após o afastamento de Edmundo Gonçalves por corrupção, continuaria sob a direção da Junta Governativa até maio de 1956, quando assume nova diretoria presidida por José Mário Alves dos Santos, para um mandato de dois anos.

Até 1958, o S.T.I.A registra um funcionamento meramente burocrático. As ações se restringiam a iniciativas

judiciais patrocinadas pelos advogados José Teixeira em Salvador e Péricles Amorim (depois José Antonio Freitas Paim), em Santo Amaro (32).

Na gestão seguinte, com a reeleição de José Mário Alves dos Santos, através de eleição por chapa única, a vida sindical dos operários do açúcar continuaria no mesmo ritmo. Esse marasmo seria quebrado, apenas, uma única vez, em janeiro de 1958. Nesta oportunidade, os operários das usinas Terra Nova e Aliança interromperam o trabalho, entre os dias 4 e 9 exigindo da Lavoura e Indústrias Reunidas o cumprimento de sentenças judiciais não observadas pela empresa. Com a mediação do Delegado Regional do Trabalho, que se deslocou até Terra Nova, a greve foi encerrada (33).

O acordo que pôs fim a greve previa: cumprimento de decisões judiciais que mandava suspender o rebaixamento de salários de 10 operários; remédios gratuitos para os operários e familiares; restabelecimento da condução para os operários da usina São Bento que foram transferidos para a Aliança, após o fechamento desta; devolução de descontos ilegais nos salários de um administrador (34).

Apesar desse movimento, uma profunda dependência dos dirigentes em relação ao Delegado Regional do Trabalho caracterizava a atuação do sindicato, nesse período. Nenhuma

iniciativa era tomada sem a prévia consulta ou autorização deste.

Em agosto de 1959, em seu segundo mandato, o presidente José Mário Alves do Santos que só havia realizado reunião de diretoria para aumentar sua gratificação de 5 para 6 mil cruzeiros (35) (além de duas outras para aprovar orçamento e contas anuais) renunciou sem que o secretário aceitasse substituí-lo. Foi necessária a presença do Delegado Regional do Trabalho para realizar uma assembléia e empossar o tesoureiro, Euzébio Bispo da Silva, no cargo de presidente (36).

O ano de 1960 foi de muitas articulações e Congressos Sindicais. Em Recife ocorreu o 1º Congresso Sindical do Norte - Nordeste. Meses depois realizou-se o III Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores, concretizando uma deliberação da II Conferência Sindical Nacional ocorrida no Rio de Janeiro no ano anterior. Na pauta do Congresso temas que davam a dinâmica da vida sindical, como reforma e melhoria da legislação trabalhista, previdenciária e sindical; atuação dos trabalhadores nas lutas pela emancipação econômica e política do país; legalização do PCB; organização e luta dos trabalhadores agrícolas (TELLES, 1981).

Neste mesmo ano, realizaram-se eleições para a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar, ocorridas a 3 de julho. O S.T.I.A contava, então, com 1.070 associados em condição de votar. Duas chapas concorreram ao pleito. A primeira, situacionista, foi integrada por Domingos Lima Conceição, João Jorge Bispo e José Jonas dos Santos, todos da Usina Terra Nova; o Conselho Fiscal, por Pedro Antonio de Barros, José Estevão da Anunciação e Matias Alves de Jesus.

A segunda Chapa, oposicionista, estava liderada por Nemézio Muniz Barreto Filho, Vivaldo Cidreira Paim e Valdemar Franklin dos Santos; o Conselho Fiscal, por José Otacílio Teixeira, João Capistrano Neto e Reginaldo Cardoso; representantes no Conselho da Federação, Mário Oliveira, José Higino Melo e José dos Santos (37).

A eleição foi vencida pela chapa encabeçada por Domingos Lima Conceição, que tomou posse na direção em 31 jul. 1960, afirmando ter recebido *"o sindicato das mãos dos seus antecessores com a situação financeira estável"* (38).

Algumas iniciativas solicitando fiscalização do Ministério do Trabalho foram tomadas por essa diretoria. Em decorrência das denúncias do sindicato, o Delegado Regional do Trabalho, Amadis Barreto, esteve inspecionando as usinas Passagem, Cinco Rios e Terra Nova.

Apesar de ter realizado essa inspeção na companhia do Presidente do Sindicato patronal, o Delegado do Trabalho disse ter encontrado *"várias e graves irregularidades"*, como a falta de registro de empregados, de higiene e segurança no trabalho; jornada de trabalho de 12 horas consecutivas, sem ao menos um intervalo para alimentação.

Apesar de comprovar, em loco, as repetidas denúncias dos trabalhadores, Amadis Barreto preferiu tentar negociar com os representantes das empresas antes de adotar medidas punitivas, considerando para tanto que a intervenção do Ministério deveria pautar-se pela conciliação entre capital e Trabalho, *"não devendo servir de instrumento para agitar a questão social"* (39).

Novas denúncias foram registradas pelo Presidente do Sindicato, Domingos Lima Conceição, junto ao Delegado Regional do Trabalho. Desta vez contra as usinas Passagem, Dom João e Paranaguá, que continuavam desrespeitando a legislação trabalhista. No discurso do sindicalista, entretanto, a reivindicação de aumento salarial deveria ser precedida de gestões junto ao Instituto do Açúcar e do Álcool no sentido de, antes das negociações salariais, se obter um aumento dos preços do açúcar, para que não restasse aos usineiros justificativa à não concessão do aumento (40).

Desse modo, também no Recôncavo teríamos um exemplo da política de *"aliança triangular"*. Esta forma de aliança, conforme Weffort (1972, IV), comum ao sindicalismo nacional-populista, assumia a forma de um triângulo por envolver três partes (vértices) bem definidas: 1- o sindicato; 2- o empresário (*"a burguesia nacional"*); e, 3- o Estado, representado no caso pelo IAA.

Essa política sindical em determinadas categorias, com tradição e organização de lutas, implicava em maiores contradições em decorrência da prática reivindicativa dos trabalhadores no interior das empresas. Contudo, no Recôncavo desse período, essa postura reivindicativa inexistia na categoria e no STIA. De sorte que, a *"aliança triangular"*, neste caso, aponta para a natureza mais harmônica que conflituosa dos seus integrantes.

Por outro lado, a política de reivindicar aumento dos preços para tentar reajustar salários ia de encontro à lógica de resistência dos trabalhadores em Salvador. Nesta cidade, as lideranças articulavam seus sindicatos e organizações populares para a luta contra o aumento dos alimentos; dessa articulação partiu a iniciativa de se realizar, meses depois, a *"Semana de Combate a Carestia"* (41).

Assim, ao propor o aumento do preço do açúcar, os dirigentes do sindicato dos trabalhadores da indústria entravam em contradição com um movimento que procurava aglutinar as camadas proletárias baianas contra a elevação dos preços dos gêneros alimentícios.

Enquanto Domingos Lima da Conceição esteve à frente do S.T.I.A (1960-62), a direção da LIR não só frequentava este órgão de classe, como também seu preposto Salin Salomão era o principal orador durante os eventos commemorativos ao dia do trabalho, participando também com constância das reuniões de diretoria. Também frequentavam o sindicato funcionários e diretores do IAA, Sindicato dos Plantadores de Cana e Prefeitura de Santo Amaro (42).

Além de fácil relacionamento com representantes da classe dominante local, essa diretoria se preocupava, preventivamente, com a possibilidade de agitação nas usinas. Exemplo maior disso ocorreu durante a crise política da renúncia de Jânio Quadros, quando organizou reuniões nas usinas para prevenir os operários contra possíveis perturbações da ordem no trabalho (43).

Ao contrário do Recôncavo, a Zona da Mata Pernambucana e o Norte Fluminense registravam, nos anos 60, forte influência comunista. Em Campos, os trabalhadores agrícolas das Indústrias de Açúcar estavam sob a liderança dos

militantes do PCB. De Palmares - Pe., Gregório Bezerra, comunista histórico, se projetava como principal liderança dos assalariados da lavoura canavieira de uma região que envolvia 21 municípios (VINHAS, 1982, p. 188 e 192).

Em nível da mobilização desses trabalhadores, isso representou uma maior movimentação reivindicativa. Merece destaque a greve dos 200 mil canavieiros pernambucanos de 1963 (44). Reivindicando aumento salarial e uma tabela de tarefas, essa greve unificou dos militantes comunistas aos agentes católicos, passando pelas ligas camponesas e pelo apoio do Governador Miguel Arraes, que não usou a polícia como força de repressão, deixando essa tarefa exclusivamente para os usineiros e donos de engenho.

Os canavieiros pernambucanos, nessa greve, conquistaram aumento salarial de 80%, registro em carteira profissional, pagamento do 13º salário e outras obrigações legais, além de delegado sindical com estabilidade no emprego (MEDEIROS, 1989, p. 72).

Na Bahia, em 1962, um nova eleição sindical é realizado no S.T.I.A com a vitória do líder Nemézio Muniz Barreto Filho. Este sindicalista, que havia sido derrotado em 1960, assume em 06.08.1962, anunciando *"novas diretrizes no sindicato dos trabalhadores do açúcar"* (45).

é desta gestão o processo de filiação massiva dos assalariados agrícolas ao Sindicato dos Trabalhadores da Indústria, colocando fim a dualidade de representação sindical dos trabalhadores do açúcar.

Em novembro de 1963, o Ministério do Trabalho regulamentou o processo de sindicalização dos trabalhadores rurais. Imediatamente, centenas de assalariados da cana foram filiados ao S.T.I.A (46). Ao que parece, deixava de existir o Sindicato dos Assalariados da Lavoura Canavieira, fundado pelos comunistas em 1954.

O novo Presidente, após 30 dias no cargo, comunicou à imprensa ter instalado *"todas as delegacias"* sindicais, que deveriam discutir seus problemas com uma *"comissão de cinco companheiros em reuniões que (seriam) convocadas pelo Presidente"*. Anuncia que a situação dos trabalhadores das usinas é de

> *... verdadeiro drama financeiro; o salário percebido é por demais ínfimo e o que agiganta mais os problemas é o atraso nos vencimentos, caso da usina Paranaguá, que se encontra no 8º mês. Tal fato vem prejudicando o pequeno comércio de Rio Fundo, Jacuípe e Terra Nova.*

A nova direção também solicita a intermediação da DRT para convocar sindicato patronal, IAA e usineiros para *"discutir problemas relacionados com as usinas"* e faz questão de deixar registrada *"a boa acolhida e atenção dos*

senhores e gerentes de usinas, quando procurados, o que evidencia a boa intenção dos" mesmos (47).

A nova diretoria, ao lado de uma prática reivindicativa - na safra 1962/63 negociava com os patrões um pedido de aumento salarial de 50% (48) - adotava uma política de negociação *"fraternal"* com os empresários. Sua política descartava formas avançadas de luta como as greves, mas, por outro lado, também, patrocinava uma aproximação da categoria com a organização sindical. Seu discurso propugnava por uma *"maior participação dos trabalhadores na vida democrática do país, sempre num ambiente cristão de prosperidade e harmonia social"* (49).

Ao que parece era praticado o sindicalismo típico da ideologia nacional-populista, com uma pitada de democracia-cristã. Ou seja, buscava-se reivindicar melhorias para os trabalhadores em clima de cordialidade com os patrões, de olhos voltados para a ação do Estado, entendido como o provedor da função sindical e responsável por estimular o desenvolvimento nacional. Este desenvolvimento deveria privilegiar nossa burguesia, que aliás, no caso dos usineiros, era genuinamente brasileira.

Com o processo de reestruturação da indústria brasileira e a conseqüente passagem do setor dinâmico da economia para o setor voltado para a produção de bens de

capital e de consumo duráveis (ligados ao capital estrangeiro), era retirada a base infra-estrutural que dava sustentação ao pacto populista. Este processo, que se inicia na década de 50, em 1964 encontra seu desenlace politico com o golpe militar, através do qual, os setores econômicos tradicionais, voltados para a produção de bens de consumo não duráveis, perdem a hegemonia no aparelho de Estado (WEFFORT, 1980).

O sindicalismo praticado nos anos 60 no Recôncavo era resultado perfeito da ideologia nacional-populista, a que estava submetida todo movimento operário do periodo, e expressava o processo final da crise do populismo brasileiro. É exemplo lapidar dessa concepção a declaração de Nemézio Muniz Barreto Filho, Presidente do STIA:

> *Meu maior orgulho é ter conseguido benefícios para os trabalhadores sem jamais ter feito um minuto de greve* (50).

Por esse caminho, das 32 greves de assalariados agrícolas registradas no pais entre 1961 e 1964 (MEDEIROS, 1989, p. 72-74), nenhuma delas aconteceria no Recôncavo. Seriam 20 em São Paulo e 4 em Pernambuco.

Em 1964, após o Golpe Militar, Nemézio é preso e o sindicato sofre nova intervenção do Ministério do Trabalho (51). Algumas semanas depois este prisioneiro é libertado

por intervenção de um usineiro, que atestou junto aos militares a condição não subversiva do sindicalista (entrev. ao autor).

NOTAS

(1) Sobre a greve dos marítimos ver Telles (1981, p. 55-56); e Weffort (1972, p. III.25).

(2) Ramiro Lucchesi. Voz Operária. 12 set. 1953; apud Carone, O P.C.B., p. 283.

(3) Arquivo S.T.I.A. Livro de Atas, 1951.

(4) Arquivo do STIA. Não encontramos, até a década de 50, mais de uma dezena de fichas de filiação dos trabalhadores rurais ao STIA. Somente nos anos sessenta este sindicato estimulará a filiação dos rurais, registrando se centenas de filiações nesta década.

(5) O Momento, 24 out. 1952, p. 2.

(6) Marítimo da Boa Morte Costa. Entrevista ao autor em agosto de 1990. O "Velho Marú" ingressou no PCB, em Santo Amaro, na primeira metade dos anos 40.

(7) Arquivo do STIA. Livro de Atas, 1952. p. 69-75.

(8) O Momento, 17 out. 1954.

(9) Através da Portaria nº 355-A. Consolidação das Leis do Trabalho. São Paulo: LTr, 1972.

(10) O Momento, 13 out. 1954, p. 2.

(11) Apud Carone, O P.C.B., vol I, 1982, p. 125.
(12) Cf. entrevista de Marú Costa ao autor, 1995. Também segundo O Momento, 11 fev. 1955, p. 2.

(13) Arq. do STIA. Livro de Atas, 1950, p. 97.

(14) O Momento, 08 fev. 1955, p. 1.

(15) O Momento, 13 out. 1954, p. 2. Nos anos cinquenta a Usina Santa Elisa, segundo este jornal, passaria ao controle da S.A Magalhães.

(16) O Momento, 10 fev. 1955, p. 1.

(17) O Momento, 15 out. 1954, p. 1.

(18) O Momento, 06 nov. 1954, p. 1.

(19) O Momento, 05 nov. 1954, p. 3.

(20) O Momento, 22 maio 1955, p. 1-8.

(21) Através da Lei 4.090, que receberia nome de Estatuto do Trabalhador Rural. Consolidação das Leis do Trabalho. São Paulo: LTr, 1972, p. 323-345.

(22) A súmula 196 do Supremo Tribunal Federal, passou a estabelecer que o trabalhador rural em "empresa industrial ou comercial é classificado de acordo com a categoria do empregador". CLT. São Paulo: LTr, 1972, p. 295.

O afluxo dos novos associados agrícolas, seguramente, foi o responsável pelo aumento do número de associados em condição de votar nas eleições de 1965 (3.752) em relação a 1960, cujo número de eleitores foi 1070 (Livro de Atas do STIA).

(23) O Momento, 12 abr. 1956, p. 2.

(24) Em 1956, juntamente com o Delegado do Trabalho, Flávio Godofredo Pacheco, o Dep. Clemens Sampaio visitou as usinas e a sede do sindicato em Terra Nova. Arquivo do STIA. Livro de Atas, 1956, p. 121. Discurso publicado em O Momento, 18 maio 1956, p. 2.

(25) O Momento, maio 1956, p. 2.

(26) O Momento, 20 jul. 1956, p. 2.

(27) OS COMUNISTAS nos sindicatos. Jornal Novos Rumos, 7-13 ago.1959; apud Carone, 1982, p. 298-301.

(28) O Momento, 29 jul 1956, p. 6.

(29) Entrevista ao autor, em 25 ago. 1995.

(30) O Momento, 26 jul. 1956, p. 6.

(31) Prestes, L. C. A situação política e a luta por um governo nacionalista e democrático. Editorial Vitória; apud Weffort, 1972, p. IV.31-32.

(32) Arquivo do STIA. Livro de Atas, p. 107-189.

(33) O sindicato foi pego de surpresa por esse movimento. Não sabemos qual foi o centro organizador da greve. Ao que parece, foi expontânea. De qualquer sorte toda negociação passou pelo Sindicato e pela DRT.

(34) Arquivo do STIA. Livro de Atas. 1958, p. 173-177.

(35) Arquivo do STIA. Livro de Atas, 1956, p. 192.

(36) Arquivo do STIA. Livro de Atas, 1956, p. 196-197.

(37) A Tarde, 21 jun. 1960, p. 06. Arq. STIA, 1960, p. 201-203.

(38) A Tarde, 17 ago. 1960, p. 06.

(39) A Tarde, 23 fev. 1961, p. 06.

(40) A Tarde, 13 mar. 1961, p. 06. No mesmo sentido, a diretoria do Sindicato voltaria a solicitar aumento do preço do açúcar ao IAA com objetivo de conseguir, também, aumento de salários. Arquivo do STIA. Livro de Atas, 1962, p. 256.

(41) A Tarde, 24 jan. 1962, p. 06.

(42) Arq. do STIA. Livro de Atas. 1961-62, p. 238-240, 255.

(43) Arq. do STIA. Livro de Atas. 1961-62, p. 245-246.

(44) Pelo menos três outras greves foram registradas na Zona canavieira nesse período, apud VINHAS, 1982, p. 188 e 192.

(45) A Tarde, 10 set. 1962, p. 06.

(46) Arquivo do STIA. Fichário de sócios.

(47) A Tarde, 10 set. 1962, p. 06.

(48) A Tarde, 16 nov. 1962.

(49) A Tarde, 19 dez. 1963, p. 09.

(50) Nemézio Muniz Barreto Filho. Entrevista ao autor, 1990.

(51) O interventor do S.T.I.A foi Roque Prazeres da Silva, que permaneceu na direção até agosto de 1965, quando transmite o cargo à nova direção eleita por chapa única em 3ª Convocação, após as duas primeiras não alcançarem o quorum (cf. livro de atas do STIA).

CONCLUSÃO

Interagindo as duas partes deste trabalho percebe-se que toda movimentação de classe no Recôncavo aconteceu mediatizada pela trajetória decadente do setor açucareiro baiano e pelas relações de poder estabelecidas com o Estado. Isto é válido tanto para as lutas imediatas e ações político-organizativas dos trabalhadores, quanto para a sobrevivência econômica da indústria açucareira.

Nessa direção, também as escolhas, ações ou omissões dos donos do capital em relação ao desenvolvimento dessa indústria eram gestadas em função dos privilégios político-econômicos que desfrutavam através das composições de poder entre os segmentos dominantes no interior do Estado. Essas benesses proporcionaram a sobrevivência econômica do setor, não obstante o atraso técnico-agrícola e administrativo, e a ausência de iniciativas que levassem a uma reestruturação produtiva capaz de assegurar sua auto-sustentação.

Esta trajetória de constante crise do capital açucareiro pode ser definida como uma lenta agonia em direção a bancarrota e teve como suas principais vítimas os trabalhadores do Recôncavo. Este segmento da classe resistiu como pôde ao processo de crescente exploração da força de trabalho, verificada particularmente através da extração da mais-valia absoluta, mediante jornadas de 12 a 18 horas de

trabalho diárias. Como se observa, os senhores do açúcar digeriram muito mais que subsídios.

Noutro aspecto, é necessário ressaltar que a atuação sistemática e constante da militância do PCB no Recôncavo foi responsável pela proeminência deste partido no debate histórico sobre a questão operária na Região, como ademais nos principais centros do país. Isto, entretanto, não deve levar a conclusão equivocada de que haveria um atrelamento da massa de trabalhadores às orientações desta organização. O que houve foi uma maior influência comunista sobre as lutas aqui resgatadas, tornando suas posições teóricas e políticas em interlocuções necessárias e úteis.

A autonomia da classe, ao contrário de atrelamento, é manifesta em vários episódios, marcadamente na greve da Usina Capanema. Há indícios, pouco documentados, de várias iniciativas que apontavam contradições com as linhas políticas então adotadas. No que tange às iniciativas concretas dos trabalhadores, o que mais os influenciavam eram, sobretudo, suas condições materiais de existência.

Sobre essas é que atuavam, subjetivamente, as propostas e linhas políticas partidárias, que, por sua vez, eram decodificadas por consciências formadas num processo histórico-cultural que mesclava uma herança africana e uma tradição escravista ambientada numa economia tradicional,

decadente e dirigida por uma classe dominante reacionária e violenta.

Essa elite dispunha dos aparelhos do estado, repressivos inclusos, da mesma forma que monopolizava a posse da terra, e jamais hesitou em colocá-los a seu serviço contra qualquer iniciativa dos trabalhadores. As prisões de Narciso Bispo ou as mortes de Serafim dos Santos e Cirilo Marques são uma pequena amostra do que isso significou para a classe trabalhadora do Recôncavo.

Em nenhuma hipótese pretendemos abarcar a totalidade do cotidiano operário-canavieiro, muito mais rico e complexo que aquele aqui enfocado.

Ao que parece, a amplitude do movimento reivindicativo e grevista está relacionada a decadência da economia agro-açucareira. À guisa de conclusão, todavia, o que nos interessa aqui ressaltar é a relação entre a tática política adotada entre 1948 e 1950 e o crescimento significativo do movimento organizativo, reivindicativo e grevista dos trabalhadores do açúcar.

A análise histórica demonstra, nesse período, a força material que adquiriu o princípio da ação direta e a organização de comissões de base entre os trabalhadores do Recôncavo; inversamente, evidencia a desmobilização da classe na conjuntura em que sua própria iniciativa foi desencorajada e substituída por uma representação

corporativa-sindical. Vale dizer, ainda, que a crise da lavoura açucareira estava presente nos dois períodos, embora estivesse mais aguda no último.

Por outro lado, constata-se a impulsão que as comissões de base e a ação direta deram, em todo o país na conjuntura situada entre 1948 e 1954, ao movimento grevista urbano e de assalariados rurais, além do movimento camponês.

Essa conjuntura, pela suas características singulares em relação ao movimento operário e sindical, com fortes repercussões na política nacional, representou uma clara ruptura no desenvolvimento histórico político regional e nacional das classes trabalhadoras. Ao nosso ver, seu relevo na historiografia é por demais importante. Daí porque não se deve continuar designando o período (1945-64) como se vem fazendo até aqui, indistintamente; seja, como "república liberal", seja, como predominantemente se faz, "pacto populista".

Uma nova formulação historiográfica se impõe para conceituar esse lapso histórico. A noção de Intervalo Radical desenvolvida neste trabalho vem, assim, tentar contribuir para melhor matizar a história das classes trabalhadoras e, por conseguinte, da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PERIÓDICOS

O Momento (1945-1957)
Estado da Bahia (1948-1952)
A Tarde (1958-1954)
Jornal da Bahia (1958-1960)
Diário de Notícias (1948-19530)

DOCUMENTOS MANUSCRITOS

Livros de atas do S.T.I.A (1950-1965)
Livros de presença às assembléias do S.T.I.A
Relatórios e documento da Câmara de Santo Amaro
Processo judicial de Narciso Bispo
Fichário de sócios do STIA

FONTES ORAIS

Depoimentos:

Cesário Barbosa
Jarbas de Araujo Lima
João Falcão
José Gorender
José Simão
Maurino da Boa Morte Costa ("Velho Marú")
Nemezio Muniz Barreto Filho

ARQUIVOS PESQUISADOS

CPDOC-FGV (Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas), Rio de Janeiro.

APEB (Arquivo Público do estado da Bahia), Salvador.

Arquivo do Sind. dos Trabs, da Ind. do Açúcar, T. Nova, Ba

Arquivo da Câmara dos Vereadores de Santo Amaro-Ba.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Rômulo. Nordeste: Desenvolvimento Social e Industrialização. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1985.

AMADO, J. Movimentos sociais no campo: a revolta de Formoso, Goiás, 1948-1964. Rio de Janeiro: CPDA/EIAV/FGV, 1980.

ANDRADE, Sérgio N. José N. A Agroindústria Canavieira na Bahia. Recife: SUDENE (escritório Bahia), 1969.

ANTONIL, André João. Cultura e Opulência no Brasil. São Paulo: Ed. Itatiaia, 1982.

ANTUNES, Ricardo. Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. São Paulo: Cortez e Editora Ensaio, 1988.

ARAUJO, Tatiana Brito de. Os engenhos centrais e a produção açucareira no Recôncavo baiano, 1875-1909. Salvador: UFBA, Mestrado em Ciências Sociais, 1983.

AZEVEDO, Thales e LINS VIEIRA, E. Q. História do Banco da Bahia, 1858 - 1958. Coleção Documentos Brasileiros. Rio de Janeiro: Ed. LJE, 1969.

AZEVEDO, Esterzilda. Arquitetura do Açúcar. Salvador: Tese de Mestrado em Ciências Sociais (mimeo.), UFBa, 1984.

BANDEIRA, Muniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1956.

BARATA, Agildo. Vida de um revolucionário (memórias). São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

BARROS, Edgar L. A guerra fria. São Paulo: Atual Editora - Educamp, 1988.

BASBAUM, Leôncio. História Sincera da República. vol. 3, São Paulo: Alfa-Omega, 1981.

BOITO, Armando Jr. O Sindicalismo de estado no Brasil: Uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas: HUCITEC, 1991.

BRUM, Argemiro J. O Desenvolvimento Econômico Brasileiro. Petrópolis: Ed. Vozes, 1991.

CARLI, Gileno Dé. Açúcar Amargo. Recife: Cia Ed. de Pernambuco, 1982.

CARNEIRO, M. E. A revolta Camponesa de Formoso e Trombas. Goiania: Tese de Mestrado, UFG (mimeo.), 1981.

CARONE, Edgar. O P.C.B. 1943 a 1964, vol 2. São Paulo: Difel, 1982.

————. A República Liberal: instituições e classes sociais (1945-1964). Vol I. São Paulo: DIFEL, 1985.

————. A República Liberal. Instituições e Classes Sociais (1945-1964). Ed. Difel, São Paulo, 1975.

————. A terceira república (1937-1945). Rio - São Paulo: Difel, 1976.

————. Movimento operário no Brasil (1945-1964), Vol II. São Paulo: DIFEL, 1981.

COSTA, A. Casimiro; FERRARI, Irany; e CORREA, N. Barbosa. (org.) Consolidação das Leis do Trabalho e Estatuto do Trabalhador Rural. São Paulo: Edições LTR, 1972.

CUNHA, Joaci de Sousa. Amargo Açúcar: História do Trabalho e do Açúcar no Recôncavo Baiano. Projeto de Pesquisa para o mestrado em História da UFBA, Salvador, 1991.

CERQUEIRA, Carlos Valeriano. História da cultura da cana na Bahia. Anais do Primeiro congresso de Hist. da Bahia. Salvador: Tip. Beneditina Ltda, IGHB, 1950.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964). Petrópolis: Vozes. 1986.

PCB. PCB: vinte anos de política - 1958-1979 (documentos). A Questão social no Brasil 7. São Paulo: LECH, 1980.

FALCÃO, João. O Partido Comunista que eu conheci (20 anos de clandestinidade). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1988.

— ————. Giocondo Dias, a vida de um revolucionário. Rio de Janeiro: Agir, 1993.

————. A Vida de João Marinho Falcão: Vitória do trabalho e da honra. Brasília: Pax Editora Gráfica e Fotolito Ltda, 1993.

FAUSTO, B. (org). História Geral da Civilização Brasileira. III. O Brasil republicano, 3. Sociedade e política (1930-1964), São Paulo: ed. Difel, 1986.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Terra, trabalho e poder. São Paulo: Brasiliense - CNPQ, 1988.

FRANCO, Virgílio Melo. A campanha da UDN. Rio de Janeiro: Ed. Hélio Valverde, 1946.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Cia Editora Nacional, 21º Edição, 1986.

GOES CALMON, Francisco M. de. Vida Econômica e Financeira da Bahia. Elementos para a História de 1808 à 1899. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1925.

GOMES, Angela de Castro. A Invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Vértice e IUPERJ, 1988.

GRAMSCI, A. Democracia operária - partido, sindicatos, conselhos. Coimbra: Centelha, 1976.

GUIMARÃES, M. T. Formas de organização camponesa em Goiás, 1954-64. Goiania: Teses Universitárias, nº 47, UFG, 1988.

HARDMAM, F. F. e LEONARDI, V. História da indústria e do trabalho no Brasil. São Paulo: Global editora, 1982.

HOBSBAWN, Eric. Mundos do trabalho. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

IANNI, Octavio. O Colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

JANCSO, István. As exportações da Bahia Durante a República Velha, (1889 - 1930). Colloques Internationaux du CNRS nº 543 L'histoire Quantitative du Brésil de 1800 à 1930. UFBa, s/d.

JUNGMANN, Fernando. O Direito da Agroindústria Açucareira. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1971.

KONDER, Leandro. A Democracia e os comunistas no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

KOVAL, Boris. História do Proletariado Brasileiro, 1857 - 1967. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1982.

Lins, E. Q. Vieira. Coleção documentos brasileiros. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Ed, 1966.

LOYOLA, Maria Andréa. Os Sindicatos e o PTB: estudo de um caso em Minas Gerais. Petrópolis: Vozes em co-edição com CEBRAP, 1980.

LOPES, José Sérgio Leite. O Vapor do Diabo: O trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARTINS, Heloisa Helena Teixeira. O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1979.

MATTOSO, Katia. Bahia Século XIX. Uma Provincia no Império. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1991.

MEDEIROS, Leonilde S; Movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MELO, Mario Lacerda de. O Açúcar e o Homem. Problemas Sociais e Econômicos do Nordeste Canavieiro. Serie Estudos e Pesquisas, nº 4, Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1975.

MOISéS, J. A. Greve de massas e crise política (estudo da Greve dos 300 Mil em São Paulo, 1953-54; Teoria e História. São Paulo: ed. polis, 1978.

MORAIS FILHO, Evaristo de. O problema do sindicato único no Brasil. Rio de Janeiro: s/ed, 1952.

Morais, Denis de e Viana, Francisco. Prestes: Lutas e Autocríticas. Petrópolis: Ed. Vozes, 1982.

NOVIS, R. A agro-indústria do açúcar no Recôncavo da Bahia. Salvador: Associação Comercial da Bahia, 1968.

NóVOA, Jorge B. Raízes da Dependência Econômica da Bahia. Salvador: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UFBA, 1979.

OLIVEIRA, Francisco de. O Elo Perdido. Classe e Identidade de Classe. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

_____. A Economia da Dependência Imperfeita. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984.

PRADO Jr., Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

PEREIRA, Luis Carlos B. Desenvolvimento e Crise no Brasil, 1930 - 1933. São Paulo: Ed. Brasiliense, 16 edição, s/d.

PERRUCI, Gadiel. A República das usinas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

REGO, José Lins do. Usina. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 12ª edição, 1985.

RODRIGUES, L. M. Conflito indústrial e Sindicalismo no Brasil. São Paulo: difusão européia do livro, 1966.

_____. Sindicalismo e classe operária, 1930-1964. In FAUSTO, B. (org.) História Geral da Civilização Brasileira. III. O Brasil republicano, 3. Sociedade e política (1930-1964), São Paulo: ed. Difel, 1986, p. 509-555.

SANTOS, Milton. A Rede Urbana do Recôncavo. Comunicação ao IV Colóquio Internacional de Estudos Luso Brasileiros. Salvador: Biblioteca do CRH - UFBA, 1959.

SCHWARTZ, Stuart. Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial. Bahia, 1550 - 1835. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SILVA, João Saturnino. O sistema agroindustrial canavieiro do Recôncavo baiano: uma aproximação sociológica. Salvador: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais - UFBA, 1973.

SILVA, Paulo Santos. A Volta do jogo democrático: Bahia, 1945. Salvador: Assembléia Legislativa, 1992.

SZMRECSANYI, Tamás. O Planejamento da Agroindústria Canavieira no Brasil, 1930 - 1975. São Paulo: Hucitec-Unicamp, 1979.

SIMÃO, Azis. Sindicato e estado. São Paulo: Dominus Editora, 1966.

SINGER, Paul. Dominação e Desigualdade. Estrutura de Classes Repartição da Renda no Brasil. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1983.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

TAVARES, Luis H. Dias. O Problema da Involução Industrial da Bahia. Salvador: Publ. da UFBa, 1966.

TOURINHO, Maria Antonieta de Campos. O Imperial instituto bahiano de agricultura, a instrução agrícola e a crise da economia açucareira na segunda metade do século XIX. Salvador: Dissertação de mestrado, UFBA, F.F.C.H, 1982.

VARGAS, Getúlio. O governo trabalhista no Brasil. Rio de Janeiro: José Olimpio editora, 1952.

VIANA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VINHAS, Moisés. O Partidão, a luta por um partido de massas, 1922-1974. São Paulo: Hucitec, 1982.

WEFFORT, F. O populismo na política brasileira. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

_____. Política de Massas. In: Política e Revolução Social no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 161-198, 1965.

_____. Sindicatos e Política. Tese de Livre Docência. São Paulo: USP (mimeo), 1972.

_____. As origens do sindicalismo populista no Brasil (A conjuntura do após-guerra), (4), São Paulo, CEBRAP, 1973.

_____. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964 (1978). In Revista de Cultura Contemporânea, nº 1, São Paulo, CEDEC, 1978.